

CONHECIMENTO É
DÍVIDA

Fernando Nogueira da Costa



COSTA, Fernando Nogueira da

Conhecimento é Dívida. Campinas, SP: Blog Cidadania & Cultura, 2024. 123p.

1. Economia Geral. 2. Relação da Economia com outras disciplinas. 3. Metodologia Econômica.
4. História Econômica. 5. Sistema Financeiro.
I. Título.

330
C837a

Conhecimento é Dívida

Sumário

<i>Prefácio</i>	4
<i>História Social do Conhecimento</i>	7
Sociologia do Conhecimento	11
Surgimento da Casta dos Sábios Intelectuais	15
Quem sou eu?	20
Variedades do Trabalhador do Conhecimento	24
Re-evolução do Conhecimento	28
Avanço Contemporâneo do Conhecimento	33
<i>Exilados e Expatriados na História do Conhecimento</i>	38
Usos do Deslocamento	42
<i>Ignorância: Uma História Global</i>	49
Sociologia e Variedades da Ignorância	53
Filosofia sobre a Ignorância	57
Ignorância Coletiva	61
Novos Conhecimentos e Nova Ignorância	65
<i>Dívida: 5.000 Anos ou “Financeirização” Recente?</i>	70
Discrepância entre Antropólogo e Economista	74
Preferência por Moralidade da Dívida ou Impessoalidade do Dinheiro?	79
Método Indutivo contra Método Dedutivo	83
Dinheiro Criatura do Estado	88
Servidão por Dívida	92
Dívida de vida	96
Crédito e Juro: Inseparáveis	100
Dinheiro ou Crédito nos Primórdios do Capitalismo	105
Mutualismo, Dívida e Sistema Financeiro	109
<i>Considerações Finais</i>	113
<i>Fontes de Referência</i>	115
<i>Obras do Autor com links para download</i>	116
<i>Sobre o Autor</i>	123

Prefácio

Era uma vez, uma criança caçula de três irmãos da geração *baby-boom*, nascidos em série, eu um ano e dois meses depois do meu irmão ainda bebê. Eu era muito tímido diante da reação dos outros à minha ocupação de lugar.

De modo geral, minha infância foi feliz, cercado de proteção materna e com um pai médico provedor. Nossos avós maternos levavam-nos nos fins de semana para uma fazenda, onde desfrutávamos a liberdade de viver em harmonia com a natureza. Passávamos férias nas praias cariocas com os avós paternos.

Até um dia acontecer meu primeiro “ponto de ruptura”: acompanhar meu irmão mais velho no Jardim de Infância. Vi a “escola maternal” como um mundo hostil, cercado de crianças competitivas. Todas desejavam os “bens da moda” e buscavam se apossar daquilo em mãos outros.

O *bullying* (intimidação) não era um nome conhecido nos anos 50s. Mas havia já o comportamento agressivo e antissocial de estudantes, sem motivação evidente, em uma relação desigual de forças contra os tímidos.

Chorei, esperneeij, berrei. Agarrava-me à mão de minha mãe, ficava no canto sofrendo até ela vir me salvar daquele ambiente confuso de disputa e rivalidade. Essa batalha se prolongou até um armistício.

O acordo entre mãe e filho, para a suspensão temporária da vivência com aquelas hostilidades de crianças envolvidas em disputa, exigiu *eu assumir um dever*. Eu estudaria com ela, diariamente, até me alfabetizar. Depois, quando tivesse sete anos, entraria no primeiro ano da Escola Fundamental ABC – hoje, o Ensino Primário.

Aproveitei feliz a trégua. No meu “recreio”, subia o pé-de-caqui, no quintal de minha casa, vizinha ao do Jardim de Infância. Lá eu tinha um bom posto de observação do “território inimigo”: o pátio de recreação dos meus ex-colegas. Observava acuradamente seus comportamentos, suas táticas, as lideranças e os subordinados. Esboçava minha estratégia para o futuro retorno.

Fui alfabetizado com a letra redonda da caligrafia de minha mãe e o hábito de leitura das histórias-em-quadrinhos e os clássicos infanto-juvenis adquiridos por meu pai. Entre outros heróis de capa-e-espada, Robin Hood – roubar dos ricos suas extorsões dos pobres – se tornou meu guia-espiritual em defesa da justiça social.

Por causa disso, quando voltei à vida coletiva, estava mais preparado para o enfrentamento da competição. Aprendi logo as regras do jogo. A partir do segundo lugar, no primeiro boletim escolar, explicaram-me o significado de tirar notas boas. Do mês seguinte até a formatura no Primário, passei a ter uma medalhinha dourada no peito.

Com esse reconhecimento – e meu fortalecimento com o crescimento –, não tive mais dificuldade de convivência respeitosa e fraterna com os colegas. Fui escolhido como paraninfo da turma de jardim-de-infância e tive de fazer discurso na formatura com dez anos!

Finalmente, enquanto meus colegas foram fazer o ginásio (Ensino Médio) em colégio religioso, eu fui o único a fazer concurso direto para seleção em colégio público laico, considerado na época o melhor de Belo Horizonte: o Colégio Estadual de Minas Gerais. Eu era vizinho dele, cuja criativa arquitetura em forma de régua, giz, borracha, e mata-borrão, foi criação de Oscar Niemeyer. Ele tinha também arquitetado a Pampulha.

Na minha infância, como observador crítico do mundo exterior, eu desenhava tudo. Era capaz de desenhar uma história-em-quadrinhos. Nos intervalos entre aulas, colegas pediam para eu desenhar no quadro-negro com giz, por exemplo, mergulhadores ou astronautas. Os adultos prognosticavam: certamente, eu seria arquiteto!

Colocaram isso na minha cabeça. Segui com as melhores notas em direção ao Científico para Engenharia. Não tinha dificuldade com nenhuma matéria de Ciências Exatas: Matemática, Física, Química. Afinal, como foi realizada minha escolha profissional?

De maneira quase casual. Na véspera do vestibular, no fim de 1970, quando iria me inscrever como candidato à Arquitetura – o único a escolher na minha turma de futuros engenheiros –, minha

irmã dois anos mais velha me alertou sobre o mercado de trabalho desse ofício, baseada em um único caso de um conhecido de seu namorado.

Acrescentou, na opinião dela, eu não ser tão criativo como um artista. Detalhe: ela se casaria com um fotógrafo e se tornaria uma excelente fotógrafa.

Seu diagnóstico foi fulminante. Desisti de imediato de me tornar arquiteto. E lhe perguntei sua sugestão para meu destino profissional.

Disse-me: – Analista de sistema. – O que?! – Trabalha com computador, conhece isso? – Já ouvi falar. – Essa é uma especialização de pós-graduação. Antes, você tem de fazer qualquer graduação. – Qual?! – Está na moda uma tal de Economia, você não vê a propaganda do Milagre Econômico Brasileiro? Vê a bolsa de valores!

Resolvi fazer o vestibular para Economia sem ter a menor ideia a respeito desse ofício. Passei em 13^o. lugar no primeiro vestibular único nas Universidades Federais, o da UFMG, realizado em conjunto com os milhares de candidatos sentados nas arquibancadas do Estádio Mineirão, e em 2^o. lugar em Ciência Econômica (um ponto em 181), há mais de ½ século (1970). Desde então, *não parei de buscar conhecimento*.

Recentemente, li livros sobre Conhecimento e Dívida. De Peter Burke li o volume I de *Uma História Social do Conhecimento (De Gutenberg a Diderot)* publicado em 2003 e o volume II (Da Enciclopédia à Wikipédia) em 2012, além de *Perdas e Ganhos: Exilados e Expatriados na História do Conhecimento na Europa e nas Américas (1500-2000)*, publicado em 2017, e *Ignorance: A Global History*, publicado em 2023. O outro autor foi David Graeber com seu livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos* (2016).

Dado eles terem provocado uma reflexão sobre essa minha busca contínua de conhecimento, em especial, na área de meu interesse (Ensino de Finanças), resolvi os resumir e compartilhar aqui nesta edição digital com algum leitor eventualmente interessado. Creio valer a pena a leitura, pois acrescentou bastante ao meu conhecimento.

Pago assim mais uma prestação à *eterna dívida junto à sociedade* por ter pagado meus estudos em Colégio e Universidades públicas. Escrever e compartilhar conhecimentos, gratuita e virtualmente, é minha retribuição prazerosa por ser, para mim, motivacional.

O segredo da felicidade é fazer o que gosta – e ainda te pagarem por isto! :)

História Social do Conhecimento

Uma História Social do Conhecimento (de Gutenberg a Diderot) é um livro de Peter Burke, publicado por Jorge Zahar Editor em 2003. O livro apresenta uma história social informada pela teoria.

Os capítulos II e III oferecem uma espécie de *Sociologia do Conhecimento* retrospectiva, o capítulo IV, uma *Geografia do Conhecimento*, o capítulo V, uma *Antropologia do Conhecimento*. O sexto discute a política do conhecimento, o sétimo, sua economia, o oitavo adota uma orientação mais literária, e a *coda* levanta algumas questões filosóficas.

O livro é obra de um historiador, essencialmente, um historiador dos primórdios da Europa moderna. Os limites cronológicos do primeiro volume são o Renascimento e o Iluminismo.

O início do período moderno é definido como *os séculos de Gutenberg a Diderot*. Essa periodização deu a partir da invenção da imprensa com tipos móveis na Alemanha em torno de 1450 até a publicação da *Enciclopédia* em 1750.

A imprensa facilitou a *interação entre diferentes conhecimentos*, tema recorrente neste estudo. Ela *padronizou o conhecimento* ao permitir pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas. Também estimulou o *ceticismo* ao permitir o pesquisador comparar e contrastar explicações alternativas e incompatíveis do mesmo fenômeno ou evento.

A pergunta "*O que é conhecimento?*" é quase tão difícil de responder quanto à pergunta "*O que é verdade?*". Categorias, valores

e observações são vistos como socialmente determinados, porém, sem fazer distinções entre eles. Tem de se distinguir entre conhecimento e informação, “*saber como*” e “*saber o quê*”, e o que é *explícito* e o que é tido como *certo*.

Peter Burke discute o que as pessoas no início da Modernidade consideravam como conhecimento – e não o que ele é, provavelmente, os leitores consideram como tal. Portanto, o conhecimento da magia, da bruxaria, dos anjos e demônios faz parte do seu estudo.

A percepção da existência de várias espécies de conhecimento, envolvida na distinção entre *ars* e *scientia*, por exemplo, é mais próxima da nossa distinção entre “prática” e “teoria” em vez de entre “arte” e “ciência”. Os entusiastas dos novos tipos de conhecimento os descrevem como “conhecimento verdadeiro” – e descartam o conhecimento tradicional como “jargão” vazio ou “pedantismo” inútil...

Seria difícil negar *um elemento cumulativo na história do conhecimento* nos primórdios da Europa moderna. Multiplicavam-se obras de referência, expandiam-se bibliotecas e enciclopédias, e mais livros se tornavam disponíveis a cada século para aqueles em busca de conhecimento sobre um tópico particular.

Mas a *sabedoria*, segundo Peter Burke, *não é cumulativa*. Tem de ser adquirida mais ou menos penosamente por cada indivíduo. No caso do conhecimento, há tanto *retrocesso* quanto *progresso* no nível individual.

A crescente especialização, em escolas e universidades, cada vez mais durante o século XX, produziu estudiosos com um conhecimento bem mais limitado diante da erudição possuída pelos antigos. *A menor amplitude foi compensada pela maior profundidade*.

Este livro se baseia em sua maior parte em textos publicados nos séculos XVI, XVII e XVIII. Tenta evitar o *grafocentrismo*, incluindo o conhecimento oral, bem como o *logocentrismo*, tratando as imagens, inclusive mapas e ilustrações, como meios de transmitir conhecimento. *Práticas não verbais* – construir, cozinhar, tecer, curar, caçar, cultivar a terra etc. – também fazem parte dessa definição de conhecimento.

Mas resta uma grande pergunta: *o tema deste estudo trata do conhecimento de quem?* No início da Europa moderna, as elites frequentemente identificavam o conhecimento com o conhecimento detidas por elas.

Hoje, depois de uma “reabilitação” do saber local e do conhecimento cotidiano, deve ter ficado óbvio haver “conhecimentos” no plural em toda cultura. A História Social, como a Sociologia, deve se ocupar “de tudo o que passa por conhecimento na sociedade”.

Uma maneira de distinguir entre os conhecimentos é por suas *funções e usos*. Por exemplo, pode se distinguir sete tipos de conhecimento: *perceptivo, social, cotidiano, técnico, político, científico e filosófico*.

Outra perspectiva, mais próxima da História Social, distingue entre os conhecimentos *produzidos e transmitidos* por diferentes grupos sociais. Os intelectuais são os detentores de certos tipos de conhecimento, mas outros campos de especialização ou de *know-how* são cultivados por grupos como burocratas, artesãos, camponeses, parteiras e curandeiros.

A maioria dos estudos sobre o conhecimento se ocupa do *conhecimento das elites*, enquanto os estudos de cultura popular teriam relativamente pouco a dizer sobre seu elemento cognitivo, o *conhecimento popular ou cotidiano*. Também neste livro a ênfase recai sobre as formas dominantes ou mesmo “acadêmicas” de conhecimento.

No entanto, Peter Burke busca situar o conhecimento acadêmico em contexto mais amplo. A competição, o conflito e as trocas entre os sistemas intelectuais das elites acadêmicas e os chamados de “conhecimentos alternativos” é seu tema recorrente.

As chamadas *revoluções intelectuais* dos primórdios da Europa moderna – o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo – não foram nada mais além do surgimento “à luz do dia” (e mais especialmente em palavra impressa) de certos tipos de *conhecimento popular ou prático*, com a conseqüente legitimação por certas instituições acadêmicas. Tal afirmação não é mais unilateral diante do pressuposto mais convencional capaz só de *identificar conhecimento com o saber dos acadêmicos*.

O conhecimento colhido pelos europeus em outros continentes nem sempre foi resultado da *observação direta* da natureza e da sociedade, pois dependia de informantes locais. Os povos originários ou nativos tinham conhecimento de sua terra e cultura!

“Empirismo” deriva de *empiric*, termo inglês tradicional para designar os praticantes da Medicina alternativa, homens e mulheres *ignorantes da teoria*. O modo verdadeiro, ainda não tentado, era não seguir *nem a formiga empírica*, coletando dados de modo aleatório, *nem a aranha escolástica*, armando uma teia a partir de si mesma, mas sim *a abelha*, capaz tanto de coletar quanto digerir.

Para conhecer, importava começar “a partir dos sentidos e particulares” e, depois, elevar-se, por etapas, a conclusões gerais. Esse modo intermediário é hoje chamado de “empirismo”, equivalente ao francês *empirisme*, termo cunhado em 1736.

Mesmo os sábios poderiam ter algo a aprender com as pessoas comuns. Daí se publicou descrições dos conhecimentos especializados ou segredos de diferentes ocupações e ofícios. Cabia reunir os teóricos e os empíricos.

A distinção entre *as artes liberais* e *as mecânicas* é descrita como inadequada por rebaixar o status de pessoas apreciáveis e úteis. A *Enciclopédia* de Diderot, entretanto, tornou públicos os *conhecimentos dos artesãos*, úteis em certas situações práticas.

Dentro do contexto de intercâmbios desse tipo, este estudo de Peter Burke se concentra nas *formas dominantes de conhecimento*, particularmente, aquele possuído pelos intelectuais europeus. Mas quem eram os intelectuais nos primórdios da Europa moderna?

Os *intelectuais* só surgiram em meados do século XIX na Rússia, quando a palavra “*intelligentsia*” foi cunhada para referir-se aos *homens de Letras*. Eles não queriam ou não conseguiam encontrar posições na burocracia.

Historiadores falam da existência de *intelectuais* na Idade Média, pelo menos em relação às universidades. Esses desacordos são em parte *questões de definição*, mas também revelam importante diferença de opinião sobre o peso relativo da mudança e

da continuidade na história cultural da Europa, ou seja, do *eurocentrismo*.

Uma visão comum sobre os intelectuais de hoje é eles serem descendentes da *intelligentsia* radical do século XIX, por sua vez, descendentes dos *philosophes* do Iluminismo. Estes são *uma versão secular do clero protestante*, vistos como descendentes dos *humanistas* do Renascimento.

Tal visão, reconhece Peter Burke, é excessivamente “voltada para o presente”, no sentido de *analisar o passado em busca de pessoas mais ou menos semelhantes a nós mesmos*.

Aos olhos dos puritanos, sua verdadeira e genérica vocação ou “chamamento” não era o saber nem a atividade política. Eram simples *meios para fim* mais elevado, a religião.

Diante do ideal do “santo”, esse objetivo levou evangélicos a expressarem *atitudes anti-intelectuais* lá como cá. Bom, os especialistas no conhecimento são os “letrados”...

Sociologia do Conhecimento

A Social History of Knowledge (From Gutenberg to Diderot) é o título da primeira edição inglesa, publicada em 2000, do livro de Peter Burke. Em 2003, Jorge Zahar Editor o lançou no Brasil.

Sua leitura é de grande interesse para quem se interessa por Sociologia e História do Conhecimento. Vivemos hoje em uma “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”, dominada por especialistas profissionais e seus métodos científicos.

Economistas a denominam de “economia do conhecimento”, referente à expansão de ocupações produtoras ou disseminadoras de conhecimento. A Ciência Política discute o caráter público ou privado da informação diante de sua natureza mercantil ou social.

Historiadores do futuro poderão classificar o início do século XXI como a “Era da Informação”. A confiabilidade dessa informação, por ser transmitida por muitos internautas, ainda é questionada por filósofos, apesar de concordarem em definir o tempo vivenciado atualmente em termos de sua relação com o conhecimento.

Na verdade, a *mercantilização da informação* é tão velha quanto o capitalismo. O uso por parte dos governos de informações sistematicamente coletadas sobre a população vem da história antiga romana e chinesa.

Um dos principais objetivos deste livro de Peter Burke é tentar definir as peculiaridades do presente de modo mais preciso, abordando-o da perspectiva das tendências de longo prazo. Há um interesse crescente pela história do conhecimento e da informação.

Esse autor destaca o elemento social no conhecimento. Seu objetivo é nos tornar mais conscientes do “sistema de conhecimento” no qual vivemos, descrevendo e analisando suas mudanças diante do passado.

Ele usa como epígrafe uma pertinente citação do cientista polonês Ludwik Fleck: “*o que é conhecido* sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para quem conhece. Da mesma forma, todo *sistema alheio ao próprio conhecimento* sempre parece contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico”.

Aquilo acreditado pelos indivíduos ser verdade ou conhecimento é influenciado, se não determinado, por seu meio social. O desafio da Sociologia do Conhecimento é passar da *intuição* para o *estudo organizado e sistemático*, um movimento difícil – e talvez leve séculos para se consumir inteiramente.

A Sociologia do Conhecimento remonta ao começo do século XX. Percebeu as categorias sociais serem projetadas sobre o mundo natural, de modo a classificação das “coisas desconhecidas” reproduzir a classificação das pessoas.

A Sociologia da Verdade diz respeito à relação de grupos sociais e instituições específicas com o conhecimento. O lugar da ciência na civilização moderna, ou seja, o “culto à ciência”, inclusive a inclinação pelas *explicações impessoais em lugar das antropomórficas*, era visto como uma consequência do surgimento da indústria e da tecnologia das máquinas.

Por exemplo, a “preeminência intelectual dos judeus na Europa moderna” é explicada por sua posição na fronteira entre dois mundos culturais os tornar céticos “por força das circunstâncias”. *Os ídolos de*

sua própria tribo se haviam “desintegrado” e eles não tinham qualquer incentivo particular para aceitar *os ídolos dos gentios*. A independência em relação às ideias consideradas verdadeiras no mundo à sua volta encorajava esses intelectuais de extração judaica a se tornarem *inovadores intelectuais*.

A Sociologia das Ideias, considerando a chamada “ética protestante”, situava esse sistema de valores em seu contexto social e propunha uma teoria sobre suas consequências econômicas. As ideias passaram a ser vistas como socialmente “situadas” e formadas por visões de mundo ou “estilos de pensamento” associados a períodos, a nações e a gerações e classes sociais.

Contrastava dois estilos europeus de pensamento desenvolvidos nos séculos XVIII e XIX. De um lado, *o estilo francês*, liberal e universalista, considerando a sociedade do ponto de vista de uma razão imutável. Do outro, *o estilo germânico*, conservador e “historicista”, no sentido de experimentar o mundo como mudança e de usar a história (e não a razão ou a religião) para dar sentido à experiência.

Reconhecia os interesses sociais de um dado grupo deixarem seus membros sensíveis a certos aspectos da vida social. Sobre essa base, desenvolvem uma “ideologia” particular.

Os intelectuais eram vistos como um “estrato relativamente sem classe”. Eram uma *“intelligentsia flutuante”*. Por serem *relativamente independentes da sociedade* podiam ver as tendências sociais mais claramente em lugar de outras pessoas.

No ano corrente (2023), Peter Burke lançou um livro sobre a ideia de uma história ou uma *Sociologia da Ignorância*. Afinal, o que conhecemos, em oposição a aquilo no qual acreditamos, é *verdade por definição*.

Houve um renascimento da *Sociologia do Conhecimento* quando houve percepção de *revoluções científicas* serem recorrentes na história. Têm uma “estrutura” ou ciclo de desenvolvimento semelhante, originando-se na insatisfação com uma teoria ou paradigma ortodoxo e terminando na invenção de um novo paradigma. Este passa a ser visto como “ciência normal” até outra

geração de pesquisadores, por sua vez, não se satisfazer com esse conhecimento convencional.

Antropólogos dedicaram vários ensaios a problemas de saberes locais, informação e senso comum, colocando-os sob o microscópio no sentido de examiná-los no contexto das comunidades face a face estudadas em pesquisa de campo. Eram caminhos alternativos para o conhecimento em culturas orais e letradas, reconhecendo haver relações cambiantes entre as esferas econômica, política e intelectual, respectivamente, descritas como *sistemas de produção, coerção e cognição*.

O debate sobre a *relação entre conhecimento e interesses* continua. Quanto ao poder de definir qual espécie de conhecimento é legítimo, pressupostamente definida pela avaliação por pares ("*cegos*" *mais rivais*), o dito satírico diz bem a respeito: "o que eu não conheço não é conhecimento".

Eu tive uma experiência traumática a respeito. Enviei um artigo, para a RBE da FGV-RJ, onde resumia minha tese de Livre-Docência, aprovada quase com a nota máxima (9,9) por banca de notáveis Professores Titulares. Organizei uma Teoria Alternativa da Moeda crítica à Teoria Quantitativa da Moeda. A resposta do parecerista foi: *ela não existe na literatura!*

Resultado: dado "o jogo de cartas marcadas", *deixei de ler e escrever em revistas acadêmicas*. Passei a ser um intelectual público diletante em sites e meu blog. O número de leitores é bem superior...

A segunda geração da Sociologia do Conhecimento é diferente da primeira em suas ênfases. Em primeiro lugar, a ênfase passou da aquisição e transmissão do conhecimento para sua "construção", "produção" ou mesmo "manufatura".

Há menos insistência sobre a estrutura social e mais sobre os indivíduos, sobre a linguagem e sobre práticas como a classificação e o experimento. Há menos ênfase na economia e mais na política do conhecimento e nos "detentores do conhecimento"

Em segundo lugar, esses detentores do conhecimento são vistos como um grupo maior e mais variado. Os conhecimentos práticos,

locais ou cotidianos, bem como as iniciativas dos intelectuais, são hoje levados a sério pelos sociólogos do conhecimento.

Um terceiro aspecto pelo qual a nova Sociologia do Conhecimento difere da antiga é seu maior interesse pela *microsociologia*, pela vida intelectual cotidiana de pequenos círculos, redes ou “comunidades epistemológicas”. Está próxima da Antropologia.

Em quarto lugar, antes o conhecimento era visto como socialmente situado, ou seja, pensava acima de tudo na classe social ou nas gerações. Na fase atual, dedica-se maior atenção ao gênero e à geografia.

No caso do gênero, houve uma série de estudos sobre a “corrida de obstáculos” enfrentada pelas acadêmicas, caso sua ambição fosse tornar-se cientistas ou humanistas. A série da AppleTV, *Uma Questão de Química*, ilustra bem o tema.

Os geógrafos passaram a interessar-se pela distribuição espacial do conhecimento. Ele deixava de ser distribuído e permanecia restrito a certos grupos em certos lugares.

Embora seu autor seja um historiador social e cultural, este livro aqui resenhado brevemente tenta corrigir a especialização e consequente fragmentação tão característica do próprio mundo de conhecimento. Por exemplo, pouco se escreveu sobre as Ciências Sociais e as Humanidades e a percepção dessa lacuna na literatura acadêmica foi uma das razões da escolha por Peter Burke deste tema.

Surgimento da Casta dos Sábios Intelectuais

Peter Burke, no seu livro *Uma História Social do Conhecimento (de Gutenberg a Diderot)*, volume I, oferece a seguinte informação. A partir de 1700, passou a ser possível seguir uma *carreira intelectual* não só como professor ou escritor, mas também como membro assalariado de certas organizações dedicadas à acumulação do conhecimento, notadamente as Academias de Ciências.

A limitação dos fundos disponíveis em geral levava a quem os recebiam a complementar seus salários com outras formas de

emprego. *Avant la lettre*, esses homens seriam considerados “cientistas” (termo cunhado no século XIX), daí a ascensão desse grupo foi certamente um momento significativo na *história dos letrados europeus*. Alguns dos membros do grupo escolheram conscientemente essa ocupação de preferência a uma carreira tradicional na universidade.

Indivíduos da estatura de Gottfried Leibniz e Isaac Newton dirigiam “sociedades de eruditos”, combinando esses postos com outras ocupações. Leibniz, por exemplo, tinha atividade de *bibliotecário*, carreira com importância crescente no início da Modernidade.

Bibliotecários desse período foram descritos por Peter Burke como “mediadores” fundamentais na República das Letras. Eram também *eruditos*, traziam a informação aos seus colegas e relutavam mais em abandonar o ideal de um conhecimento universal.

Uma alternativa ao trabalho nas universidades era servir a algum governante, como conselheiro ou como historiador oficial. Esse tipo de posição já apareceu na Idade Média, mas seu número aumentou com o surgimento dos Estados mais centralizados.

A esse grupo Peter Burke acrescenta um pequeno número de *homens de letras* cuja carreira se deu aconselhando governos nos chamados “assuntos culturais” ou “propaganda”. Alguns estudiosos alemães se desdobravam como professores universitários e conselheiros do príncipe local. Como os funcionários chineses, ganhavam poder na base da distinção intelectual como espécie de “mandarins alemães”.

A identidade de *grupo dos letrados* se tornava cada vez mais forte, a despeito da diferenciação e dos conflitos. A *Enciclopédia* (1751-1772), editada por Diderot com 35 volumes, trazia um verbete sobre “*Gens de Lettres*”. Enfatizava não se tratar de especialistas estritos, mas de pessoas “capazes de abordar diferentes campos ainda se não os cultivar em sua totalidade”.

Os “mandarins alemães” preferiam o título de “homem de saber” ou “polímata”, uma pessoa cujo conhecimento não está restrito a uma única área e é detentora de um grande conhecimento

em diversos assuntos. Muitos cientistas antigos foram *polímatas* de acordo com os padrões atuais.

Na Alemanha do século XVII, essas pessoas eram às vezes consideradas uma ordem ou classe social. Prefiro as designar como *uma casta de natureza ocupacional*.

Casta é a forma de estratificação social mais antiga, caracterizada por: a endogamia; a transmissão hereditária de um estilo de vida como um ofício, cujo status social se coloca em uma hierarquia com interações sociais consuetudinárias; a exclusão baseada em noções culturais de "pureza". *Elite* era um termo usado durante o século XVIII.

Outro sinal ainda de *autoconsciência* foi a declaração de os estudiosos em ação serem tão livres quanto os governantes. "Não reconhecem ninguém como superior, apenas a razão e uma pena mais poderosa". Impressionava o elevado status dos professores.

Os letrados europeus também se definiam como *cidadãos da República das Letras*. Esta expressão remonta ao século XV, mas passou a ser empregada com frequência crescente de meados do século XVII em diante.

Diversos pastores calvinistas emigraram da França depois da revogação, em 1685, do edito real com liberdade de culto aos protestantes. Como a oferta do clero calvinista superava a demanda por pastores e pregadores, alguns deles se voltaram para a profissão das letras e em particular para a imprensa periódica.

Esses ex-pastores figuram entre os primeiros "jornalistas", termo a ser usado em francês, inglês e italiano por volta de 1700 para designar os escritores em revistas cultas ou literárias. Era por oposição aos *gazetiers*, de menor status ao apenas relatar as notícias em base diária ou semanal. A *impressão* gerou novas profissões como a da *imprensa*.

No século XVIII, os jornalistas se tornaram cada vez mais influentes, com a proliferação de periódicos. As recompensas para os principais homens de letras aumentavam ao produzirem *obras de referência* para poderem viver da pena.

Enfim, houve a ascensão, em muitas partes da Europa, em meados do século XVIII, de um grupo de homens de letras mais ou menos independentes, com ideias políticas próprias, concentrados em algumas cidades importantes, sobretudo Paris, Londres, Amsterdã e Berlim, e em contato regular entre si. A referência às “muitas partes” da Europa tem por objetivo Peter Burke lembrar o fato de, no mundo da cristandade ortodoxa ou oriental, *os letrados eram ainda membros do clero*, à exceção de um grupo ínfimo de homens de saber “ocidentalizados”.

O caso dos *letrados ocidentais* não é único. No Islã, por exemplo, os *ulemás* (especialistas em *ilm*: “conhecimento”) tinham há muito uma posição honrosa na sociedade, fosse como professores nas escolas anexas às mesquitas, como juízes ou como conselheiros dos governantes. Como no Ocidente medieval, esses letrados estavam associados à religião como pregadores das leis sagradas. *Não constituíam um clero no sentido cristão*, porque os muçulmanos rejeitam a possibilidade de mediação entre o indivíduo e Deus.

Na China, a posição dos membros da “nobreza erudita” era ainda mais honrosa, pois esse grupo administrou o Estado para o imperador durante quase 2.000 anos. Durante grande parte desse período, a elite política, magistrados e mandarins, era escolhida com base em concursos em diferentes níveis governamentais: do distrito à metrópole.

Os candidatos eram isolados por dias em cubículos individuais no local do concurso. Suas respostas, em geral, sobre clássicos do confucionismo, eram avaliadas por examinadores sem conhecerem a identidade dos candidatos. O sistema estava mais próximo de uma “meritocracia” diante de qualquer outro nos primórdios do mundo moderno.

O sistema chinês inspirou a introdução dos concursos para o serviço público na França, Prússia e Inglaterra, no século XIX.

A breve discussão sobre *os letrados*, no princípio da Europa moderna, realizada por Peter Burke, talvez seja suficiente para indicar a dificuldade de definir sua identidade sem levar em consideração os diferentes tipos de instituições onde seguiram suas carreiras.

As convicções da “*intelligentsia* flutuante” estão menos sujeitas a pressões sociais diante das sofridas por outros grupos sociais. A maioria dos primeiros letrados modernos, como dos intelectuais modernos, não flutuava completamente livre, estando vinculada a instituições como as universidades.

O *contexto institucional do conhecimento* é parte essencial de sua história. As instituições desenvolvem impulsos sociais próprios, além de estarem sujeitas a pressões externas. A *tendência a inovar* e seu contrário, *a tendência a resistir à inovação*, têm particular importância para este estudo da história social do conhecimento.

Burke expõe duas teorias gerais para a discussão. Tratam, respectivamente, da *sociologia da inovação intelectual* e da *reprodução cultural*.

A primeira estuda os *outsiders*, os indivíduos e grupos à margem da sociedade. Sobre “a preeminência intelectual dos judeus na Europa moderna”, explica essa preeminência por sua posição na fronteira de dois mundos culturais, posição capaz de encorajar o *ceticismo* e a *autonomia*, adequando-os a se tornarem “*especuladores*” *intelectuais*.

A segunda teoria contrastava esses especuladores com o tipo social oposto, os “*assalariados*” *intelectuais*. Trabalham dentro dos quadros de referência da tradição. Essa teoria lida com a produção desse tipo de intelectual pelas instituições acadêmicas, e com a tendência dessas instituições a se reproduzirem a si mesmas, construindo e transmitindo o chamado de “capital cultural”.

Elas apostam no capital investido. Os *establishments* são os departamentos acadêmicos detentores “de certas características dos Estados soberanos”. Competem por recursos e fazem tentativas de *estabelecer monopólios e excluir os outsiders*.

Estratégias semelhantes de monopolização e exclusão podem ser encontradas na *história das profissões*. Inicialmente, o clero, os advogados e os médicos, no século XIX se juntaram, engenheiros, arquitetos, contadores etc.

Há registro de economistas (ou pensadores da chamada Economia) desde a Antiguidade, como Aristóteles, em sua obra

“Política”. Porém, o britânico Adam Smith (1723-1790) é considerado o pai da Economia Política. A profissão de economista foi regulamentada no Brasil somente em 1951, ano do meu nascimento. *Predestinado...*

Quem sou eu?

O livro *Uma História Social do Conhecimento (de Gutenberg a Diderot)*, cuja autoria é de Peter Burke, foi publicado por Jorge Zahar Editor em 2003. Descreve os especialistas no conhecimento como “letrados”.

O termo é empregado para descrever grupos sociais cujos membros se consideravam “homens de saber” (doutores, eruditos, sábios), ou “homens de letras” (literatos, *hommes de lettres*). Neste contexto, *lettres* quer dizer *cultura* – e não literatura, de onde surge a necessidade do adjetivo em *belles-lettres*.

Do século XV ao XVIII, período pesquisado por Burke, os acadêmicos se referiam regularmente a si mesmos como cidadãos da “República das Letras”. Esta afirmação expressava a sensação de pertencerem a uma comunidade transcendente às fronteiras nacionais.

Tratava-se essencialmente de uma *comunidade imaginária*. Como autorreferente, desenvolvia costumes próprios, como a troca de cartas, livros e visitas – antes dos *Whatsapps* de hoje já diante dos ultrapassados *e-mails*.

Deveria manter sim os modos ritualizados pelos quais os mais jovens demonstravam respeito pelos colegas mais velhos (“Professores Titulares”). Afinal, podiam (e podem) ajudar a evoluir em seu saber e suas carreiras.

O objetivo de Burke é “o papel social do homem de saber”. Hoje, a expressão levanta a questão sobre *as mulheres de saber* naquele tempo. Elas estavam mais ou menos “excluídas” da busca do saber... até pelo menos quando nasci (1951), conforme ilustra a série da AppleTV, *Uma Questão de Química*.

As mulheres não participavam da República das Letras nos mesmos termos como os homens. Era fato extremamente raro

estudarem nas universidades. Podiam aprender *latim* com parentes ou com algum tutor privado, mas se tentassem entrar no círculo dos humanistas poderiam ser repelidas por *discriminação preconceituosa de gênero!*

No entanto, enfrentando o *machismo*, algumas mulheres também fizeram parte da Revolução Científica e do Iluminismo. Mas a posição das mulheres era marginal, inclusive foi escrito um tratado chamado "*Newtonismo para Damas*" na suposição um tanto condescendente de mulheres inteligentes poderem entender a nova ciência caso lhes fosse explicada em termos simples...

Burke informa: mulheres de saber já eram encontradas no século XII. Nessa época ainda medieval, os letrados europeus se tornaram visíveis no mundo fora dos mosteiros pela primeira vez desde a Antiguidade greco-romana. Esse desenvolvimento, como o das *universidades*, resultou da crescente *divisão do trabalho associada ao surgimento das cidades*.

Os letrados incluíam um grupo de estudiosos *leigos cultos*, em geral médicos e advogados. Direito e Medicina eram *as duas profissões seculares cultas*, com lugar assegurado dentro da universidade medieval e com status no mundo fora dela.

Na Idade Média, porém, a maioria dos professores e alunos das universidades era constituída por membros do clero ou de ordens religiosas. Eram principalmente dominicanos, inclusive com o mais famoso dos professores medievais, Tomás de Aquino.

Quanto aos professores, eram principalmente os descritos como filósofos e teólogos "escolásticos", embora não usassem esse termo e se referissem a si mesmos como "homens de letras", clérigos, mestres ou filósofos. Alguns desses homens de letras, no século XII, encontravam-se nas cortes monárquicas.

Quanto à palavra "escolásticos", era uma expressão desdenhosa inventada pelos seguidores de um currículo universitário de estilo novo, as "Humanidades". Os professores desse novo currículo eram apelidados de "humanistas". Esses humanistas eram *um novo tipo de letrados*.

O ensino era uma *sina* –uma calamidade ou um destino inevitável – e não uma *vocação*. Ao abrir uma escola, perdia-se a amizade de príncipes.

Era baixa a remuneração geral dos professores nas escolas e universidades, à exceção da de algumas estrelas, principalmente nas escolas de Direito. Ensinar oferecia um modo de ganhar a vida com o conhecimento, mas não era uma boa vida...

Pior, em termos de discriminação, era o ensino das *Humanidades*, cujo objetivo era desvendar as complexidades da sociedade humana, do aparelho psíquico e de suas criações, ou seja, ter o ser humano como seu objeto de estudo ou o seu foco. Como autodefesa, acabou gerando uma identidade coletiva entre os professores.

Os *humanistas* eram vistos como exemplos do *intelectual flutuante*. Sua autonomia dependia da oportunidade de “distanciar-se” de todos os grupos sociais em seu mundo.

Uma das principais consequências da invenção da prensa tipográfica foi ampliar *as oportunidades de carreira abertas aos letrados*. No século XVI, a Reforma acrescentou abriu outra oportunidade aos homens de saber. A ideia de Martinho Lutero de um sacerdócio de todos os crentes originalmente parecia tornar supérfluo o clero, ou seja, a *casta dos sacerdotes* vai sendo transformada em *casta dos sábios-intelectuais*.

As *igrejas* podem ser consideradas, à sua revelia, fundadoras da *vida de estudos como carreira*. O aumento do número de estudantes, no século XVI e início do XVII, resultou em parte da nova função da *universidade* como instituição de treinamento para o clero das paróquias, além do atendimento da crescente demanda dos governos por funcionários formados em Direito.

Em meados do século XVII, a oferta de estudantes já começava a exceder a demanda por seus serviços. Substancial proporção de graduados se frustrava em suas aspirações.

Alguns homens de letras, formados por universidade, acharam emprego como secretários de governantes, aristocratas ou eruditos. O termo “letrado” entrou em uso para designar os advogados a

serviço do rei, *homens de letras* por oposição aos *homens de armas*, tradicionalmente, em torno do rei. Seu papel era *dar bons conselhos*, função política principal dos letrados em muitas culturas.

Em meados do século XVII, era cada vez mais comum, embora ainda arriscado, escritores e estudiosos buscarem se manter graças a uma mistura de *patrocínio e publicações*. Com estratégias adequadas, era possível fazer *carreira em literatura* – no sentido amplo do termo, incluindo dicionários e obras de história, além de peças teatrais e poemas.

Mas subsídios reais continuavam sendo uma fonte importante de renda. O número de escritores membros do clero ou vivendo às suas custas continuava significativo. Até o fim do período deste estudo de Burke (1750), e mesmo além dele, proporção substancial das obras cultas publicadas ainda era escrita por membros do clero.

Os professores universitários começavam a formar um grupo distinto, especialmente, no mundo de língua alemã, onde havia mais de 40 Universidades na segunda metade do século XVIII, sem contar outras Instituições de Educação Superior. Eram leigos, senão filhos ou genros de outros professores.

Seu senso de uma identidade distinta é revelado pelo crescente cuidado com os títulos e as vestes acadêmicas, e pelo surgimento de galerias honoríficas com exibição de retratos dos professores eméritos. O professorado do início da modernidade incorporava a autoridade intelectual.

Discutia-se o estudo como vocação ou “chamamento”: o “negócio” dos acadêmicos era “encontrar a verdade” e “alcançar o conhecimento”. Por “conhecimento”, entendia-se não a informação sobre “questões óbvias e vulgares”, mas sobre “temas sublimes, abstrusos e intrincados, distantes da observação e do senso comuns”. Membros de profissões cultas específicas viam seu trabalho como uma *vocação*.

Com essa diferenciação social no mundo do saber surgiram conflitos entre diferentes grupos. Havia ataques agressivos aos “sacerdotes”, questionando a autoridade desse grupo de homens de saber por enganarem a fé das pessoas comuns.

Tais ataques teriam sido desnecessários se o clero não continuasse a ser uma força poderosa no mundo cultivado, mas teriam sido impossíveis sem a existência de um corpo substancial de *eruditos leigos*, comprometidos com um novo ideal, o da *autonomia*, ou como diziam na época “imparcialidade”, no sentido de *uma distância crítica de partidos tanto na Igreja quanto no Estado*. Afinal, só no fim do século XVIII as pessoas começaram a falar sobre o conhecimento como “objetivo”.

Os advogados e médicos também começaram a ser atacados como versões seculares do clero, defendendo seus monopólios com a ajuda de linguagens impossíveis de ser entendidas por seus clientes. Muito mais difíceis diante do “economês” contemporâneo.

Variedades do Trabalhador do Conhecimento

Peter Burke, na Introdução do segundo volume de seu livro *Uma História Social do Conhecimento - II (Da Enciclopédia à Wikipédia)*, publicado por Jorge Zahar Editor em 2012, indica ele poder ser lido sozinho ou como uma continuação do Volume I - *do Gutenberg a Diderot*. Espera fazer uma versão revista dos dois volumes, com o título *De Gutenberg ao Google*.

A obra nasceu de uma curiosidade pessoal, procurando responder à pergunta: “por quais caminhos chegamos ao nosso estado atual de conhecimento coletivo?”. Como ele se viu liberado das “matérias” e dos “períodos letivos” pela *aposentadoria* – nasceu em 1937 –, foi mais fácil ele se entregar a essa curiosidade.

Dando continuidade a *De Gutenberg a Diderot*, este volume II apresenta uma visão geral das transformações no mundo do saber desde a *Enciclopédia* (1751-66) até a Wikipédia (2001). Seus temas principais são *processos*, entre eles, *quantificação, secularização, profissionalização, especialização, democratização, globalização e tecnologização*.

No período estudado, surgiram como tendências dominantes a profissionalização e a especialização. Apareceram muitos tipos de trabalhadores profissionais do conhecimento, por exemplo, exploradores, docentes, detetives, jornalistas, espiões, editores, assistentes de laboratório e gestores do conhecimento.

Burke não se esquece da contribuição de um amplo leque de *diletantes*: sua importância entrou no século XX e ressurgiu em nossa época com a *Wikipédia* e com o movimento pela *Ciência Cidadã*. É um tipo de ciência baseada na participação informada, consciente e voluntária, de milhares de cidadãos capazes de gerar e analisar grandes quantidades de dados, compartilhar o seu conhecimento e discutir e apresentar os resultados.

O autor se concentra em seis tipos de diletantes do conhecimento: *o gentleman, o médico, o sacerdote, o soldado, o diplomata e a mulher*. Na Europa, membros da elite, sobretudo rural, trabalhando sozinhos ou em sociedades eruditas, deram contribuições locais importantes a campos como História, Geologia, Botânica, Folclore, Arqueologia, Antropologia e outros temas.

Os estudiosos amadores enviavam descrições de suas descobertas a academias científicas ou aos profissionais da área, escreviam pessoalmente artigos para periódicos eruditos locais ou mesmo nacionais. Publicaram livros importantes.

A categoria "*gentleman*" não é fácil de traduzir para outros idiomas. Inclui empresários e banqueiros capazes de pesquisar conhecimentos, organizar levantamentos sociais, financiar pesquisas e dar contribuições importantes desde Geografia até Ciência Política.

Profissionais liberais cultos, quando adotam "o livre pensar", dão contribuições de relevo em áreas de conhecimento fora de suas respectivas profissões. Por exemplo, médicos e cirurgiões se destacam pelas contribuições a outros campos além da Medicina, mesmo sendo suas pesquisas motivadas por suas preocupações com a Saúde Pública.

Burke não se esquece de outros tipos de *trabalhadores do conhecimento*: os facilitadores, como os gestores e os editores. Os gestores do conhecimento influem na direção e no volume de pesquisas empreendidas, bem como os dirigentes das editoras se dedicam à difusão do conhecimento.

A meio caminho entre o diletante e o profissional aparece a figura fugidia do *intellectual*. O termo remonta ao começo do século XX, e foi cunhado no contexto da controvérsia pública francesa sobre a inocência ou a culpa do capitão Dreyfus, oficial do Exército francês

acusado de espionagem. Os escritores e acadêmicos envolvidos no debate ficaram conhecidos como *intellectuels*. Hoje, são vistos como *intelectuais públicos*.

No entanto, se usar o termo para *os estudiosos em geral*, deve-se incluir os professores universitários, desde a Idade Média, inclusive os humanistas do Renascimento. Mesmo se o termo se restringir a estudiosos e escritores capazes de expressar opiniões políticas na imprensa ou em outros meios de comunicação como a rede social de sites e blogs – em outras palavras, os “*intelectuais públicos*” –, a história desse grupo data pelo menos dos *philosophes* franceses do Iluminismo.

O surgimento dos *intelectuais públicos*, em meados do século XVIII, foi possível com o desenvolvimento de um mercado literário. Libertou os escritores da dependência do patronato e demarcou um momento importante na História Social do Conhecimento.

Burke distingue esses intelectuais públicos dos *experts* ou dos “tecnocratas”. A *casta dos sábios tecnocratas* aconselha os governos ou toma pessoalmente as decisões, detendo o poder de planejar o desenvolvimento de cidades ou economias nacionais.

Todos os exemplos de pessoas ligadas ao conhecimento são homens de classe média ou alta, levantando o problema do acesso de outros grupos sociais ao conhecimento. As iniciativas de *disseminar o conhecimento*, sobretudo o científico, entre as classes trabalhadoras são executadas quando as universidades recebem uma determinada cota de estudantes vindos do proletariado ou do campesinato, hoje, oriundos de gênero e etnia discriminados. O Estado fornece bolsas de estudos para alunos sem recursos para pagar os custos do Ensino Superior.

Mas permaneceram os obstáculos ao *acesso popular ao conhecimento*. A partir do fim do século XVIII, houve um movimento para abrir bibliotecas, galerias e museus ao público em países mais civilizados.

Uma parcela considerável de doações filantrópicas foi dedicada à criação de bibliotecas públicas. A pergunta controversa era: *quem era “o público”?*

Para alguns defensores das bibliotecas públicas, essas instituições eram uma maneira de democratizar o conhecimento. Mas acervos em princípio abertos a todos ficavam vetados na prática a pessoas sem uma aparência suficientemente respeitável...

A controvertida questão do acesso ao conhecimento também se estendeu ao sexo, além da classe social. Para as mulheres, as oportunidades de aprender e dar contribuições originais ao conhecimento foram se ampliando gradualmente, durante o período iniciado em 1754, quando foi concedido o primeiro doutorado a uma mulher.

Outros títulos de doutorado, apesar do precedente aberto naquele ano na Alemanha, demoraram mais – e as nomeações como docentes mais ainda. Uma exceção confirmava a regra: o primeiro Prêmio Nobel concedido a uma mulher foi em 1903 (Marie Curie), também sendo ela a primeira professora na Sorbonne, nomeada depois, em 1906.

Oportunidades não estavam disponíveis para as mulheres antes dos anos das Guerras Mundiais apesar do papel importante como popularizadoras da Ciência. Quando as mulheres realmente se encaminharam para a pesquisa às vezes sofriam de “invisibilidade” ou falta de reconhecimento.

A posteridade atribui frequentemente as realizações de cientistas menos conhecidos a grandes figuras mais conhecidas, como Newton ou Einstein. Esse “efeito” aplica-se com intensidade às mulheres.

Outro ponto relevante, abordado por Peter Burke, diz respeito à *inovação institucional*. Foi um papel-chave de novas instituições em incentivar a inovação, especialmente nos campos de conhecimento. Por exemplo, a UNICAMP foi criada em 5 de outubro de 1966.

As novas instituições estão livres do peso das tradições reproduzidas ao longo das gerações. Não tiveram tempo de desenvolver o chamado de “inércia estrutural”. Os alunos e os docentes ingressos em instituições antigas são incentivados a respeitar suas tradições e acabam por investir nessas tradições.

Fundar uma nova instituição, como uma universidade, pode exigir menos esforço em vez de reformar uma antiga. Os currículos de novas universidades são menos tradicionais diante de entidades mais antigas, inclusive inovações na chamada “pesquisa” ocorreram inteiramente fora das universidades, a saber, em observatórios, laboratórios etc.

A sensação de um “momento mágico” ocorre pela ausência de tradição. São passageiros, pois mais tarde os professores relembram “o entusiasmo da época da fundação”...

As histórias intelectuais, especialmente dos séculos XIX e XX, fazem referências constantes a “Escolas de Pensamento”. Essas escolas podem estar associadas a um indivíduo como Karl Marx ou John Maynard Keynes. Também podem estar associadas a lugares, geralmente, a cidades ou nações: a Escola de Economia de Chicago, a Escola de Teoria Crítica de Frankfurt, a Escola Austríaca, a Escola de Campinas etc.

As redes informais de líderes e seguidores, formados em universidades, associações ou laboratórios, são fundamentais para a transmissão de conhecimento, sobretudo de *conhecimento tácito*, e mesmo para sua produção.

Conhecimento tácito é aquele adquirido ao longo da vida pela experiência. Geralmente, é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente às habilidades de uma certa pessoa.

Enfim, a leitura de Peter Burke ajudou-me na resposta à pergunta-chave: *quem sou eu?*

Re-evolução do Conhecimento

O historiador Peter Burke teve seu livro traduzido sob o título *Uma História Social do Conhecimento - II (Da Enciclopédia à Wikipédia)* e publicado no Brasil em 2012. distingue entre uma *história intelectual* do conhecimento concentrada em debates e uma *história social* concentrada em grupos sociais, como o clero, e em instituições, como bibliotecas e universidades.

O papel do clero na produção e na disseminação do conhecimento, no período 1750-2000, perdeu gradualmente sua importância. As bibliotecas foram *secularizadas* desde a segunda metade do século XVIII, no sentido de ser transferidas de *instituições religiosas*, como os colégios jesuítas, para *instituições laicas*, como as universidades.

No domínio das instituições do conhecimento, a *secularização*, isto é, “uma transição de um domínio religioso para um mundano ou leigo”, se apresenta como a tendência dominante. Mesmo assim, há reacionários defensores de *contrassecularização*, quando, além das pressões políticas, os estudiosos sofrem também pressões religiosas.

Por exemplo, o *criacionismo* – a crença de que a humanidade, a vida, a Terra e/ou o universo são a criação de um ser sobrenatural onipresente, onipotente e onisciente – continua vivo e forte nos Estados Unidos e em outros lugares retrógrados. Em contrapartida, uma série de julgamentos em tribunais americanos entre 1975 e 2005 declarou inconstitucional ensinar nas aulas de Ciências das escolas públicas o mundo ter sido criado por Deus, ou seja, rejeição da evolução biológica por motivação religiosa.

Burke se pergunta: quais são os grandes pontos de inflexão no período 1750-2000? Alguns historiadores gostam de dividir o passado em *gerações*, mas, a união de uma geração se dá por uma experiência comum de algum tipo de guinada, como uma guerra, uma revolução ou uma crise.

Vários estudiosos alegam ter descoberto várias crises e revoluções na história do conhecimento. Por exemplo, o historiador da ciência Thomas Kuhn identificou toda uma série de *revoluções científicas* com mudanças de paradigmas dominantes.

O volume anterior desta História Social do Conhecimento terminou com a publicação da *Enciclopédia* (1751-66) de Diderot. O período posterior se caracteriza pelo uso do conhecimento a serviço da reforma.

Foi uma época da “reforma do conhecimento”, em duplo sentido: não só *reformas sociais com base no conhecimento*, mas também tentativas de *remodelar a organização do próprio conhecimento*. “Reforma” era uma palavra-chave daquela época, tal

como “avanço”, “melhoramento” etc. Era *uma versão secular de um conceito religioso*, utilizado nesse período em vários contextos ou campos, inclusive da educação.

O conhecimento era usualmente visto como um auxílio para a tarefa de empreender reformas sociais, econômicas e políticas. A reforma das enciclopédias pode ser entendida como resposta ou expressão de uma reforma mais ampla do conhecimento, inclusive a *sistematização*. Além de “melhoramento” e “pesquisa”, outra palavra-chave do período foi “sistema”.

Em inglês, o verbo *systematize* foi cunhado nos anos 1760. A *Enciclopédia britânica* (1771) abordava sistemas científicos e artísticos. Definia o sistema como “uma reunião ou cadeia de princípios e conclusões, ou o conjunto de qualquer doutrina, cujas várias partes estão ligadas e se seguem ou dependem umas das outras, sentido este no qual falamos de um sistema de filosofia, um sistema capitalista etc.”.

Hoje, na fronteira do conhecimento da Ciência da Complexidade, um sistema complexo é definido como aquele emergente de interações entre seus múltiplos componentes. A partir de uma *visão holista* ou *abordagem sistêmica*, observa-se *o todo ser distinto das partes* e pondera-se a importância dessas partes com pesos diferenciados.

Por exemplo, em Economia, a fronteira é *uma abordagem sistêmica financeira*. Nela se integram as finanças pessoais, corporativas, públicas, bancárias e internacionais.

As mudanças ocorridas a partir de 1750 podem ser entendidas mais como uma reorganização em vez de uma revolução do conhecimento. A revolução propriamente dita apareceria após as revoluções políticas americana (1783) e francesa (1789) com mudanças radicais no sistema do conhecimento.

Houve a destruição de um antigo regime do conhecimento e sua substituição por um novo. O antigo regime era *hierárquico*, tendo a Teologia como liderança, seguida pelo Direito e pela Medicina, depois vindo as Humanidades ou Artes Liberais, e por fim as Artes Mecânicas, como a agricultura e a construção de navios. No começo

do século XIX, porém, os defensores da tecnologia e das Ciências Naturais contestaram o predomínio das Humanidades tradicionais.

Os historiadores da ciência consideram os anos em torno de 1800 como a era da "segunda revolução científica". A queda da velha hierarquia veio associada a um maior reconhecimento da *pluralidade dos conhecimentos*, eruditos e populares, abrangendo o "o quê" e o "como".

A percepção da existência de outros conhecimentos, sobretudo de fontes de conhecimento fora da tradição culta europeia, foi como uma descoberta do "outro", tanto no tempo (*o historicismo*) quanto no espaço (*o Oriente*) ou na sociedade (*a descoberta do povo pelas classes médias e altas*). Houve uma percepção mais profunda da mudança e da distância cultural entre o passado e o presente, "o passado visto como um país estrangeiro", na ótica eurocêntrica.

Por trás do entusiasmo das classes médias pela cultura popular, tal como no entusiasmo pela Idade Média e pela "sabedoria oriental", havia uma reação contra o Iluminismo. O povo era considerado misterioso, descrito como o contrário da autorreferência dos descobridores: as pessoas do povo eram naturais, simples, instintivas, irracionais, sem individualidade própria, arraigadas na tradição e no solo de seus rincões.

Os anos em torno de 1850 não são tão definidos como as eras da reforma e da revolução. Mas a segunda metade do século XIX foi um período fundamental na história da especialização por a ciência ocidental ter se transformado em *uma série de disciplinas densamente profissionalizadas*, altamente centralizadas dentro de cada nação, e muitas vezes subvencionadas por um apoio comercial e estatal direto.

Criou-se o *doutorado* (ph.D.) como uma qualificação acadêmica e várias disciplinas passaram a ocupar, em número crescente, *departamentos autônomos*. Na época do positivismo, as ciências naturais eram tomadas como modelo de qualquer *trabalho intelectual*, estudiosos das mais variadas disciplinas diziam fazer trabalhos "científicos".

Um segundo grande aspecto define esse período: a *popularização*. Explicava-se a ciência aos leigos em uma infinidade de publicações, inclusive periódicos criados para esse fim.

A segunda das ondas econômicas de Kondratiev começou na Era Mecânica, de meados dos anos 1840 em diante. A tecnologia da Era do Vapor – os trens e os navios – transformou a *comunidade do saber*, permitindo a realização periódica de conferências internacionais de várias disciplinas, além de ciclos de palestras eruditas e de divulgação nos dois lados do Atlântico.

Os anos em redor de 1900, no entanto, foram apresentados como uma época de crise em muitas disciplinas. Esta crise era definida como “revolta contra o positivismo”, um sistema criado por Auguste Comte (1798-1857) com a proposta de ordenar as *ciências experimentais*, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das *especulações metafísicas ou teológicas*.

O “perspectivismo” de Nietzsche dizia não existir nenhuma maneira verdadeira de enxergar o mundo, mas apenas uma *variedade de perspectivas ou pontos de vista*. Nossas suposições sobre o mundo externo deveriam ser substituídas por, em seu lugar, uma análise da *experiência vivenciada no mundo*.

A célebre Teoria Geral da Relatividade de Albert Einstein (1915) incentivou o *relativismo*, enquanto o Princípio de Incerteza, em relação à mecânica quântica, solapou a certeza de maneira generalizada. As pretensões de objetividade foram se corroendo em um campo após o outro, junto com a confiança em *leis gerais* e em *métodos de aplicação geral*.

Por exemplo, entre os historiadores profissionais, a convicção de “a história ser uma ciência” cedeu lugar à ideia de “a história ser uma arte”, um ramo da literatura, sendo inevitável o ponto de vista pessoal. Arte se relaciona à habilidade de construir narrativas.

A Primeira Guerra Mundial trouxe muitas consequências para o conhecimento, além de ajudar a corroer as velhas certezas. De ambos os lados do conflito, houve o recrutamento de várias habilidades acadêmicas e dos próprios acadêmicos para auxiliar no

esforço de guerra. Ela chamou a atenção para a importância nacional da ciência e da pesquisa.

A guerra foi um grande estímulo à indústria e, assim, a determinadas formas de conhecimento. A terceira onda de Kondratiev já se iniciara nos anos 1890, Era da Revolução Elétrica e de inovações na tecnologia da informação. A história continua.

Avanço Contemporâneo do Conhecimento

O historiador Peter Burke, no seu livro *Uma História Social do Conhecimento - II (Da Enciclopédia à Wikipédia)*, continua sua narrativa a transformação tecnológica do conhecimento. A Segunda Guerra Mundial marca uma guinada na história do conhecimento de maneira ainda mais evidente diante da primeira, conhecida como a Grande Guerra.

Como o recente filme *Oppenheimer* mostrou, o Projeto Manhattan e sua grande equipe de cientistas tornou-se o símbolo da nova Era da Alta Tecnologia e do financiamento governamental. Mas a Ciência Grande não nasceu com a bomba atômica destruidora.

As experiências da guerra levaram a outras inovações. Um cientista americano estava trabalhando no problema de "ensinar" as armas de defesa antiaérea a mirar alvos velozes ao desenvolver a *cibernética*. A tecnologização do conhecimento continuou no mesmo passo da guerra, levada pela quarta onda de Kondratiev, a da Era Eletrônica.

A aceleração da inovação tecnológica gerou avanços no conhecimento e, por sua vez, eles levaram a outras inovações. A *obsolescência* se tornou mais evidente, como no caso do surgimento e desaparecimento da Era do Rádio, TV, cinema, jornais, discos e CDs...

O desenvolvimento mais significativo na história do conhecimento no período contemporâneo foi, sem dúvida, o advento do aprendizado de máquinas capazes de pensar, saber e aprender. *Inteligência Artificial está superando a burrice natural...*

Na comunidade do saber, a Era do Jato substituiu a Era do Vapor, com meios de transporte mais rápidos incentivando a

proliferação de pequenas conferências internacionais sobre temas específicos. Os grandes congressos internacionais das disciplinas continuaram a existir nesse período – na verdade, tornaram-se ainda maiores –, mas o verdadeiro trabalho era executado em outras esferas.

O financiamento da ciência pelo governo se manteve, após 1945, impulsionado pela Guerra Fria e principalmente pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Sem esse financiamento, seria impossível existir o que vem se chamando Terceira Era dos Descobrimentos, a exploração do espaço e das profundezas marinhas.

Burke afirma o mesmo em relação à Terceira Revolução Científica, assim denominada para explicar os rápidos avanços na Ciência da Computação e na Biologia molecular. O desenvolvimento das telecomunicações esteve ligado à Teoria da Informação ou Ciência da Informática. A análise do processo de comunicação (codificação, transmissão e decodificação) buscava garantir as mensagens não serem corrompidas por “ruídos”.

A Terceira Revolução Científica está ligada à “Terceira Revolução Industrial”, expressão mais utilizada para designar mudanças na segunda metade do século, mas já sendo ultrapassada pela Quarta Revolução Industrial. Esta Indústria 4.0 engloba algumas tecnologias para automação e troca de dados e utiliza conceitos de Sistemas Ciber-Físicos, Internet das Coisas e Computação em Nuvem.

Economias foram transformadas pelo surgimento das “indústrias de serviços”, em especial as “indústrias do conhecimento”, em detrimento da fabricação tradicional. A *desindustrialização* se deve à globalização com nova divisão internacional do trabalho.

O desenvolvimento do Vale do Silício na Califórnia, onde a indústria de Tecnologia da Informação já tinha se estabelecido desde os anos 1950, foi a primeira vez na história onde a localização de um importante setor de atividade econômica foi determinada pela presença de Instituições de Ensino Superior. Stanford com seu Departamento de Engenharia Elétrica de ponta e Berkeley foram decisivas.

Em contraste, nos anos 50, Detroit produzia metade dos veículos vendidos no planeta e tinha 1,85 milhão de habitantes, o que fazia dela a quarta maior cidade americana. Desde então, sua população caiu de maneira constante e hoje está em 685 mil pessoas – uma redução de 65%. *Viva a Chimérica!*

O surgimento da Economia da Informação e de empresas movidas pelo conhecimento como a Apple e a Microsoft, na qual a produtividade depende da pesquisa, levou por sua vez ao surgimento da Sociedade Pós-industrial. É também conhecida como Sociedade da informação ou Sociedade do Conhecimento por suas novas formas de conhecimento.

O nascimento da sociedade do conhecimento vem associado a um declínio na importância das universidades como centros de produção do conhecimento. Em vista da pluralidade dos conhecimentos, as universidades nunca monopolizaram a produção de saber, mas sua “participação no mercado” diminuiu, nesse período, devido à concorrência crescente não só dos laboratórios industriais, desde a segunda metade do século XIX, mas também dos *think tanks*.

Um laboratório de ideias, o *think tank* é um gabinete estratégico, centro de pensamento ou centro de reflexão, constituindo uma instituição de pesquisa composta por especialistas capazes de realizar investigações e defesas sobre tópicos exigentes da reflexão intelectual sobre assuntos de Política Social, Estratégia Política, Economia, Assuntos Militares, Tecnologia e Cultura. A maioria dos *think tanks* é composta de organizações não-governamentais, mas algumas *agências semi-autônomas* possuem laços com o governo, partido políticos, empresas ou militares.

Outra grande tendência neste período recente, apontada por Burke, foi o *declínio do Ocidente no domínio do conhecimento*, mais gradual no caso da esfera política diante da esfera econômica, mesmo assim claramente perceptível. O *etnocentrismo ocidental* ou o *eurocentrismo* foi objeto de uma crítica movida especificamente por antropólogos.

Nos anos 1960, é possível identificar um triplo ataque às interpretações tradicionais da história e da sociedade – as quais foram criticadas por ser *elitistas, ocidentais e machistas* –,

proveniente das feministas e dos defensores da abordagem de baixo ou da periferia. O surgimento da Economia Desenvolvimentista, com sua distinção entre centro e periferia, ou seja, países desenvolvidos e subdesenvolvidos – depois, “em desenvolvimento” –, e da Teoria da Dependência, a qual sustentava os países desenvolvidos terem mantido “subdesenvolvidos” os demais ao impô-los a exportar matérias-primas e a importar produtos manufaturados com tecnologia embutida.

A segunda metade do século XX também presenciou uma reação contra a crescente especialização. A *interdisciplinaridade* foi institucionalizada no nível da graduação de universidades inovadoras, mas o desafio hoje com a Ciência da Complexidade e a *transdisciplinaridade* é não só juntar especialistas, mas produzir novo conhecimento.

Os historiadores econômicos fixam a data da quinta onda de Kondratiev, baseada na *microeletrônica*, no fim dos anos 1980. A *tecnologização do conhecimento* continua a se acelerar com a explosão da *informação*, se nem sempre foi também do *conhecimento*.

Enquanto os gerentes e os gestores no mundo empresarial têm se interessado mais pelo *conhecimento*, as instituições do conhecimento, como as universidades, vêm se interessando mais por *gestão*. Elas lutam para conservar sua posição em um mundo cada vez mais competitivo, concorrendo não só entre si, mas também com instituições de pesquisa, como os *think tanks* e os laboratórios industriais.

A “McDonaldização do Conhecimento” (ou o *McConhecimento*) é uma combinação entre a produção em massa (o aumento no número de alunos), a tentativa de aumentar a eficiência através de *medições* (avaliação dos docentes feita pelos alunos, números de citações, atualizações do Currículo Lattes etc.), a padronização e a troca de pessoas por máquinas em algumas partes do processo de ensino, destacadamente à *distância*.

O cotidiano de trabalho de muitos estudantes e acadêmicos se transformou com a difusão do computador pessoal e o surgimento da internet, às vezes chamada de “Quinto Estado”. As vendas dos livros e jornais na versão impressa estão caindo. O *e-book* é uma ameaça

concreta aos livreiros, editores e outros agentes no campo do conhecimento com suporte físico de papel. Na verdade, *pouco se lê fora da rede social...*

Burke antevê como provável uma *diminuição do livro* – diminuição *metafórica*, no sentido de uma *perda de importância*, mas também diminuição *literal*, no sentido de *livros menores*, mais curtos. Afinal, os leitores adquirem uma proporção sempre maior de sua informação e mesmo de seu conhecimento em outras fontes – como aqui.

A tendência de globalização tem se reforçado pelo uso do inglês como “o novo latim”, a língua franca da comunidade de saber, empregado cada vez mais nas revistas especializadas, em qualquer país onde sejam publicadas, e em cursos universitários de todo o globo. O *colonialismo cultural* impõe, no Brasil, os acadêmicos sofrerem pressão dos dirigentes das universidades para *publicar seus estudos em inglês*, e não em sua própria língua, a fim de aumentar o prestígio internacional de suas instituições.

Outra grande tendência é a *democratização do conhecimento*. Um arquivo digital tem a possibilidade de se transformar em um “arquivo do povo”, um “arquivo aberto” capaz de fornecer boa informação para o público geral.

Assim encaro meu papel social de diletante como *trabalhador do conhecimento como divulgador*. A Ciência Cidadã é baseada na participação informada, consciente e voluntária – e gratuita.

Exilados e Expatriados na História do Conhecimento

Peter Burke, em seu livro *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*, publicado no Brasil em 2017, cita “cada época reescreve a história do passado à sua maneira, com referência às mais elevadas condições de seu próprio tempo”. Enquanto avançamos rumo ao futuro, tendemos a olhar para o passado a partir de novos ângulos.

Os historiadores profissionais rejeitam aquilo chamado de “*presentismo*”, mas é necessário distinguir perguntas e respostas. Para Burke, “sem dúvida, temos todo o direito de fazer perguntas provocadas pelo presente, só precisamos é *evitar respostas provocadas pelo presente*, obliterando a alteridade e a estranheza do passado. Dessa forma, os historiadores podem contribuir para a compreensão do presente através do passado, *vendo o presente de acordo com a perspectiva do longo prazo*”.

Dependência de trajetória [*path dependence*] é um conceito das Ciências Sociais referente a processos cujas decisões anteriores ou experiências feitas no passado restringem ou influenciam eventos ou decisões posteriores. Existe quando uma característica da economia (instituição, rotina tecnológica, padrão de desenvolvimento etc.) não se baseia nas condições atuais, mas, ao contrário, foi formada por uma sequência de ações anteriores, cada uma levando a um resultado distinto.

O citado livro de Peter Burke se localiza no cruzamento das duas tendências: a história do conhecimento e a história das diásporas, concentrando-se nos exilados e expatriados. Em especial, focaliza seus saberes “deslocados”, “transplantados” ou “traduzidos”.

Talvez se possa descrevê-lo, a exemplo de seus dois volumes anteriores “Uma História Social do Conhecimento”, como um ensaio em História Social, em Sociologia Histórica ou Antropologia Histórica do Conhecimento.

O conhecimento é socialmente situado. Este argumento se aplica a todo o mundo, mas em particular no caso dos exilados. Eles tiveram de responder a grandes mudanças em suas situações.

Burke se refere a um *exílio individual* no sentido de “alguém que fugiu” ou “alguém que foi embora”. Na Espanha, a palavra *exilio* passou a ser usada no século XX.

O tradicional termo espanhol *destierro*, “desenraizar-se”, está em sua referência à *perda da terra natal*. Um refugiado no México depois da Guerra Civil espanhola, preferia o neologismo *transtierro*, declarando “não se sentir *desenraizado* no México, mas *transplantado*”.

A ideia de “transculturação” foi cunhado para substituir o termo “aculturação”, usado pelos antropólogos. Diferentemente de “conceitos unilaterais”, como *aculturação* ou *assimilação*, as expressões *transculturación* e *transtierro* indicam a mudança ocorrer para ambos os lados do encontro.

Réfugiés ou *refugees* é um substantivo registrado pela primeira vez, de modo oportuno, respectivamente em francês e inglês, em 1685, ano da expulsão dos protestantes da França. O termo alemão para designar “alguém que fugiu”, também data do século XVII, enquanto o termo referente a “alguém procurado ou perseguido”, é mais recente.

Quanto a *expatriates*, no sentido de *migrantes voluntários*, o termo aparece em inglês no início do século XIX. Os *expatriados* às vezes são descritos como “alguém que foi puxado” para um novo país, e não “empurrado” para fora da terra natal.

Essa linguagem mecanicista obscurece *as escolhas feitas pelos refugiados*, mesmo caso fossem difíceis e limitadas. A diferença entre a migração voluntária e a forçada nem sempre é clara, trata-se de uma distinção de grau, não de natureza.

Nos anos 1930, alguns acadêmicos judeus alemães na Turquia e alguns acadêmicos republicanos espanhóis no México podiam ser descritos como *exilados*, por terem sido praticamente forçados a deixar a terra natal, mas também como *expatriados*, pois foram convidados pelos países de destino. Do mesmo modo, nos anos 1960 e 1970, alguns intelectuais latino-americanos, entre os quais muitos brasileiros, não foram expulsos, mas partiram porque repudiavam os regimes antidemocráticos.

Alguns não gostam de ser chamados de 'refugiados'. Sendo chamados, entre si, de "recém-chegados" ou "imigrantes". Não aceitavam nenhum desses rótulos citados.

Ficaram *em negação* durante um bom tempo depois de sua chegada, pensando "iriam se ausentar da terra natal apenas por um breve período". Essa fase inicial de *negação* ou *descrença* foi recorrente na história dos deslocamentos.

A negação é uma das histórias a se contar sobre os exílios. Muitas delas implicam a perda à qual se refere o título deste livro de Peter Burke.

Transplantar-se da terra natal, para aquela convenientemente chamada de "terra acolhedora", envolve o trauma do deslocamento e a ruptura na carreira, sensações de insegurança, isolamento e nostalgia, além de problemas práticos, como desemprego, pobreza, dificuldades com o idioma estrangeiro, conflitos com outros exilados e com algumas das pessoas do local, pois o medo e o ódio contra os imigrantes não são novidade. Isto fora *a perda do status profissional* em consequência da imigração.

O *choque do exílio* também inclui a perda da antiga identidade individual. A mudança de nome muitas vezes simbolizou a luta para se construir uma nova identidade ao perceber os habitantes locais não conseguirem pronunciar seu nome. O exílio provou ser uma experiência traumática para muitas pessoas, levando até ao suicídio.

Um grande problema para os exilados do século XX, em particular, foi *a necessidade de ser fluente em um novo idioma*. Escritores de prestígio, na terra natal, escreveram muito pouco na nova língua. Os exilados acadêmicos também sofreram com isso.

Um famoso, depois de voltar do exílio, disse: "Todo intelectual emigrado está, sem exceção, mutilado". Os exilados são, tanto intelectual quanto emocionalmente, deslocados.

Os expatriados também tiveram de encarar problemas sérios de vez em quando. Eles sofriam com *a nostalgia*, mesmo caso pudessem voltar para casa se quisessem.

Os antropólogos às vezes têm uma sensação de *isolamento* quando fazem trabalho de campo entre pessoas com hábitos muito

diferentes dos seus. Os *expatriados*, até mesmo os mais hábeis, podem encontrar dificuldades para fazer carreira no país escolhido.

O fato de alguns *emigrés* terem se mudado de um país a outro, a vários outros, sugere o estabelecer-se não ser um processo simples. Há novas exigências para a sobrevivência. Para se sair bem no exterior, muitas vezes é necessário *se reinventar*, entrar em um novo campo ou dominar uma nova disciplina.

Este livro de Peter Burke se concentra em algumas consequências positivas do exílio, no lado bom das coisas, vendo-as como uma das "bênçãos da adversidade". Pessoas ficaram famosas por serem inovadoras quando passaram por dificuldades incomuns na vida e na carreira, desafios aos quais responderam de maneira criativa.

O tema central deste estudo, as singulares contribuições dos exilados e expatriados à criação e à disseminação do conhecimento, privilegia necessariamente os aspectos positivos.

Muitos exilados conseguiram certo sucesso ao transplantar-se seguindo uma das três estratégias:

1. assimilação da cultura da terra acolhedora,
2. resistência a tal cultura ou, a mais fecunda das três,
3. a integração ou síntese de elementos das duas culturas.

A segunda estratégia dos exilados era *a segregação voluntária*, uma tentativa de reconstruir a antiga comunidade em terra estrangeira, vivendo perto dos companheiros de exílio, falando a língua nativa, frequentando as próprias escolas, lendo os próprios jornais, orando nas próprias igrejas, sinagogas e mesquitas, e assim criando uma pequena colônia com seus próprios padrões de sociabilidade.

Muitos refugiados enfatizaram seu desejo de permanecer juntos, e não de se ajustar à cultura do país acolhedor. Também era possível seguir um tipo de *caminho do meio*: as contribuições ao conhecimento vieram, em especial, de estudiosos capazes de se localizarem em algum ponto entre os dois extremos.

A adaptação à cultura da terra acolhedora geralmente era mais difícil para a primeira geração de adultos migrantes e mais fácil para as gerações mais novas. Os papéis às vezes se invertiam com os filhos se tornando “guardiões e provedores” dos pais.

Quanto à *terceira geração*, a dos netos, talvez eles nem se considerassem exilados, embora ainda estivessem marcados pela experiência de crescer em *uma família mais ou menos estrangeira*. Pessoas de todas as três gerações tiveram papel importante tanto na criação quanto na circulação de conhecimento como demonstra Peter Burke em seu original livro.

Usos do Deslocamento

Peter Burke, em seu livro *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*, mostra a recepção das ideias dos exilados no novo lar ter variado de acordo com as gerações.

A contribuição mais importante dada pelos recém-chegados não era informação, mas *um jeito de pensar*, uma mentalidade ou *habitus* diferentes daqueles predominantes no país onde se estabeleceram. No longo prazo, a chegada dos exilados fez muita diferença nos países capazes de os acolherem, embora muitos deles não tenham vivido o bastante para vê-lo.

Este livro apresenta uma seleção de estudos de caso da história do conhecimento na Europa e nas Américas ao longo dos últimos quinhentos anos, ou, mais precisamente, de 1453, quando os otomanos tomaram Constantinopla, até 1976, quando um regime militar se estabeleceu na Argentina. Para manusear esse tema imenso, foi preciso limitá-lo.

Apesar da importância da “migração de habilidades”, Burke se concentra em cientistas e acadêmicos e em suas contribuições para a “comunidade de aprendizagem” e a “República da Ciência”.

A produção de conhecimento dos cientistas da área de Exatas ou Biológicas depende menos de onde eles vivem em comparação ao caso das Humanidades, mesmo se eles elaborarem novas hipóteses em discussões com colegas estrangeiros. Nas Ciências Humanas e

Sociais, os efeitos do deslocamento na produção do saber são mais pervasivos – se espalham, infiltram ou penetram facilmente.

Como se preocupa com a produção e com a disseminação do conhecimento, este livro de Peter Burke reserva um lugar especial a alguns *grupos não acadêmicos*, em especial a tradutores, tipógrafos, jornalistas e editores. Eles aparecerão com frequência ao lado de alguns bibliotecários.

Estreitando um pouco mais o tema, *viajantes, estudantes e diplomatas* ficarão todos de fora da categoria de *expatriados*, discutida por Burke, sob o argumento de eles tenderem a morar em outro país durante um período relativamente curto. Isso vale também para os *exilados internos*, compostos por quem se opõe ao sistema político ou religioso e tenta viver em seu próprio país como se estivesse no exterior, ou seja, “de fora” como “observador crítico”. Sofremos, no Brasil, o sentimento de *dissidentes políticos* de 2019 a 2022.

Romancistas e poetas exilados e expatriados também ficaram de fora deste estudo, porque “em algum momento a gente tem de botar um ponto final”. Ainda assim, o tema deste livro continua bem extenso. Não seria difícil, para Burke, escrever um estudo sobre *escritores imaginativos no exílio* com essa mesma escala.

O que este livro tentará revelar é *a contribuição extraordinária*, desproporcional dos exilados e expatriados não apenas para a disseminação do conhecimento, mas também para sua criação. “Vivendo na Grã-Bretanha dos dias de hoje, é difícil não se dar conta dos aportes de exilados e outros imigrantes à vida intelectual do país”, afirma seu autor.

Para mensurar *a contribuição dos exilados ao conhecimento*, seria necessário comparar suas realizações com as de um grupo de controle de não exilados, equiparados aos primeiros em todos os outros aspectos – condições estas praticamente impossíveis aos historiadores. Então, Burke se concentra em alguns estudos de caso.

O foco estará na relação entre as contribuições ao conhecimento feitas pelos exilados e a situação dos grupos ou indivíduos deles. Seu objetivo é manter um equilíbrio entre a ênfase

em processos recorrentes e o destaque de contextos específicos, por meio de comparações e contrastes explícitos.

Os historiadores comparativos costumam se preocupar com diferentes *lugares* – e não com diferentes *épocas*. Mas, para Burke, comparações e contrastes sistemáticos entre diferentes períodos da história também são necessários para se estabelecer a especificidade de cada tempo.

A comparação – e o contraste – central oferecido por ele é entre os exilados protestantes do século XVII e os judeus do século XX. O paralelo entre as duas *diásporas* é bem evidente.

Algumas diferenças entre as duas diásporas também são bem evidentes: por exemplo, a importância do clero no primeiro caso, em uma época de migração confessional, contra a importância dos professores na segunda diáspora, quando o papel das universidades na cultura do conhecimento era muito maior.

O principal problema dessa abordagem ao estudo de acadêmicos exilados e expatriados pode ser descrito como “o *problema do iceberg*”. Os exilados bem documentados, os “imigrantes ilustres”, são apenas a ponta mais visível de um conjunto muito maior. Muitas vezes, as descobertas e ideias de cientistas menos conhecidos foram atribuídas a uns poucos pesquisadores mais famosos.

Como se trata de um livro sobre as contribuições especiais dos exilados para o conhecimento, Burke enfatiza, desde o início, os *outsiders* sofrerem com limitações, sobretudo com a falta de conhecimento local ou interno. Salienta também os *insiders* gozarem dos chamados “privilégios cognitivos”, tanto quanto os *outsiders*, mas suas contribuições ao conhecimento não são o tema deste livro.

A razão deste estudo não é apenas listar as várias contribuições que os exilados trouxeram ao conhecimento, mas também perguntar o que tornou ímpares esses aportes. O encontro entre exilados e seus anfitriões ocasionou *um processo de dupla “desprovincialização”*.

Os exilados se desprovincializaram ao passar de uma cultura a outra, mas também ajudaram a desprovincializar seus anfitriões ao lhes apresentar não apenas novos saberes, mas, sobretudo, *novos*

jeitos de pensar. O exílio e, em menor medida, a expatriação foram *uma educação para ambos os lados* desse encontro.

A pergunta fundamental para este livro responder é se os exilados e expatriados de diferentes tempos e lugares fizeram ou não uma contribuição distintiva ao conhecimento. Burke sugere o exílio acabar por ser *uma forma de educação*, uma educação dura para os exilados e uma educação mais branda para algumas das pessoas encontradas com eles na terra de acolhida.

Ele não subestima *o lado negativo dos acontecimentos*. Os emigrantes quando se segregam não aprendem nada – e não esquecem nada da terra natal. Além disso, muitas vezes os anfitriões não conseguem aprender com os recém-chegados – e então surgem os desentendimentos.

Expatriados sempre têm um plano de fuga: “levam no bolso uma passagem de volta”, junto com a expectativa de retornar logo “para casa”. Quanto aos cidadãos do país de destino, os estudantes com aulas de acadêmicos exilados quase sempre descobriram algo difícil de terem aprendido com outros professores.

Boa parte deste estudo diz respeito à interação entre exilados ou expatriados e a cultura do país para onde eles se mudaram, mas também há algo a dizer sobre as consequências para o conhecimento na terra natal dos emigrantes. As consequências negativas da “fuga de cérebros” são bem óbvias, mas às vezes também existem consequências positivas, pelo menos quando os exilados retornam ou “reemigram”. Muitos dos exilados trouxeram consigo novas ideias e novos métodos para seu país de origem.

Há um alargamento de horizontes, ou como já dito, um processo de “desprovincialização”. Este é um conceito erguido sobre três processos diferentes. O primeiro é *a mediação*; o segundo, *o distanciamento*; e o terceiro, *a hibridização*.

A “função” dos refugiados é ter oportunidades de fazer a mediação entre a cultura de seus locais de origem e a dos países para onde fugiram. A mediação inclui *a disseminação*, embora as tentativas dessa enfrentem evidentes obstáculos linguísticos.

O conceito de “distanciamento” cobre várias das consequências da distância. A distância imposta pelo exílio permitiu a alguns acadêmicos alçarem um voo de pássaro e vissem a *big picture* com mais clareza diante de antes. Viram “a cidade inteira” e obtiveram a *sensação do todo*.

Essa abordagem distanciada permite a “objetividade do estrangeiro”, não um “mero afastamento”, mas um composto de “indiferença e envolvimento” com a “aquisição de perspectiva”. Exilados – literalmente desconectados de casa e ainda não conectados ao lugar onde foram recebidos – falam e escrevem sobre ambas as culturas do ponto de vista do *outsider*, ou seja, “o olhar distanciado”.

Como as generalizações dependem das comparações, os exilados também deram uma contribuição desproporcional à teoria social e cultural. Em certo sentido, o exilado (e, em menor medida, o expatriado) é o intelectual *par excellence*, pois ele ou ela é “extraterritorial”, um *outsider* sem pertencer nem à terra natal nem à terra de acolhida.

O distanciamento significa os intelectuais “flutuarem livremente” como um “estrato desancorado, relativamente sem classe”. O *cosmopolitismo* é um pensamento filosófico discordante das fronteiras geográficas impostas pela sociedade, considerando a humanidade seguir as leis do Universo (cosmos) e, portanto, considera os seres humanos deverem formar uma única Nação, sem separatismos culturais.

Alguns classificam o cosmopolitismo como uma arrogância dos intelectuais. Expressaria seu sentimento de superioridade em relação aos outros, a quem consideram “presos no lodo do localismo e dos preconceitos típicos dos provincianos xucros”.

Os intelectuais exilados tinham e têm um distanciamento apenas relativo. Eles não flutuam livres de toda e qualquer amarra, mas se localizam nas margens de duas culturas.

Essa localização é, muitas vezes, desconfortável, mas traz novas percepções, sobretudo a consciência aguda das *formas alternativas de pensamento*. Essa percepção comumente escapa dos

indivíduos confortavelmente enraizados em solo nativo e, portanto, sob o risco do *provincialismo* ou mesmo do *paroquialismo*.

É possível associar a ascensão da ciência moderna à “passagem do domínio do envolvimento para o domínio do distanciamento no saber humano”.

Finalmente, o terceiro processo analisado por Burke é o de *hibridização*. Refere-se ao “papel do *émigré* ou *outsider* em catalisar o desenvolvimento intelectual e social”.

Um dos resultados da imigração é o aparecimento de “um novo tipo de personalidade” denominada de “híbrido cultural” ao “viver e compartilhar o íntimo da vida cultural e das tradições de dois povos distintos”. Por exemplo, os judeus se tornaram mais criativos naquele momento quando haviam escapado de sua própria tradição, mas ainda não assimilavam a de seus vizinhos gentios. Eles ficaram entre dois mundos.

Alguns exilados desenvolveram uma consciência aguda dos pontos fortes e fracos tanto da terra natal quanto da terra acolhedora. Esses exilados estavam à altura da tarefa chamada de “integração” de duas tradições, *hibridização*.

Os expatriados também contribuem para a *hibridização dos conhecimentos*, ensinando ou aprendendo em um novo ambiente, ou fazendo ambos. Dois ou três pontos de vista são melhores em lugar de um: é bem provável um grupo com indivíduos de diferentes culturas apresentar esse tipo de diversidade.

Dentro das pessoas as ideias se movem. “A informação não rotineira requer contatos pessoais diretos” – eles são estimulantes ou desafiantes em termos intelectuais.

Os aprendizes aprendem ao observar o mestre e, então, tentam imitar seu trabalho. Enquanto isso, o mestre observa e corrige a imitação.

Os exilados desprovincializam seus anfitriões, ou pelo menos alguns de seus anfitriões, ao confrontá-los com pontos de vista desconhecidos. “Os exilados, eles próprios *desassossegados*, têm o *poder de desassossegar os outros*”.

Exílio e expatriação são formas de encontro cultural. Obviamente, precisam ser examinadas de ambos os lados. Assim como pessoas ou comunidades diaspóricas inteiras foram mais ou menos abertas às culturas das terras de acolhimento, também essas terras foram mais ou menos receptivas aos estrangeiros, ou a diferentes tipos de estrangeiros.

A questão da *receptividade* por parte dos países de acolhida ou, mais precisamente, de grupos e indivíduos nesses países de acolhida, é tema-chave de Peter Burke. Vale o ler.

Ignorância: Uma História Global

O livro *Ignorance: A Global History* de autoria de Peter Burke foi publicado no ano corrente. Ele o dedica “para os professores do mundo, heróis e heroínas do cotidiano, tentativas de remediar a ignorância”.

Como epígrafe, o historiador inglês cita Leonel Brizola! “*A educação não é cara. O que custa caro é a ignorância*”. E lança a pergunta de Petrarca: – “*Pode haver um campo mais amplo. . . em vez de um Tratado sobre a Ignorância?*”

Cita outro brasileiro logo no parágrafo inicial do Prefácio. “A ignorância, definida como *ausência de conhecimento*, pode nem parecer um tema – um amigo meu imaginou um livro sobre o assunto não conter nada além de páginas em branco. No entanto, o assunto desperta um interesse crescente, estimulado por *exemplos espetaculares de ignorância dos presidentes Trump e Bolsonaro*, para não falar de outros presidentes”.

Como Burke espera demonstrar, tanto os tipos de ignorância como os tipos de desastres consequentes são muitos e variados.

Escreveu este livro, além de especialistas, para leitores em geral. Como cada indivíduo é uma combinação única de conhecimento e ignorância, o tema é certamente de interesse geral.

Dada *a atual ignorância da história da ignorância*, achou mais realista organizar um estudo geral como uma série de ensaios sobre tópicos específicos. A alternativa seria organizar o livro de forma tradicional, como uma narrativa século após século. Tal narrativa dependeria da identificação de tendências gerais comuns a diferentes campos.

A sua razão para dizer pouco ou nada sobre períodos anteriores a 1500 e muitas partes do globo é simples. “Ignorância, prezado leitor, pura ignorância”...

Práticas muitas vezes consideradas recentes, como as fugas de informação e a desinformação, na verdade remontam a séculos. O aprofundamento do especialista e a visão panorâmica do generalista estimulam e dependem um do outro.

Ao lançar a pergunta-chave no primeiro capítulo: o que é ignorância? Cita em resposta: "a ignorância é uma criação social, como é o conhecimento".

Muito tem sido escrito sobre ignorância, principalmente negativo. Há uma longa tradição de denunciar a ignorância por diversos motivos e razões.

Os falantes de árabe falam do período pré-islâmico como a "Era da Ignorância". Da mesma forma, durante a Renascença, os humanistas foram os primeiros a chamar a classificar a anterior "Idade Média" como uma Era de Trevas.

Durante o Iluminismo, a ignorância foi apresentada como um suporte para o "despotismo", o "fanatismo" e a "superstição". Eles seriam todos eliminados ao entrar em uma Era de Conhecimento e Razão. Um político liberal prometeu matar a Ignorância como um dos "cinco gigantes": a Pobreza, a Doença, a Miséria e a Ociosidade.

Combater a ignorância generalizada, beirando a idiotice, passou a ser novo objetivo nacional quando o líder político não é ele mesmo um ignorante. Em vez de criticar o passado, o nosso tempo passou a ser visto como uma Era de Ouro da Ignorância.

Embora estejamos bem conscientes de sabermos muitas coisas não sabidas pelas gerações anteriores, estamos muito menos conscientes do que elas sabiam e nós não. Houve perda de conhecimento desde a familiaridade com os clássicos gregos e romanos até ao conhecimento quotidiano da História Natural.

No passado, uma das principais razões para a ignorância dos indivíduos era o fato de circular muito pouca informação na sua sociedade. Algum conhecimento era muito "precário", registrado apenas em manuscrito e escondido porque as autoridades tanto da Igreja como do Estado o rejeitavam.

Hoje, paradoxalmente, a abundância tornou-se um problema, conhecido como "sobrecarga de informação". Os indivíduos vivenciam um "dilúvio" de informações e muitas vezes são incapazes de selecionar o necessitado, uma condição conhecida como "falha do filtro". Consequentemente, a nossa chamada Era da Informação

permite a propagação da ignorância tanto quanto a propagação do conhecimento.

O clero dos primeiros tempos modernos, quer católicos quer protestantes, era geralmente hostil à curiosidade, “tratando-a como um pecado, geralmente venial, mas por vezes mortal”. Hoje, os religiosos retomaram esse preconceito, criticando a curiosidade “vã”, sugerindo um certo tipo de ignorância é uma opção mais sábia, afinal, eles sabem: *o mundo acabará brevemente, após a nova vinda de Cristo à terra! Aleluia!*

Reagindo contra a recomendação bíblica, Kant usou a frase “Ouse saber!” (*Saper Aude*) como lema do Iluminismo. Contrapunha-se a quem achava a ignorância alienada ser uma receita melhor para a felicidade em lugar da curiosidade.

Alguns elogiam a ignorância porque estimula a imaginação! Coloca a Arte no lugar da Ciência...

A própria a Justiça é representada, desde o Renascimento, como uma pessoa vendada, simbolizando a ignorância no sentido de abertura de espírito e ausência de preconceitos. Ou neutra diante dos fatos julgados, tal como a Ciência na tentativa de falsear hipóteses levantadas sem sustentação em evidências empíricas.

O “véu da ignorância” é uma cegueira em relação à raça, classe, nação ou gênero. Ela nos ajuda a ver os indivíduos como seres moralmente iguais ou não...

Nem todas as informações devem (e podem) ser divulgadas. Os padres são obrigados a guardar os segredos do confessor, enquanto os médicos juram respeitar a privacidade dos seus pacientes. A democracia é protegida pelo sigilo das cédulas.

O anonimato permite os examinadores avaliarem os trabalhos sem preconceitos e os participantes da revisão por pares dizerem exatamente o que pensam sobre o trabalho de seus colegas rivais. As negociações secretas permitem os governos fazerem concessões ao outro lado, impossíveis à luz da publicidade. “A informação produz não apenas benefícios, mas também perigos”, comenta Burke.

No fim do século XIX, a ignorância era recomendada como resposta ao problema cada vez mais agudo do “demasiado para

saber". Outros acham os empresários sem estarem conscientes dos seus constrangimentos e realidades externas seriam mais propensos a "gerar ideias livremente". Henry Ford teria dito: "procuro pessoas com uma capacidade infinita de *não saber o que não pode ser feito*".

A expressão "ignorância criativa" implica o reconhecimento de demasiado conhecimento inibir a inovação, não apenas nos negócios, mas também noutros domínios.

À afirmação de a ignorância ter a sua utilidade por levar a *insights*, deve ser contraposta à pergunta: *útil para quem?* As consequências negativas da ignorância geralmente superam as positivas.

O desejo de não saber (ou de outras pessoas não saberem) a respeito de tudo ameaçador ou embaraçante é compreensível, mas as suas consequências são muitas vezes negativas, pelo menos para outras pessoas. Pior é ignorar ou negar fatos estranhos.

A definição tradicional de *ignorância* é simples: a ausência ou "privação" de conhecimento. Isto é muitas vezes invisível para o indivíduo ou grupo ignorante, uma forma de cegueira com consequências enormes, incluindo desastres humanos.

Incógnita é aquilo o qual se busca saber. Mas também existem *incógnitas desconhecidas* – aquelas que não sabemos que não conhecemos.

Conhecimento tácito é aquele adquirido ao longo da vida pela experiência. Geralmente, é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente às habilidades pessoais. Ele é tão crucial como "os desconhecidos conhecidos": o inconsciente freudiano visto como "o conhecimento o qual não se conhece"...

Freud estava interessado em outros tipos de *ignorância inconsciente*. Na sua famosa discussão sobre a interpretação dos sonhos, ele perguntou se os sonhadores sabem ou não *o que os seus sonhos significam*.

O sonhador talvez saiba o que significa o sonho dele, mas ele não sabe que sabe disso... De modo mais geral, Freud estava interessado naquilo recusados por seus pacientes saber sobre si mesmos, tipo "não quero nem saber!"

Jacques Lacan descreveu os psicanalistas como “pessoas que não sabem o que é Psicanálise (e sabem que não sabem disso)”. Estão em oposição às “pessoas que pensam que sabem, mas não sabem”. Alguns pacientes passam da resistência ao *autoconhecimento* para o desenvolvimento de uma paixão por ele.

Sociologia e Variedades da Ignorância

“Se existe uma sociologia do conhecimento, então deveria haver também uma sociologia da ignorância”. Este desdobramento de sua obra levou a Peter Burke publicar, em 2023, o livro *Ignorance: A Global History*.

Tal sociologia poderia começar com a questão: *Quem não sabe o quê?* “Somos todos ignorantes, apenas sobre coisas diferentes...”

Por exemplo, existem cerca de seis mil línguas faladas no mundo hoje. Porém, mesmo os políglotas ignoram 99,9% delas.

As discussões sobre ignorância precisam distinguir entre as suas muitas variedades, “ignorâncias” no plural, em paralelo com “conhecimentos”. Uma famosa distinção contrasta *saber como fazer algo* e *saber algo ser obra do acaso*, “saber como” e “saber aquilo”.

Os termos *conhecer* e *saber* referem-se ao conhecimento adquirido através do conhecimento pessoal – conhecer a própria Londres, por exemplo, em oposição a saber a existência de uma cidade chamada Londres. Cada forma de conhecimento tem uma forma de ignorância como seu oposto complementar.

Muitas variedades novas foram rotuladas e foi criada uma taxonomia elaborada, usando uma variedade de adjetivos, de “ativa” a “intencional”. Na verdade, há consideravelmente mais adjetivos em lugar das variedades descritas, uma espécie de “reinvenção da roda” resultante da especialização acadêmica, uma vez que os indivíduos em uma área de conhecimento ignoram frequentemente as descobertas em outra.

Um exemplo contrasta a ignorância da existência de algo com a ignorância da sua explicação. Epidemias e terremotos, por exemplo, são *conhecidos* há muito tempo, mas ninguém sabia *o que os causava* até há relativamente pouco tempo.

A ignorância “sancionada” refere-se a uma situação na qual um grupo, como os intelectuais ocidentais, se sente no direito de permanecer ignorante sobre outras culturas. Enquanto isso, esperam os indivíduos de outras culturas saberem sobre elas...

A ignorância (assim como o conhecimento) às vezes é *fingida*. O ex-presidente do Brasil pode negar o genocídio pela atitude cética quanto à epidemia e vacinação, embora tenha conhecimento do massacre (segundo maior número de mortos no mundo) permitido por sua omissão.

Outra distinção útil é entre ignorância *consciente* e *inconsciente*, onde o termo “inconsciente” é usado para significar “sem ter consciência” – sentido ou percepção possuídos pelo ser humano em relação ao moralmente certo ou errado em atos e motivos individuais – e não no sentido freudiano de *subconsciente*. Este é o sentimento ou conhecimento capaz de permitir ao ser humano vivenciar, experimentar ou compreender aspectos ou a totalidade de seu mundo interior.

O termo ignorância “profunda” tem sido utilizado para se referir à falta de consciência de certas questões. Inclui a falta dos conceitos necessários para colocar essas questões.

Um exemplo de *ignorância profunda* é a comum falta de consciência de modos de pensamento alternativos aos nossos. A circularidade é central: um modo de pensamento persiste porque é dado como certo, tomado como natural, seja no *nível micro* do chamado por Thomas Kuhn de “paradigma” científico, seja no *nível macro* de um sistema de crenças completo. Quando tentamos criticar as nossas próprias normas, *os limites da autocrítica* tornam-se aparentes.

Muitos historiadores e sociólogos trataram indivíduos e grupos como “crédulos” ou incapazes de criticar as suas crenças. Ao fazê-lo, ignoram a falta de acesso destes indivíduos e grupos a sistemas de crenças alternativos.

Em um sistema fechado, é difícil manter a mente aberta. É difícil, senão impossível, desafiá-lo sem alguma consciência das alternativas, geralmente surgidas como resultado de encontros entre

indivíduos de culturas diferentes, alargando o horizonte de expectativas para ambos os lados.

O avestruz com a cabeça na areia – ilustração da capa do livro de Peter Burke – é um famoso símbolo de *não querer saber ou conhecer*, também descrito como ignorância voluntária, intencional ou resoluto. A ideia pode ser estendida para incluir omissões ou silêncios deliberados.

Havia quatro momentos na produção de conhecimento do passado nos quais os indivíduos escolhiam entre comunicar determinados itens de informação ou manter silêncio sobre eles. Os quatro momentos eram os de produzir documentos, armazená-los em arquivos, recuperar as informações e utilizá-las em uma história escrita.

A *ignorância culposa* pode ser individual ou coletiva. Esta última é conhecida como a “ignorância branca”, uma frase cunhada para se referir aos preconceitos subjacentes ao racismo.

A *ignorância coletiva* apoia o domínio de um grupo sobre outro, encorajando-os a aceitar a sua situação como natural. A *ignorância dos dominantes* impede-os de questionar os seus privilégios, enquanto a *ignorância dos dominados* muitas vezes os impediu de se rebelarem. Daí os esforços daqueles no poder, como observou Diderot, “para manter o povo em um estado de ignorância e estupidez”.

A ignorância “seletiva” é exemplificada da seguinte forma: “a ignorância é o primeiro requisito do historiador, *ela simplifica e esclarece, seleciona e omite*”. A seleção pode ser inconsciente, uma forma de desatenção, como mostra um experimento informal: se assistirmos a um filme sem legenda e com o som desligado, notamos gestos e expressões faciais dos atores normalmente ignorados.

A *multiplicidade de olhares* – imperiais, etnográficos, médicos, mercantis, missionários e assim por diante – sugere: deveríamos falar não apenas de “ensinar o olho a ver”, mas também do seu oposto, “ensinar o olho a não ver”. Tanto o *insight* como a cegueira estão incorporados no *habitus* de determinadas profissões.

Na pesquisa, procurar uma coisa leva à desatenção a outras. Por exemplo, concentrar a atenção na detecção de Covid levou a não perceber sinais de outras doenças perigosas.

A ignorância “especificada” é um afastamento consciente do conhecimento sobre um tópico para se concentrar em outro: escolher levantar certas questões, adotar certos métodos ou operar com certos paradigmas. Em cada caso, uma escolha positiva tem alguns efeitos negativos, excluindo certos tipos de conhecimento, seja deliberadamente ou como consequência não intencional.

A ignorância “passiva” refere-se à ausência de conhecimento, incluindo a incapacidade de mobilizar para efeitos de ação. O termo ignorância “ativa”, no sentido de resistência a novos conhecimentos ou ideias, é utilizado para descrever a oposição de alguns ortodoxos às visões perturbadoras de heterodoxos. Pode estender-se ao hábito de “ignorar” tudo o que não queremos nem saber, muitas vezes com consequências graves.

A frase “ignorância ativa” também pode referir-se àquilo pensado como sabido. “A ignorância não reside nas coisas não sabidas, mas nas coisas sabidas não serem assim”.

Expressões como “produção” ou “fabricação” de ignorância são aplicáveis, juntamente com o adjetivo ignorância “estratégica”. Burke não está satisfeito com as referências à “produção” de ignorância nos casos no qual nenhum conhecimento a precedeu. Prefere usar o velho termo “ofuscação”, ou falar em *produzir “confusão” ou “dúvida”*, ou em *manter a ignorância*, ou em *criar obstáculos ao conhecimento*.

É mais claro permanecer próximo da linguagem comum sempre quando possível, descrevendo *as tentativas de enganar o público por razões políticas ou econômicas* como simples “mentiras”. No entanto, tem sido e continua a ser uma prática muito comum encobrir muita coisa cujo público deveria saber. Esta prática também é descrita como “desinformação” ou, eufemisticamente, como “medidas ativas”.

A ignorância de outras pessoas é uma *fonte de poder* para aqueles “por dentro” de domínios como a política, os negócios e o crime. O “controle da definição de ignorância” pelas elites teve importantes implicações políticas.

A capacidade de rotular os outros como *ignorantes* significou desqualificá-los para ter voz nos assuntos da *cidadania*. Esta é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país, por parte dos seus respectivos cidadãos, ou seja, indivíduos componentes de determinada Nação.

A *cidadania* é assim definida como a condição do *cidadão*, indivíduo a viver de acordo com um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada. *Não pode ignorar seus direitos e deveres*. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações, garantindo estes serem colocados em prática.

Filosofia sobre a Ignorância

De início, Peter Burke, em seu livro *Ignorance: A Global History* (2023), concentrou-se em três tópicos principais: não saber alguma coisa, não querer saber alguma coisa e não querer outras pessoas saberem de alguma coisa. No entanto, é certamente impossível escrever uma história destes temas sem introduzir conceitos relacionados com eles.

O *erro*, por exemplo, é o *resultado da ignorância*, mas também traz as suas próprias consequências, por vezes trágicas. Demonstra isso em capítulos sobre a guerra e os negócios.

Para resolver o problema da *representação da ignorância na arte*, alguns pintores assimilaram-na à cegueira ou à loucura. O desenho personificou a ignorância como *um homem com orelhas de burro*, ilustrando mais uma vez a assimilação comum da ignorância à estupidez.

Hoje, a ideia de ignorância é frequentemente utilizada como um guarda-chuva intelectual. Cobre ideias vizinhas, como incerteza, negação e até confusão.

Dadas as dimensões do tema, já suficientemente grandes, Burke optou por uma definição relativamente restrita de ignorância como *ausência*. Contudo, essa escolha não significa uma recusa em olhar para além da definição.

Tenta reconstruir uma rede de ideias relacionadas, centrada na ignorância e incluindo obstáculos, esquecimento, sigilo, negação, incerteza, preconceito, incompreensão e credulidade. Mostrar conexões entre esta teia de conceitos e os fenômenos referidos é o objetivo principal deste estudo de Peter Burke.

Os obstáculos ao conhecimento podem ser físicos, incluindo a *inaccessibilidade do objeto de conhecimento* como no caso dos europeus em África. Também podem ser mentais, no sentido de ideias antigas não questionadas impedirem a aceitação de novas. Os casos de resistência às ideias de Galileu e Darwin (entre outros) são discutidos por Burke.

Modelos ou paradigmas intelectuais *lançam luz*, mas como *simplificam*, também têm um lado obscuro, atrapalhando tudo aquilo não enquadrado no modelo. Os obstáculos também podem ser *sociais*, como a antiga exclusão das mulheres e da classe trabalhadora do Ensino Superior, ou *políticos*, como no caso dos encobrimentos por parte dos governos.

O conceito de *esquecimento*, a passagem do conhecimento de volta à ignorância, inclui o seu sentido metafórico. Os termos "amnésia" social, estrutural ou corporativa referem-se à reconstituição consciente ou inconsciente do passado à imagem do presente, bem como à perda de informação para uma organização.

Os estudiosos também precisam estar cientes de uma tendência para a "amnésia de citação", uma falha em se referir a antecessores em seu campo. Mesmo os estudiosos mais conscienciosos, reconhecendo serem "dívidas menores" a autores não notáveis, às vezes se esquecem de citar o antecessor a quem mais devem.

O sigilo também é obviamente relevante para o tema da ignorância, porque um segredo envolve não apenas um pequeno grupo "por dentro do conhecimento", mas também um grupo maior mantido na ignorância, "fora do circuito". Atividades clandestinas, como contrabando, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, abrigam-se sob esse guarda-chuva – e são também discutidas por Burke.

A *negação* faz parte de um arsenal de métodos para manter o público na ignorância de fatos ou acontecimentos embaraçosos. A sua

história, especialmente a sua história recente, é visa, por exemplo, na negação do Holocausto e de outras tentativas de genocídio, negação da ligação entre o tabagismo e o cancro do pulmão, negação das alterações climáticas etc.

O que torna a negação eficaz, tal como outras formas de propaganda, é a *credulidade*. Pode ser definida como a ignorância da importância e das técnicas da crítica, especialmente a crítica às “notícias falsas”, transmitidas em uma variedade de meios de comunicação – boatos, jornais, televisão e, mais recentemente, Facebook e Twitter (X).

A credulidade floresce em situações de incerteza. A incerteza é o destino de todos os tomadores de decisões, porque todos ignoramos o futuro resultante de interações entre muitas decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas umas das outras.

No entanto, podem ser tomadas medidas para prepará-lo, graças à análise de risco e outras formas de previsão. São também discutidas por Burke.

Quanto ao *preconceito*, pode ser definido como um julgamento feito por ignorância, caso clássico de *não saber que não se sabe*. Exemplos serão recorrentes ao longo deste livro *Ignorance: A Global History*.

A *incompreensão* depende da ignorância e, tal como a ignorância, desempenhou um papel importante e insuficientemente reconhecido na história humana. Os mal-entendidos tornam-se particularmente visíveis quando membros de uma cultura encontram membros de outra pela primeira vez.

Como Burke sugeriu, a ignorância é um conceito mais complexo diante daquilo parecido à primeira vista. Não é de admirar, então, filósofos em diferentes partes do mundo tenham tido muito a dizer sobre isso. As opiniões de alguns deles são assunto de Burke.

Filosofia é uma área do conhecimento dedicada à construção de saberes lógicos e racionais. Produz um conhecimento sistemático a partir da argumentação e da criação de conceitos.

A Filosofia se dedica a estudar qualquer assunto caso se possa produzir um conhecimento válido a partir de sua argumentação.

Consiste no estudo de problemas fundamentais relacionados ao conhecimento, à lógica, à existência, à verdade, aos valores morais e estéticos, à mente e à linguagem.

Filósofo é um indivíduo em busca do conhecimento, movido pela curiosidade, pelo questionamento do mundo e dos fundamentos da realidade. Desenvolve a Filosofia como disciplina e a torna intrínseca à condição humana. Não é apenas um *conhecimento*, mas uma *atitude* do ser humano em relação ao universo e seu próprio ser.

Os filósofos foram os primeiros a discutir a ignorância, começando há mais de 2.500 anos. Confúcio, por exemplo, teria definido: "o conhecimento é saber tanto *o que se sabe* como *o que não se sabe*."

Sócrates afirmava ser mais sábio diante de um homem a "pensar que sabe alguma coisa, quando não sabe". O próprio Sócrates advertiu: "não pensa que sei o que não sei".

A Epistemologia é um ramo da Filosofia preocupado com a forma como adquirimos conhecimento e sabemos ele ser confiável. O seu oposto, a Epistemologia da Ignorância, preocupa-se com *como e por que permanecemos ignorantes*.

A Escola dos Céticos questionou a confiabilidade de diferentes tipos de conhecimento e transformou a desconfiança nas aparências em *um método*. Os céticos salientaram: "as mesmas impressões não são produzidas" em pessoas diferentes "pelos mesmos objetos". O mesmo objeto parece diferente para cada pessoa em diferentes circunstâncias ou pontos de vista.

Os céticos acreditavam em "investigação": examinar o caso a favor e contra uma determinada crença e suspender o julgamento até quando o conhecimento tenha sido alcançado. Havia dois tipos de cético: o cético "dogmático" com a certeza de nada poder ser conhecido e o cético "reflexivo" sequer com certeza disso...

Na crise intelectual da Reforma, tanto os católicos como os protestantes tiveram mais sucesso nos seus argumentos negativos em vez dos positivos. Os protestantes minaram a autoridade da tradição, enquanto os católicos minaram a autoridade da Bíblia.

O que sobrou? O Ateísmo representa a negação categórica da existência de divindades e entidades sobrenaturais, ou seja, da presença de deuses no Universo.

Ele se desenvolveu a partir do crescimento de ideias baseadas no *ceticismo científico* e da *difusão do pensamento livre*. As constantes e crescentes críticas à religião também representaram um reforço para os argumentos ateístas ganharem força e destaque.

No entanto, somente a partir do século XVIII, com o Iluminismo, começaram a surgir os primeiros indivíduos capazes de se autodeclarar *ateus*. Atualmente, a Suécia é o país com maior concentração de ateus no mundo, aproximadamente 85% da população local.

O país ocupa o quarto lugar do mundo no Índice de Democracia, depois da Islândia, da Dinamarca e da Noruega, segundo *The Economist*. O país ainda é considerado um dos mais socialmente justos da atualidade, apresentando um dos mais baixos níveis de desigualdade de renda do mundo. Desde quando a ONU começou a calcular o IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade) de seus membros, a Suécia encontra-se entre os mais bem colocados países do mundo nesse indicador.

Ignorância Coletiva

Peter Burke, em seu livro *Ignorance: A Global History* (2023), narra: na década de 1980, alguns filósofos deram uma guinada social e passaram a estudar o conhecimento e a ignorância de uma forma diferente.

A *Epistemologia tradicional* concentrou-se nas maneiras pelas quais os indivíduos adquirem conhecimento. Em contraste, a *Epistemologia social* centra-se em comunidades “cognitivas”, tais como escolas, universidades, empresas, igrejas e departamentos governamentais.

Quanto à *Epistemologia da ignorância*, o seu programa foi definido como “identificar diferentes formas de ignorância, examinando como são produzidas e sustentadas e qual papel desempenham nas práticas de conhecimento”. Na prática, o

programa tem-se centrado na ignorância imputada a gêneros, raças e classes.

Há, segundo Burke, uma explicação social óbvia para esse foco. A entrada de mulheres, negros e membros da classe trabalhadora na arena acadêmica, primeiro como estudantes e mais tarde como professores e acadêmicos, tornou-os particularmente conscientes da ignorância e dos preconceitos dos homens brancos da classe média.

Outrora, eles monopolizaram posições de domínio nesta área. É hora de olhar mais de perto para as formas coletivas de ignorância. Burke dedica um capítulo ao tema.

A expressão "ignorância organizacional" foi cunhada para se referir à *falta de partilha de conhecimento dentro de uma determinada organização*. Esta falta é por vezes uma vantagem, pelo menos no caso de organizações clandestinas, divididas em "células", cada uma das quais ignora os membros e as atividades dos outros, de modo a informação possível de qualquer membro divulgar sob interrogatório ser limitada.

Mais frequentemente, porém, a ignorância organizacional é um risco. Os funcionários quando trabalham no mesmo local há muito tempo adquirem um estoque de conhecimento implícito possível de ser perdido quando se aposentarem ou se mudarem para outro lugar, porque não foram incentivados a compartilhá-lo. A perda de conhecimento por falta de comunicação dentro de uma organização é por vezes descrita como "amnésia corporativa".

Essa "ignorância local" pode ser encontrada em muitos domínios: nos negócios, por exemplo, na política ou na guerra. As pessoas quando trabalham "no terreno" compreendem as condições locais, enquanto o quartel-general, mais alto na hierarquia de comando, dá ordens ignorando essas condições, mas não podem ser questionadas.

O quadro geral é mais visível quando visto de cima, mas o preço dessa visibilidade é a cegueira para muito dos acontecimentos abaixo. Os membros das classes superiores em status pela renda e riqueza, em muitos lugares e períodos, ignoraram a vida das pessoas comuns. Na verdade, eles muitas vezes viam as classes inferiores

como grotescas, mais parecidas com animais em vez de seres humanos.

As classes dominantes têm mantido as “ordens inferiores” ignorantes ou mal-informadas, a fim de permanecerem no controle. Este é o contexto da famosa frase de Marx: “a religião é o ópio do povo”, oferecendo-lhes “felicidade ilusória” para os pobres permanecerem satisfeitos com a sua sorte.

O filósofo italiano Antônio Gramsci elaborou o conceito de “hegemonia intelectual, moral e política”. Para ele, a classe dominante não governa apenas pela força, mas sim por uma combinação de *força e persuasão, coerção e consentimento*. O elemento de persuasão é indireto, pelo menos em parte.

As classes subordinadas ou “subalternas” aprendem a ver a sociedade através dos olhos dos seus governantes. Por faltar aos “grupos silenciados” um modelo próprio, “consideram necessário estruturar o mundo através do modelo do grupo dominante”.

Ignorar a personalidade negra é uma forma de *etnocentrismo*, uma suposição de superioridade branca. Mais tarde, este consenso implícito é chamado de “ignorância branca”, um conceito retomado nos estudos da educação.

O conceito também pode ser empregado para se referir a outros problemas. Uma delas, uma ignorância hoje iniciando a ser remediada, é a ignorância da *importância da escravatura africana* para o desenvolvimento do capitalismo do século XIX. Outra é a duradoura falta de reconhecimento por parte dos brancos das realizações dos escritores, artistas e filósofos negros, uma falta reveladora de uma mistura de simples ignorância e ignorância deliberada.

Um grande estímulo para a virada social da epistemologia veio de fora da Filosofia: *a ascensão do feminismo*. Os homens há muito ignoravam ou desvalorizavam o conhecimento e a credibilidade das mulheres com base no princípio de “o que não sei não é conhecimento”.

Algumas mulheres dos primeiros tempos modernos, *feministas antes do feminismo*, juntamente com alguns homens, encontraram

palavras para protestar contra a imputação de ignorância às mulheres e o currículo restrito do regime tradicional de educação feminina.

No início da Europa moderna, algumas mulheres admitiram a sua ignorância e culparam os homens por isso. No fim do século XX, a situação descrita inverteu-se. As feministas negaram a ignorância feminina e culparam os homens por ignorarem o conhecimento feminino.

Enquanto as mulheres estavam muitas vezes conscientes da sua ignorância, os homens geralmente ignoravam a sua. Algumas mulheres já defendiam por escrito a igualdade (ou ocasionalmente a superioridade) das mulheres e queixavam-se da relutância masculina em reconhecer as suas realizações.

As carreiras das mulheres académicas e cientistas dos séculos XIX e XX revelam a persistência da relutância masculina em reconhecer as suas realizações, sobretudo nos casos nos quais colaboraram com homens. As feministas começaram por apontar para a falta de investigação sobre as mulheres, a sua "invisibilidade" para os académicos (na sua maioria homens) quando as ignoravam.

"Adicionar mulheres" ao sabido sobre os homens não era suficiente para remediar a situação. Havia dois pontos gerais sobre as lacunas naquilo chamado pelos homens de "conhecimento".

O primeiro destes pontos foi uma crítica à *objetividade científica*, criticada com base no preconceito masculino e na falta de consciência de "todo o conhecimento é relativo a um ponto de vista ou localização social". O segundo ponto foi as mulheres terem suas próprias formas de saber, geralmente, ignoradas pelos homens.

Argumentou-se a "emoção" (vista como feminina) "ser vital para o conhecimento sistemático" e as disciplinas dominadas pelos homens institucionalizarem "uma ênfase na racionalidade e ela subvaloriza a intuição" (vista também como feminina). A epistemologia tradicional (masculina) ao ignorar não "conhecer outras pessoas" divide: os homens se concentram em conhecer, mulheres em saber. Se for esse o caso, afinal, *a mente humana faz sexo!*

O contraste entre o pensamento masculino e feminino como respectivamente objetivo e subjetivo é claramente equivocado. Por

exemplo, as mulheres cientistas não têm problemas em usar a razão, enquanto homens cientistas também fazem uso da intuição.

A “associação entre masculino e objetivo, mais especificamente, entre masculino e científico” é “ofuscada” por variações individuais. De qualquer forma, a associação não é genética, mas simplesmente parte de um sistema de crenças.

As disciplinas acadêmicas são uma forma particular de organização ou comunidade cognitiva. Também nelas é possível identificar a *ignorância institucionalizada*, no sentido de uma falta de interesse coletivo em certos tipos de conhecimento e de uma incapacidade de prosseguir a investigação sobre eles.

Atribuir ignorância a si mesmo é uma coisa; imputá-lo a outros é outra bem diferente. Os jovens imputam ignorância aos mais velhos e vice-versa. As classes médias imputam ignorância às classes trabalhadoras ou às “massas”. Cristãos e Muçulmanos imputam ignorância aos “pagãos”, as pessoas chamadas “civilizadas” imputam ignorância aos “selvagens”, e pessoas alfabetizadas imputam-na a qualquer pessoa sem ler e escrever.

Como parte da revolução no ensino da alfabetização associada a Paulo Freire, lecionada no Nordeste do Brasil em 1963, ele aconselhou os professores de adultos a *abandonarem a suposição de o analfabetismo ser igual a ignorância* e a estarem preparados para *aprender com a turma*, tratando-os como iguais, capazes de examinar criticamente o seu mundo. Ao abandonar a chamada “educação bancária” de depósitos nos cérebros, para depois cobrar o decoreba, ao contrário da suposição de “o professor sabe tudo e os alunos nada sabem”, Freire descobriu ser possível ensinar adultos a ler e escrever em quarenta horas!

Novos Conhecimentos e Nova Ignorância

Peter Burke, em seu livro *Ignorance: A Global History* (2023), salienta ser comum ver os períodos anteriores como Eras de Ignorância. Opina ser mais exato e mais modesto dizer: *toda época é uma época de ignorância*. Isto por três razões principais.

Em primeiro lugar, o crescimento espetacular do conhecimento coletivo nos últimos dois séculos não se reflete no conhecimento da maioria dos indivíduos. Embora a humanidade como um todo saiba mais diante do antes sabido, a maioria dos indivíduos sabe pouco mais além do conhecido por seus antepassados.

Em segundo lugar, cada Era é uma época de ignorância porque o surgimento de alguns conhecimentos é frequentemente acompanhado pela perda de outros. Por exemplo, a desvantagem do aumento do conhecimento de línguas mundiais como o inglês, o espanhol, o árabe e o mandarim é a taxa acelerada de extinção de outras línguas. Não se espera entre 50% e 90% das sete mil línguas do mundo sobreviverem até o ano 2100.

Em terceiro lugar, a rápida *expansão da informação*, especialmente nas últimas décadas, não é idêntica à *expansão do conhecimento*, no sentido de dados terem sido testados, absorvidos e classificados. Em qualquer caso, as organizações, especialmente os governos e as grandes empresas, ocultam uma quantidade cada vez maior de informações recolhidas – e não processadas publicamente.

Vivemos em uma “sociedade da informação” ou em uma “sociedade do conhecimento”, na qual os “trabalhadores do conhecimento” estão substituindo os trabalhadores manuais na indústria e na agricultura? Também se poderia dizer: na verdade, *vivemos em uma “sociedade da ignorância”*. Enquanto a informação continua a acumular-se, há cada vez mais coisas para cada um de nós não saber...

Mesmo em uma época como a nossa, de aceleração da mudança cultural e social, é muito fácil exagerar o fosso entre o passado e o presente. Evite expressões como “pela primeira vez” ou “nunca antes”!

A interpretação triunfalista da história em termos de *progresso inevitável*, dominante nos séculos XVIII e XIX – e mesmo mais tarde –, apresentou uma história simples de derrota da ignorância pelo conhecimento. Em contraste, este livro de Peter Burke argumenta o surgimento de novos conhecimentos ao longo dos séculos ter envolvido necessariamente *o surgimento de novas ignorâncias*.

Coletivamente, a humanidade sabe “mais do que nunca” – uma obviedade pelo processo cumulativo de uma população crescente. Mas, individualmente, segundo Burke, não sabemos muito mais além do sabido pelos nossos antecessores.

Antigos conhecimentos foram abandonados para dar lugar a novos. Na época quando as enciclopédias eram consultadas na forma de pesados volumes impressos – e não *on-line* –, atualizá-las envolvia descartar algumas informações antigas para abrir espaço em suas páginas para novas descobertas. O conhecimento dos detalhes dos carros, por exemplo, substituiu o conhecimento dos detalhes dos cavalos.

Na Europa, desde a Renascença até ao início do século XX, esperava-se os homens das classes alta e média estarem familiarizados com a história, filosofia, língua e literatura da Grécia e Roma antigas. Os clássicos constituíam uma grande parte da educação, tanto nas escolas, como nas universidades, quando o ensino superior estava virtualmente restrito às elites masculinas. Hoje, os currículos acadêmicos oferecem apenas um pequeno nicho especializado para o estudo dos clássicos.

Na Europa, na Era da Reforma, os debates sobre Teologia eram generalizados, não apenas entre o clero (católico, luterano ou calvinista), mas também entre homens e mulheres comuns. Graças à prática de decorar o catecismo desde cedo, poderia ser dado como certo, pelo menos pelos pregadores nas cidades, as referências a conceitos teológicos como os “sacramentos” ou mesmo a “transubstanciação” serem amplamente compreendidas, como referências à Bíblia, seja ao Antigo Testamento, seja ao Novo. Um conhecimento deste tipo já não pode ser considerado garantido... e muito menos necessário.

No caso da Ciência, a “idade de ouro” para a popularização do conhecimento científico foi certamente o século XIX, quando as experiências em Física e Química foram realizadas para audiências lotadas, a Teoria da Evolução foi debatida e geólogos e botânicos amadores, tanto mulheres como homens, abundaram. Contudo, depois, as Ciências Naturais e as Humanidades tornaram-se “duas culturas” à parte, cada vez mais distantes uma da outra.

Desse modo, um indivíduo bem-educado nas Humanidades provavelmente ignora a Segunda Lei da Termodinâmica. Hoje, em época de especialização cada vez maior, a ideia de existir apenas “duas” culturas tornou-se certamente um eufemismo.

No caso da História, o conhecimento da Grécia e Roma antigas foi substituído pelo conhecimento do passado nacional. Este, por sua vez está sendo substituído, desta vez pela História Global – mais uma vez, um alargamento de horizontes, juntamente com um declínio do conhecimento daquilo antes próximo.

A mudança da *história vista de cima*, a história dos líderes, para a *história vista de baixo*, a história das pessoas comuns, aumentou enormemente o nosso conhecimento e compreensão do passado, mas também teve um preço. Uma geração mais jovem de estudantes de história sabe pouco sobre os tomadores de decisão do passado.

Dada a brevidade da vida humana, a necessidade de dormir e a competição pela atenção por parte de novas formas de arte ou desporto, deveria ser suficientemente óbvio: *cada geração em cada cultura dificilmente é capaz de saber mais do que os seus antecessores*. Quanto maior for o aumento do conhecimento coletivo, graças às investigações de cientistas e acadêmicos, “menor será a parte de todo esse conhecimento possível de qualquer mente absorver”.

Em suma, como defende este livro, *Ignorance: A Global History* (2023), *precisamos de pensar nos conhecimentos e nas ignorâncias no plural e não no singular*, observando o conhecimento comum ou sabedoria convencional variar tanto de lugar para lugar como de um período para outro. Enfim, novos conhecimentos tornam possíveis novos tipos de ignorância...

Cada nova aprendizagem abre espaço para si mesma ao criar uma nova ignorância. Como exemplo pessoal, quando vim fazer o Mestrado em Economia na UNICAMP, eu tive dimensão mais adequada da *imensidão da minha ignorância*, antes desconhecida por imaginar eu ter aprendido tudo antes ensinado na minha graduação na FACE-UFMG, dadas as notas elevadas nas diversas disciplinas...

Desde então, quanto mais estudo e conheço, mais vasta minha ignorância se torna! Aí eu persevero, eternamente, em busca do *sabor do saber!*

Deveríamos sempre pensar duas vezes antes de descrever qualquer indivíduo, cultura ou período como *ignorante*, uma vez haver simplesmente demasiado para saber. É uma reclamação antiga, mas de acordo com Peter Burke se tornou cada vez mais justificada no nosso tempo.

Como dizia Mark Twain: – “Somos todos ignorantes, apenas sobre coisas diferentes”.

O problema maior é aqueles com poder muitas vezes não terem os conhecimentos necessitados, enquanto aqueles com esses conhecimentos não têm poder.

Dívida: 5.000 Anos ou “Financeirização” Recente?

O livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos* do antropólogo David Graeber tem 503 páginas de texto na edição impressa e 413 na edição digital.

A dificuldade de lê-lo não é só por ser extremamente prolixo ao usar palavras em demasia, escrevendo aos borbotões sem sintetizar o pensamento. Torna-se cansativa sua leitura estender-se demais no tempo – e arrastar-se na esperança de uma conclusão sintética.

Talvez devido à minha especialização em *abordagem sistêmica financeira* eu tenha sentido mais essa dificuldade em entender a argumentação do antropólogo com base em uma diversidade de casos particulares não representativos do todo. Ele sequer demonstra as interações desses componentes individuais.

A Antropologia e a Ciência Econômica são disciplinas distintas, cada uma com suas próprias abordagens e métodos de análise. Quanto ao objetivo da análise, a Antropologia Social e Cultural, em particular, concentra-se na compreensão das culturas humanas, sociedades e comportamentos.

Os antropólogos estudam as práticas culturais, crenças, rituais e estruturas sociais, buscando uma compreensão de cada comunidade humana. Mas Graeber não apresenta uma *visão holística*.

A Ciência Econômica, a partir do *individualismo metodológico*, centra-se na alocação de recursos escassos para satisfazer necessidades ilimitadas. Os economistas ortodoxos analisam comportamentos individuais em mercados, produção, distribuição e consumo para entender como as decisões dos indivíduos interagem e configuram as economias em diferentes escalas. Outro método é o dos heterodoxos com o *holismo metodológico*: a partir do todo ponderam as partes interativas.

A Antropologia adota uma *abordagem interpretativa e qualitativa*. Os antropólogos frequentemente utilizam a observação participante, entrevistas e estudos de caso para compreender as dinâmicas culturais e sociais.

Por sua vez, a Ciência Econômica é *quantitativa e dedutiva*. Os economistas desenvolvem teorias baseadas em abstrações do fenômeno econômico puro, inclusive em modelos matemáticos e estatísticos, realizam análises empíricas e utilizam dados para reincorporar o antes abstraído e testar as hipóteses levantadas.

Os antropólogos empregam *métodos etnográficos*. Envolve a imersão em uma comunidade, participação em atividades diárias e coleta de *dados qualitativos*. Além disso, concentram-se na análise simbólica, linguística e interpretação cultural.

A Ciência Econômica utiliza ferramentas estatísticas, modelagem matemática e análise quantitativa para examinar *padrões e relações* em dados econômicos. Também faz uso de experimentos controlados e análise de regressão para testar teorias e hipóteses.

A Antropologia reconhece a complexidade e a diversidade das práticas culturais. Nesse sentido, *a racionalidade é interpretada de maneiras diversas*, dependendo do contexto cultural específico.

A Ciência Econômica, em contraponto, parte do pressuposto de os agentes econômicos tomarem decisões racionais para *maximizar a utilidade ou o lucro*. Jamais agiriam contra o próprio interesse com decisões capazes de levar à perda.

A Antropologia focaliza parentesco, religião, rituais, mitos, linguagem, entre outros temas. A ênfase está na compreensão das práticas culturais e sociais circunscritas em seu contexto.

A Ciência Econômica concentra-se, inicialmente, em fenômenos econômicos *puros*, como produção, consumo, distribuição, investimento e mercados. O escopo mais estreito e focado nas interações econômicas da *teoria pura ou abstrata* se amplia na *teoria aplicada*, ambas sendo pré-requisitos para *as melhores decisões práticas*.

Embora essas diferenças destaquem as abordagens distintas da Antropologia e da Ciência Econômica, Graeber desrespeita os economistas. Em áreas de sobreposição e interdisciplinaridade crescente, em uma espécie de Economia Cultural, deveria incorporar *insights* da Antropologia para entender as dimensões culturais da Economia. Só.

Antes de escrever o livro ele militava pela anistia das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo. Contrapunha-se ao argumento: “eles pegaram o dinheiro emprestado! Certamente é preciso pagar as dívidas.”

Pensava em quantos destes países pobres já tinham pagado o tomado emprestado três ou quatro vezes, mas, através do *milagre dos juros compostos*, ainda não tinham feito uma amortização significativa dos empréstimos. Os credores exigiam, para concederem refinanciamento, os países terem de seguir alguma política econômica ortodoxa de mercado livre concebida em Washington.

Como também aconteceu, após a crise de 2008, com a Grécia, seja quem fosse eleito, não teria qualquer controle sobre as políticas do seu país. As políticas econômicas recessivas, impostas pelo FMI ou pelo BCE, nem sequer funcionaram. Mas havia um problema mais básico para Graeber: *a própria suposição de as dívidas terem de ser reembolsadas*.

“Mesmo de acordo com a teoria econômica padrão, ela não é verdade”. Afirma: “se um banco tivesse a garantia de receber o seu dinheiro de volta, acrescido de juros, não importa a avaliação de risco feita, todo o sistema não funcionaria”.

Sua indignação moral argumenta ser como existisse alguma lei como garantia de receber seu dinheiro de volta, não importando os acontecimentos. “É preciso pagar as dívidas”, para Graeber, não é realmente uma declaração econômica: *é uma declaração moral*.

Trata-se de cumprir as obrigações para com os outros, assim como se espera eles cumprirem as obrigações para com você. Qual poderia ser um exemplo mais óbvio de fugir às responsabilidades ao renegar uma promessa ou recusar-se a pagar uma dívida?

Mas o antropólogo não vê o problema sob *o ponto de vista sistêmico*. Bancos captam recursos de terceiros e com eles lastreiam os empréstimos concedidos.

Em várias rodadas, estes multiplicam os depósitos, mas todos eles estão em nome de Pessoas Físicas ou Pessoas Jurídicas. Bancos Centrais fazem a supervisão bancária para *evitar risco sistêmico*:

bancos não podem perder essa riqueza dos clientes com uma *crise sistêmica*.

“A dívida do consumidor é a força vital da nossa economia. Todos os Estados-nação modernos baseiam-se em gastos deficitários. A dívida passou a ser a questão central da política internacional. Mas ninguém parece saber exatamente *o que é* ou *como pensar sobre isso*”.

O autor arrogante se concede extrema importância ao superestimar suas próprias competências ou capacidades – e denigrir os economistas.

Apesar de difamar a reputação, seja de teóricos, seja de profissionais especialistas no assunto, ele apresenta um argumento relevante contra os críticos da “financeirização”. Estes a tratam como fosse *um fenômeno recente – e não natural*, não só do capitalismo, mas da história humana.

“As discussões sobre a dívida já existem há pelo menos cinco mil anos. Durante a maior parte da história humana – pelo menos na história dos Estados e Impérios – foi dito à maioria dos seres humanos eles serem *devedores*.”

Durante milhares de anos, *a luta entre ricos e pobres* assumiu em grande parte a forma de *conflitos entre credores e devedores*. Usou-se argumentos sobre os acertos e erros no pagamento de juros, servidão por dívida, anistia, reintegração de posse, restituição, sequestro de garantias e até a venda dos filhos dos devedores como escravos.

Se olharmos para a história da dívida, segundo Graeber, descobrimos em primeiro lugar ser *uma profunda confusão moral*. Em quase todos os lugares, a maioria dos seres humanos sustenta simultaneamente (1) devolver o dinheiro pedido emprestado é uma simples questão de moralidade, e (2) qualquer pessoa com o hábito de emprestar dinheiro é *má*. Porém, essa “servidão à dívida” é voluntária por ser uma iniciativa do devedor: *a demanda determina a oferta de crédito* – e não vice-versa.

A Igreja Católica proibiu *a prática de emprestar dinheiro a juros*, mas as regras muitas vezes caíam em desuso. Então, a alta

hierarquia da Igreja fazia *campanhas de pregação*, enviando frades mendicantes para viajar de cidade em cidade, alertando *os usurários*: a menos caso se arrependessem e fizessem a restituição total de todos os juros extraídos de suas vítimas, *eles certamente iriam para o Inferno!*

Examinando a literatura mundial, Graeber afirma ser quase impossível encontrar uma única representação simpática de um agiota profissional ou de quem, por definição, cobra juros. Os usurários estão frequentemente entre as pessoas mais ricas e poderosas das suas comunidades: *buscados*, quando seus empréstimos são necessitados, e *odiados*, quando eles têm de ser reembolsados.

O Mercador de Veneza, peça teatral de William Shakespeare, escrita no fim do século XVI, mostra: primeiro, negaram aos judeus qualquer meio de ganhar a vida com recursos naturais, exceto através da Medicina nas cidades – e *usura a pedido*. Depois de os devedores serem beneficiados, voltam-se contra os credores, alegando serem criaturas detestáveis ao pretender retomar o dinheiro para si.

Ensinar a Ciência Econômica sobre *o juro* ajudaria a entender *o custo de oportunidade*. Quando alguém empresta dinheiro, para outro obter lucro, é necessário ser compensado com parte dos rendimentos obtidos, *senão, por qual razão o emprestar?!*

Discrepância entre Antropólogo e Economista

O antropólogo autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos* (publicado em 2016), David Graeber, insiste em criticar “os economistas”, generalizando seus pensamentos como fossem uniformes, e pressupondo a superioridade de sua “ciência”. Ela se define como uma ciência do homem no sentido mais lato, englobando origens, evolução, desenvolvimentos físico, material e cultural, fisiológico, psicológico, raciais, em costumes sociais, crenças etc.

A Ciência Econômica, enquanto *Economia Política*, se definia pela pesquisa de Leis de Movimentos Sociais. A disciplina foi renomeada no fim do século XIX, principalmente devido a Alfred Marshall, na língua inglesa, como só *Economics*.

Após o *mainstream* neoclássico passar a tratá-la como Economia Pura, passou a estudar os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar social, de um lado, e as teorias das decisões mais racionais (ou melhores) dos agentes econômicos, de outro. Contra esse *reduccionismo binário* entre Macroeconomia e Microeconomia, o “terceiro incluído” é encará-la com uma *abordagem sistêmica* na qual o todo emerge das interações das partes de maneira distinta das meras agregações dos “casos” antropológicos.

Graeber deveria ter mais humildade ao criticar o desconhecido por ele. As configurações dinâmicas do todo não são dedutíveis apenas de descobertas arqueológicas e/ou de *antropomorfismo*.

Ele busca a compreensão da realidade circundante ao atribuir comportamentos típicos da condição humana às formas inanimadas (como dívida e dinheiro) ou aos seres vivos irracionais – ou mesmo aos seres sobrenaturais! Todos teriam comportamentos e pensamentos característicos do ser humano...

Argumenta com base na natureza da evidência: *as moedas são preservadas nos registros arqueológicos; os acordos de crédito geralmente não o são.*

“A existência de crédito e dívida sempre foi um escândalo para os economistas, por ser quase impossível fingir os emprestadores e tomadores de dinheiro emprestado estarem agindo por motivações puramente ‘econômicas’”. Sua crítica aos economistas é simplória assim...

A Antropologia confunde *abstração* com generalização teórica para todos os tempos e os lugares. Em vez de entender *o princípio da racionalidade* ser uma abstração, pressupondo todos os seres humanos serem racionais, embora muitos não aprendam com os próprios erros...

Ele critica os economistas por começarem a “narrar a história do dinheiro em um mundo imaginário do qual o crédito e a dívida foram totalmente eliminados. Antes de podermos aplicar as ferramentas da Antropologia para reconstruir *a história real do dinheiro*, precisamos de compreender o que há de errado com a narrativa econômica convencional”.

Perceba ele confundir Teoria Abstrata (pura) com Teoria Aplicada (reincorporação do antes abstraído) e não entender as prescrições de Decisões Práticas sim devem ser *datadas e localizadas*. A Antropologia não adota esse método ao considerar apenas seus diversos estudos de casos.

Ele demonstra somente uma leitura de manual convencional: “os economistas geralmente falam de três funções do dinheiro: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.” Caso tivesse lido meu livro “*Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*” (1999), verificaria eu apresentar *seis funções básicas do dinheiro*:

1. de *intermediária de trocas* ou meio de circulação;
2. de medida de valor ou denominador comum das relações de troca ou, então, *unidade de conta de contratos*;
3. de reserva de valor ou *poder de compra entesourado*;
4. *liberatória ou poder de saldar dívidas*, liquidar débitos ou livrar de situação passiva;
5. de padrão de pagamentos diferidos ou *promessa de pagamentos*;
6. de instrumento de poder econômico ou *capacidade de comando das decisões*.

Graeber critica os economistas por reduzirem as relações humanas, em uma sociedade com divisão do trabalho, a um *sistema de trocas*. Este requer uma *dupla coincidência de desejos* para o comércio ocorrer.

Para efetuar uma troca, não se precisa apenas encontrar alguém com posse do desejado, mas essa pessoa também precisa querer o possuído. Para o antropólogo, onde a gama de bens comercializados é pequena, como acontece em economias relativamente pouco sofisticadas – e pesquisadas por seus colegas –, não é difícil encontrar alguém com quem negociar – e a troca direta é frequentemente utilizada.

Em sociedade complexa com muitos bens, as trocas de escambo envolvem um esforço intolerável. Algum meio de troca (ou

meio de pagamento) acordado eliminaria *o problema da dupla coincidência de desejos*.

Ele caricaturiza o pensamento dos economistas ao afirmar: "historicamente, observam eles, sabemos ter havido um tempo no qual não havia dinheiro". Aí adota a Falácia do Espantalho: apresentar de forma caricata o argumento da outra pessoa com o objetivo de atacar essa falsa ideia em vez do argumento em si.

"A história do dinheiro para os economistas sempre começa com um mundo de fantasia de escambo. O problema é onde localizar esta fantasia no tempo e no espaço". Ora, *uma abstração não é uma narrativa histórica!* Decisões práticas sim são datadas e localizadas!

Logicamente, o dinheiro proporciona uma forma de tornar o intercâmbio multilateral muito mais simples. Mas Graeber insiste em contar a estória de os economistas viverem em "uma terra de faz-de-conta" por pressupor "essa narrativa abstrata ter dado efetivamente origem à disciplina da Economia". *Imagine...*

Em 330 aC, Aristóteles especulava em linhas semelhantes às dos economistas no seu tratado sobre *Política*. No início, as famílias deviam ter produzido tudo o que precisavam para si mesmas como autossubsistência. Aos poucos, alguns teriam se especializado e trocado um bem produzido por outro desejado. O dinheiro, presumiu Aristóteles, deve ter surgido de tal processo. *Diploma de Ciência Econômica para Aristóteles!*

Certamente, nenhum antropólogo relatou ter descoberto uma *terra de escambo*. Todas as sociedades descobertas tinham necessariamente as suas próprias formas de dinheiro, porque todas as sociedades tinham governos – e *todos os governos emitiam dinheiro*.

Adam Smith, como iluminista contra o Absolutismo estatal, estava determinado a derrubar a sabedoria do Mercantilismo de sua época, caracterizado por uma forte intervenção do Estado na economia. Acima de tudo, ele se opôs à noção de o dinheiro ser uma criação do governo.

Em 1815, o primeiro uso da palavra "liberalismo" apareceu em inglês. Como herdeiro intelectual, Smith argumentava: o governo

começa pela *necessidade de proteger a propriedade privada* e funciona melhor quando se limita a essa função. No caso de outro papel, deveria limitar-se a *garantir a solidez da moeda*, ou seja, controlar a inflação.

Apenas apresentando tal argumento, Smith pôde insistir em a Economia Política ser ela própria um campo de investigação humana com os seus próprios princípios e leis. Com seu enfoque moralista, Graeber fica indignado de ela ser distinta da Ética ou da Filosofia.

Pratica, em muitas páginas, a Falácia do Espantalho, contando diversas histórias antropológicas contra “o grande mito fundador da disciplina da Economia”. Interpreta como sua “pedra fundamental” a ideia de como o impulso para a troca criou a divisão do trabalho responsável por todas as conquistas e civilizações humanas. “Aqui a cena muda para outra das distantes *terras de fantasia desses economistas*”, afirma.

Um homem, supõem, tem mais de uma determinada mercadoria além de sua própria necessidade, enquanto outro tem menos. Após o primeiro estabelecimento da divisão do trabalho, deve naturalmente se esforçar para administrar seus negócios de modo a ter sempre o estoque de *uma mercadoria equivalente geral*, isto é, *aceita como moeda*.

No comércio de longa distância, toda riqueza em troca se resume aos metais preciosos. Estes são idealmente adequados para servir como moeda, sendo duráveis, portáteis e capazes de ser infinitamente subdivididos em porções idênticas.

Para evitar o trabalho de pesar e testar cada moeda, a padronização das unidades criou a *cunhagem*. Os governos tinham de se envolver e administrar as Casas da Moeda.

Graeber fica indignado, moralmente, por essa história desempenhar um papel crucial não só na fundação da disciplina da Economia, mas também na própria ideia de existir uma atividade chamada “economia”. Ela funciona segundo as suas próprias regras, separadas da vida moral ou política – e os economistas a adotam como seu campo de estudo.

A “economia” é onde os seres humanos se entregam à propensão natural para trocas. Sempre fomos (e seremos) negociantes, seja de bens, seja de trabalho. O dinheiro é o meio mais facilitador.

Essa estória se tornou onipresente. “Era uma vez uma troca. Foi difícil. Então, as pessoas inventaram o dinheiro. Depois veio o desenvolvimento de bancos e do crédito.”

O problema, para o antropólogo, é não haver provas de o mito fundador do nosso sistema de relações econômicas ter acontecido. Pelo contrário, há uma enorme quantidade de provas antropológicas sugerindo: *isso não aconteceu!*

Preferência por Moralidade da Dívida ou Impessoalidade do Dinheiro?

No livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, o antropólogo David Graeber reconhece: *todas as relações humanas envolvem dívidas*, todas elas estão moralmente comprometidas. “Ambas as partes provavelmente já são culpadas de alguma coisa apenas por entrarem no relacionamento; no mínimo, correm um risco significativo de se tornarem culpados se o reembolso atrasar.”

Quando se diz alguém estar agindo como se “não devesse nada a ninguém”, é uma crítica ao seu esnobismo. No mundo secular, a moralidade consiste em grande parte em cumprir as obrigações para com os outros. Imagina-se essas *obrigações* serem como *dívidas*.

Ele afirma: “não há nada de novo no *dinheiro virtual*. Na verdade, esta era a forma original de dinheiro. Sistema de crédito, guias e até contas de despesas já existiam muito antes do dinheiro. Essas coisas são tão antigas quanto a própria civilização.”

De sua investigação de 5.000 anos deduz a história ter a tendência de avançar e recuar entre *períodos dominados por metais valiosos* – quando se presume o ouro e a prata serem dinheiro – e *períodos quando o dinheiro é considerado uma abstração*, ou seja, uma unidade virtual de conta. Mas, diz, “historicamente, o *dinheiro creditício vem em primeiro lugar*. Estamos testemunhando hoje um

regresso de pressupostos considerados um senso comum óbvio, por exemplo, na Idade Média – ou mesmo na antiga Mesopotâmia”.

A questão central desse livro do antropólogo é moralista: o que significa precisamente se lamentar por o nosso sentido de moralidade e justiça estar reduzido à *linguagem de um negócio*? O que significa quando reduzimos as obrigações morais às dívidas? O que muda quando umas se transforma nas outras? E como falamos das virtudes quando a nossa linguagem foi tão moldada por O Mercado?

Há diferença entre uma obrigação e uma dívida. Uma *dívida* é a obrigação de pagar uma determinada quantia contabilizada em dinheiro. Logo, ao contrário de qualquer outra forma de *obrigação*, pode ser quantificada com precisão. Isto permite as dívidas se tornarem simples, frias e impessoais – e *transferíveis ou securitizáveis*.

Nesta perspectiva, o fator crucial explorado por Graeber é a capacidade do dinheiro para transformar a moralidade em uma questão de *aritmética impessoal*. Ao fazê-lo, ele se revolta por justificar coisas de outra forma ultrajantes.

Ora, o trabalhador assalariado prefere ser pago em dinheiro em lugar de receber uma promessa de pagamento, tipo “devo, não nego, pagarei quando puder...” O credor tem os meios para especificar, numericamente, exatamente quanto o devedor lhe deve.

Graeber anuncia: “a forma como a violência, ou a ameaça de violência, transforma as relações humanas em matemática irá surgir repetidamente ao longo deste livro. É a fonte última da confusão moral em torno de tudo o que envolve o tema da dívida.”

Ele demonstra sua “dinheirofobia” ou *fobia financeira*. Dirige-se ao leitor do seguinte (mau) jeito: “mesmo caso você não goste muito dos capitalistas financeiros – e poucos parecem inclinados a argumentar haver muito a gostar neles – , eles seriam tão sobrenaturalmente capazes a ponto de a supervisão democrática dos mercados financeiros ser simplesmente inconcebível”. Sua ironia expressa, no fundo, um *complexo de inferioridade* diante banqueiros, financistas, economistas etc.

Acusam-nos de conceder empréstimos totalmente irresponsáveis por saber uma vez conhecido eles terem feito isso, “os políticos e burocratas lutariam para garantir serem reembolsados, não importando quantas vidas humanas tivessem de ser devastadas e destruídas para isso”.

Não mede as consequências sociais (ou não tem a dimensão analítica) do argumento pueril. “As pesquisas mostraram uma esmagadora maioria dos americanos opinar os bancos não deveriam ser resgatados, quaisquer sejam as consequências econômicas, mas os cidadãos comuns presos a hipotecas ruins deveriam ser socorridos”.

Não entende um sistema bancário ter como clientes, para gestão de seu dinheiro, quase todos cidadãos. Tampouco compreende no sistema capitalista a criação de empregos depender, predominantemente, das “livre-iniciativas” de empreendedores.

Estes conhecem o “segredo do negócio capitalista”: a *alavancagem financeira*. Tomam empréstimos de recursos de terceiros para somar aos recursos próprios e aumentar a economia de escala e produtividade. O novo lucro operacional, após descontadas as despesas financeiras, eleva a rentabilidade patrimonial sobre o capital próprio!

Todos os agentes econômicos, inclusive os trabalhadores, são dependentes dessa *função-chave do sistema financeiro*: conceder empréstimos para os empreendedores dispostos a assumir o endividamento para fazer essa alavancagem financeira.

Demonstra indignação por “não ser crime dever dinheiro, mas as pessoas serem rotineiramente presas por não pagarem dívidas.”

Este livro é, portanto, uma *história da dívida*. Utiliza essa história como uma forma de colocar questões fundamentais sobre *como são ou poderiam ser os seres humanos e a sociedade humana* – o que realmente devemos uns aos outros.

O livro começa tentando derrubar uma série de mitos – não apenas o Mito da Troca, abordado no primeiro capítulo, mas também mitos rivais sobre dívidas primordiais para com os deuses ou para

com o Estado. De uma forma ou de outra formam a base dos seus pressupostos sobre a natureza da economia e da sociedade.

Na visão de bom senso, autoatribuído por neoliberais, o Estado e o Mercado elevam-se acima de tudo como princípios diametralmente opostos. A realidade histórica levantada por Graeber revela, porém, terem nascido juntos e sempre estiveram interligados.

Todos os equívocos “dos outros”, segundo o antropólogo, têm em comum *reduzir todas as relações humanas à troca*, como se os nossos laços com a sociedade pudessem ser imaginados nos mesmos termos de um negócio empresarial. Isto leva a outra questão: se não houver troca entre humanos, o que acontecerá?

No capítulo cinco, Graeber começa a responder à questão recorrendo aos estudos de casos (nem sempre representativos) da Antropologia para descrever uma visão da base moral da vida econômica. Em seguida, retorna à questão das origens do dinheiro para demonstrar como o próprio princípio da troca emergiu como um efeito da violência.

O economista francês, Michel Aglietta, já tinha demonstrado em seu livro *A Violência da Moeda* (publicado em 1990) as verdadeiras origens do dinheiro serem encontradas no crime e na recompensa, na guerra e na escravidão, na honra, na dívida e na recompensa – ou redenção final. Isso, por sua vez, abre caminho para Graeber iniciar, no capítulo oito, *uma história real dos últimos cinco mil anos de dívida e crédito*, com as suas grandes alternâncias entre Eras de dinheiro virtual e físico.

Ele diz preparar o terreno para uma nova abordagem aos últimos quinhentos anos, dominados por impérios capitalistas. Permite-nos perguntar sobre aquilo realmente em jogo nos dias de hoje. Nos salvará da santa ignorância, *amém!*

Para uma dívida ser quantificada com precisão requer dinheiro como unidade de conta. O dinheiro e a dívida entram em cena exatamente ao mesmo tempo. Alguns dos primeiros documentos escritos descobertos pela Arqueologia são tabuinhas mesopotâmicas registrando *créditos e débitos*, dinheiro devido pelo aluguel das terras dos templos, cujo valor é especificado com precisão em grãos e/ou prata.

Algumas das primeiras obras de Filosofia Moral, por sua vez, são reflexões sobre a moralidade como dívida, isto é, em termos de dinheiro. Uma *história da dívida*, por tudo isso, é necessariamente uma *história do dinheiro*.

A maneira mais fácil de compreender o papel desempenhado pela dívida na sociedade humana é simplesmente seguir as formas assumidas pelo dinheiro. Diz a respeito da forma como o dinheiro tem sido usado, através de todo o processo ao longo dos séculos.

Daí Graeber generaliza uma crítica corporativa: “quando os economistas falam das origens do dinheiro, por exemplo, a dívida é sempre uma reflexão tardia. Primeiro vem a troca, depois o dinheiro; o crédito só se desenvolve mais tarde”. Será? Todos?!

Criticam-nos por “reduzir a história do dinheiro a uma história da cunhagem, quase sem qualquer discussão sobre acordos de crédito. Durante quase um século, antropólogos como eu têm apontado algo muito errado com esta imagem”.

A versão padrão da história econômica tem pouco a ver com qualquer coisa observada quando os antropólogos examinam *como a vida econômica é realmente conduzida*, em comunidades e mercados reais, em quase qualquer lugar. “É muito mais provável descobriremos *todos estarem em dívida com todos os outros* – e a maioria das transações ocorrer sem o uso de moeda”. Esqueceu-se da moeda como *unidade de conta* – e *poder liberatório de saldar dívidas, liquidar débitos ou livrar de situação passiva...*

Método Indutivo contra Método Dedutivo

O autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, David Graeber, insiste em ironizar “os economistas”. Afirma: “há séculos, exploradores têm tentado encontrar esta *lendária terra de trocas* – mas sem sucesso”. Ora, ele busca encontrar uma abstração em algum lugar a qualquer tempo!

Deveria entender, *abstração* é uma operação intelectual na qual um objeto de reflexão é isolado de fatores comumente lhe relacionados na realidade. Os métodos *dedutivo-racional* e *indutivo-*

histórico representam abordagens distintas para a pesquisa e análise em diferentes disciplinas como na Economia e na Antropologia.

O *método dedutivo* parte de princípios gerais, leis ou teorias amplas para chegar a conclusões específicas. Começa com uma premissa geral ou teoria e, por meio da aplicação de *lógica dedutiva*, extrai conclusões específicas.

Sua abordagem tende a ser *abstrata e generalizante*, buscando leis ou princípios universais de maneira a ser aplicados a diferentes situações. Valoriza a consistência lógica e o rigor na dedução. O argumento é considerado válido quando a conclusão segue logicamente das premissas.

Busca a eficiência lógica ao eliminar conclusões falsas ou não necessárias. Limita-se a inferências necessárias. Como exemplo em Ciência Econômica, a Teoria Pura parte de princípios econômicos fundamentais para prever como as variáveis econômicas se comportarão em diferentes circunstâncias.

Por sua vez, o *método indutivo* parte da observação de casos específicos e particulares para derivar leis ou generalizações mais amplas. Começa com a observação de eventos específicos e, com base nessa observação, desenvolve teorias ou leis gerais.

Sua abordagem valoriza a singularidade e particularidade dos eventos históricos. Busca entender o contexto específico e as nuances de situações concretas. O antropólogo pensa: se muitos casos específicos observados exibem uma certa característica, pode inferir essa característica ser uma tendência geral.

Portanto, a validade das suas conclusões é frequentemente avaliada pela acumulação de evidências empíricas observadas ao longo do tempo. Considera a temporalidade e a historicidade como fundamentais para a compreensão. Cada evento é visto como único e contextualizado.

Como exemplo em História Econômica, os materialistas históricos analisam dados e eventos específicos para entender padrões econômicos. A partir delas desenvolvem teorias sobre o desenvolvimento econômico ao longo do tempo.

Ambos os métodos têm suas vantagens e limitações, logo, a aplicação de cada qual depende do contexto, da natureza da pesquisa e dos objetivos do pesquisador. Em *abordagem sistêmica*, metodologias mistas combinam elementos dedutivos e indutivos e são empregadas para obter uma compreensão mais abrangente.

Todos estes casos de comércio através de permuta têm em comum o fato de serem encontros com estranhos. Provavelmente, nunca mais se encontrarão, logo, não serão estabelecidas quaisquer relações contínuas.

Por isso, uma *troca direta um-a-um* é apropriada: cada lado faz a sua negociação e vai embora. Isto não seria possível através do estabelecimento de um pacto inicial de sociabilidade sob a forma de prazeres partilhados como a base habitual de convívio sobre a qual o comércio seria construído.

O antropólogo insiste em fazer uma generalização sobre um determinado grupo – “os economistas” – e, frente a evidências falseadoras, em vez de reavaliar sua posição ou contestar a evidência, Graeber redefine arbitrariamente o grupo.

Ele resume o dito por manuais de economia: “Imagine uma sociedade sem dinheiro”. “Imagine uma economia de troca.” Daí faz a falsa generalização: “quão limitados se revelam os poderes imaginativos da maioria dos economistas”.

Para existir uma disciplina chamada “Economia”, segundo sua fobia, “uma disciplina preocupada principalmente com a forma como os indivíduos procuram o arranjo mais vantajoso para a troca, ela deve assumir a troca de bens não ter nada a ver com guerra, paixão, aventura, mistério, sexo ou morte”. Seu entendimento da Ciência Econômica é a vida estar nitidamente dividida entre O Mercado, onde fazemos as nossas compras, e a esfera do consumo supérfluo, onde nos preocupamos com música, festas e sedução.

Deduz: *troca* é o feito com aqueles com quem você é não está vinculado por laços de hospitalidade ou parentesco, ou qualquer outro sentimento. É objetivo, frio e impessoal.

Ele vincula a natureza da troca com “enganar ou roubar”. Trocar uma coisa diretamente por outra enquanto tenta obter o melhor

negócio possível com a transação é, normalmente, a maneira como alguém lida com pessoas com quem não se importa e jamais esperada ver novamente. Qual razão existe para não tentar tirar vantagem de tal pessoa?

O indignado com a impessoalidade do capitalismo argumenta: se, por outro lado, alguém se importa o suficiente com alguém como um amigo desejará lidar com ela de forma justa e honesta. Inevitavelmente, também se importará com ela o suficiente para levar em conta suas necessidades e desejos individuais.

Quando estamos a falar de pessoas pobres, embora tenham crescido usando dinheiro, dado um infortúnio, agora têm de viver sem ele, torna-se exatamente a situação "imaginada" pelos manuais de Economia sobre os quais Graeber começou a parolar. A solução mais frequente é adotar algum tipo de *sistema de crédito*.

As pessoas envolvidas em trocas estavam bastante familiarizadas com o uso do dinheiro e, de fato, usando-o como *unidade de conta*. Improvisavam *sistemas de crédito*, porque o dinheiro real – moedas de ouro e prata – era escasso. Na realidade, precederam a invenção da cunhagem por milhares de anos.

No passado, as pessoas improvisavam *sistemas de crédito*, porque o dinheiro real – moedas de ouro e prata – era escasso. "Dinheiro", neste sentido, não é de forma alguma um produto de transações comerciais. Na verdade, foi criado por burocratas do templo (ou do palácio) para controlar os recursos e os movimentar.

Usavam o sistema para calcular dívidas (aluguéis, taxas, empréstimos etc.) em prata. A prata era unidade de conta – e não circulava muito como meio de pagamentos.

Os preços das mercadorias também eram calculados em prata. Os não inteiramente controlados pelos templos e palácios tendiam a flutuar de acordo com a oferta e a procura. Mas as evidências antropológicas sugerem: *a maioria das transações se baseava em crédito*.

Dados os falsos pressupostos da história convencional das origens do dinheiro, era realmente necessário era uma *história de dívida*. Esta nova história nunca tinha sido escrita. Esta narrativa

deveria ser o único objetivo do livro de David Graeber – e não cutucar todos os economistas com falsas generalizações.

Uma das falácias relacionadas ao comércio é nos dias modernos ter sido introduzido um dispositivo para economizar dinheiro chamado *crédito*. Antes deste dispositivo ser conhecido, todas as compras teriam sido pagas em *dinheiro*, no caso, em moedas. Uma investigação antropológica mostra exatamente o inverso ser verdadeiro. Antigamente, as moedas desempenhavam um papel muito menor no comércio diante de hoje.

A descrição padrão da história monetária é invertida. Não começamos com a troca, descobrimos o dinheiro e, depois, desenvolvemos sistemas de crédito. Aconteceu precisamente o contrário: o hoje chamado de dinheiro virtual veio primeiro.

Os livros escolares não mudaram a sua história, embora todas as provas arqueológicas e antropológicas deixassem claro: *essa história estava simplesmente errada*. Os numismáticos ainda escrevem histórias do dinheiro como meras *histórias de cunhagem*.

Numismática é o estudo sob o ponto de vista histórico, artístico e econômico das cédulas, moedas e medalhas, muito embora o termo também seja empregado como sinônimo do *coleccionismo desses itens*. A Ciência numismática faz uso de diversas áreas do conhecimento para estudar as moedas, buscando identificá-las e situá-las no tempo histórico.

Graeber reafirma: “o Mito da Troca não pode desaparecer, porque é central para todo o discurso da Economia”. Em seu *combate contra o neoliberalismo*, “joga o bebê fora junto com a água do banho”.

Afirma: “acima de tudo, o livro *A riqueza das Nações* foi uma tentativa de estabelecer a recém-descoberta disciplina da Economia como uma Ciência”. Mas acerta quando diz: “esta Economia funcionaria de acordo com leis de mesmo tipo recém identificadas por Sir Isaac Newton como governando o mundo físico”.

Dinheiro Criatura do Estado

David Graeber, autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, é um antropólogo militante contra os argumentos teológicos ou a doutrina liberal herdada de Adam Smith. “Deus – ou a Providência Divina, como ele disse – tinha organizado as coisas de tal forma a nossa busca do interesse próprio ser, *em um mercado livre, guiada ‘como por uma mão invisível’ para promover o bem-estar geral*”.

A famosa *mão invisível* de Smith – citada apenas uma vez no livro *A Riqueza das Nações* (Livro 4 – p. 379) – era agente da Divina Providência. Foi literalmente “a mão de Deus”, antes de *La Mano de Dios* recebida por Maradona para marcar um gol na Copa de 1986...

Por qual razão *o mito liberal* foi perpetuado? Os economistas neoliberais não descartaram *o mito da troca* como uma curiosa parábola do Iluminismo. Tampouco tentaram compreender *os acordos de crédito primordiais* mostrados na história.

Graeber alega: “o Mito da Troca não pode desaparecer, porque é central para todo o discurso da Economia”. Mais uma vez, comete uma *falsa generalização*...

Uma vez estabelecida a Economia como disciplina, os argumentos teológicos já não pareciam necessários ou importantes. Economistas continuam a discutir se um mercado livre irrestrito realmente produzirá os resultados anunciados por Smith, mas nenhum questionaria se “*O Mercado*” *existe em modo sobrenatural*: onipresente, onipotente e onisciente – apesar da inconsistência lógica entre esses dois últimos atributos.

“Os economistas passaram a ver a própria questão da presença ou ausência de dinheiro como não especialmente importante”. Na verdade, de acordo com a Teoria Quantitativa da Moeda, seu excesso provocaria inflação.

O dinheiro seria apenas uma mercadoria, escolhida espontaneamente por O Mercado, para facilitar a troca ao ser usada como medida do valor de outras mercadorias. Caso não tivesse essa utilidade, não possuiria outras qualidades especiais, exceto ser *reserva de valor e meio de pagamento*.

Para alguns idólatras de O Mercado, o dinheiro é até desprezível por o “véu monetário” obscurecer a natureza da “economia real”. Nela, essencialmente, as pessoas produzem bens e serviços e os trocam entre si.

Por isso, para os liberais, o dinheiro não é importante se estiver na quantidade certa. As economias “reais” seriam, na verdade, *vastos sistemas de troca*.

“O dinheiro tornou possível imaginarmo-nos da forma como os economistas nos encorajam a fazê-lo: como um conjunto de indivíduos e Nações cujo principal negócio é *a troca de coisas*”.

O elemento faltante nessa parábola mítica é, de fato, exatamente aquilo tentado a ser minimizado desde Smith: *o papel do Estado e sua política governamental*. Pior, muitos governos, quando assumem neoliberais, ficam ativamente empenhados em promover uma esfera de atividade econômica humana inteiramente independente dele.

A política monetária liberal exigia atrelar o valor da moeda à prata ou ao ouro, mas ao mesmo tempo aumentar a oferta monetária, particularmente, a quantidade de pequenos “trocos” em circulação. Isto não só exigiu enormes quantidades de estanho e cobre, mas também uma regulação cuidadosa dos bancos, naquela época, a única fonte de papel-moeda.

No século XVII e XVIII pelo menos duas tentativas de criar Bancos Centrais, apoiados pelo Estado, em França e na Suécia, foram fracassos. Da mesma maneira, fracassaram duas tentativas de criar o Banco Central dos Estados Unidos, contrariadas pelos defensores de “bancos livres”. Só depois seguidas bancarrotas e risco sistêmico o criaram em 1913.

O sucesso relativo do Banco da Inglaterra e do Banco da Escócia, segundo os liberais, se deveu à política de vincular firmemente o papel-moeda a metais preciosos. O padrão-ouro se tornou *a visão econômica dominante*.

As teorias alternativas do *dinheiro como crédito* – como uma Teoria Alternativa da Moeda contra a Teoria Quantitativa da Moeda – foram relegadas aos economistas marginalizados. Até hoje, seus

proponentes são considerados excêntricos. Esse tipo de pensamento heterodoxo, como o da Teoria Moderna da Moeda, teria levado a maus resultados dos bancos com financiamento de bolhas especulativas.

Para os autores da Teoria do Dinheiro em Crédito, o dinheiro não é uma mercadoria, mas sim uma ferramenta contábil. Tem o poder liberatório de saldar dívidas, liquidar débitos ou livrar de situação passiva.

As unidades monetárias são meramente unidades de medida virtuais. Como os teóricos do crédito corretamente observaram, na história econômica, esses *sistemas de contabilidade* de padrão de pagamentos diferidos ou promessa de pagamentos surgiram muito antes do uso de qualquer símbolo de troca específico.

O dinheiro era apenas um parâmetro para medir *dívida*. Enquanto a teoria econômica convencional defendia uma nota bancária ser, uma promessa de pagar uma certa quantia de “dinheiro real” (ouro ou prata), os teóricos do crédito argumentaram: uma nota bancária é simplesmente a promessa de pagar algo do mesmo valor, portanto, um instrumento de poder econômico ou capacidade de comando das decisões.

Conceitualmente, a ideia de uma peça de ouro ser realmente apenas uma nota promissória era bastante difícil de liberais entenderem. Mas tanto era verdade pela evidência empírica: quando moedas metálicas estavam em uso, elas quase nunca circulavam em suas barras de ouro, mas sim pelo seu valor em lastro do padrão-ouro.

Como poderia surgir *o dinheiro de crédito*? Ao entregar uma moeda de ouro em vez de um pedaço de papel, a situação seria essencialmente a mesma.

Ambos constituem uma promessa de pagar algo de valor equivalente a uma moeda de ouro. Afinal, ela só é aceita porque se presume outras pessoas também a aceitarão.

O valor de uma unidade monetária não é a medida do valor de um objeto, mas *a medida da confiança* depositada por alguém em outros seres humanos. A dificuldade da posição *cartalista* – cuja

etimologia vem do latim *papel* – é estabelecer por qual razão as pessoas continuariam a confiar em um pedaço de papel ou um *token* (símbolo em inglês).

A *posição cartalista* veio da “Escola Histórica Alemã”, cujo expoente mais famoso foi o historiador G.F. Knapp. Sua Teoria do Dinheiro Estatal apareceu em 1905.

Se o dinheiro é simplesmente uma unidade de medida, faz sentido imperadores e reis se preocuparem com tais questões. Afinal, estão quase sempre preocupados com o estabelecimento de sistemas uniformes de pesos e medidas em todos os seus reinos.

Como observou Knapp, uma vez estabelecidos, tais sistemas tendem a permanecer notavelmente estáveis ao longo do tempo. De acordo com os cartalistas, o importante é existir um sistema uniforme de *medição de créditos e dívidas* – e esse sistema permanecer estável ao longo do tempo.

De acordo com Knapp, se o dinheiro físico real em circulação corresponde ou não a este “dinheiro imaginário” não é particularmente importante. Não faz muita diferença se se trata de prata pura ou prata degradada, *caso o Estado esteja disposto a aceitá-lo como pagamento de impostos*. Tudo aceito pelo Estado, por esse motivo, torna-se moeda.

Por qual razão obrigaram os súditos a pagar impostos? Os governos exigem impostos porque desejam o dinheiro dos contribuintes, virtualmente, emitidos por eles mesmos.

Então, qual era o sentido de extrair o ouro, carimbar nele a esfinge real, fazê-lo circular entre os seus súditos – e depois exigir deles o devolverem novamente? Se o dinheiro e os mercados não surgem espontaneamente, isso faz todo o sentido. Porque esta é a forma mais simples e eficiente de *criar mercados*!

Os mercados surgiram em torno dos exércitos. A maioria dos governantes antigos passavam grande parte do seu tempo a pensar na relação entre minas, soldados, alimentos e impostos.

A *criação de mercados para arrecadação de impostos* não era apenas conveniente para alimentar os soldados, mas também útil por

os funcionários já não terem de confiscar tudo necessário, para usufruto da corte, diretamente da população.

Apesar da obstinada suposição liberal, proveniente do legado de Adam Smith, de a existência de Estados e a de mercados ser de alguma forma opostas, o registro histórico mostra exatamente o oposto. *As sociedades sem Estado tendem a não ter mercados!*

O *cartalismo* tende a ser visto como uma face populista da teoria econômica, adotada pelos heterodoxos. Paradoxalmente, quando os economistas ortodoxos servem aos governos, aconselham esses governos a adotarem políticas semelhantes às descritas pelos *cartalistas*, isto é, políticas fiscais destinadas a criar mercados onde não existiam antes. Isto apesar de estarem, teoricamente, comprometidos com o argumento liberal de os mercados se desenvolverem espontaneamente por si só...

Servidão por Dívida

Na narrativa histórica de David Graeber, autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, desde os tempos romanos, a Europa exportava ouro e prata para o Oriente. Ela nunca tinha produzido muita coisa desejada pelos asiáticos comprar. Por isso, foi forçada a pagar em espécie por sedas, especiarias, aço e outras importações.

Os primeiros anos da expansão europeia foram, em grande parte, tentativas de obter acesso aos luxos orientais ou a novas fontes de ouro e prata para pagá-los. Naqueles primeiros tempos, a Europa atlântica tinha uma tradição ativa e avançada de *guerra naval*, aperfeiçoada por séculos de conflitos no Mediterrâneo.

Quando Vasco da Gama entrou no Oceano Índico, em 1498, o princípio de os mares serem uma zona de comércio pacífico terminou de imediato. As flotilhas portuguesas começaram a bombardear e saquear todas as cidades portuárias encontradas, assumindo depois o controle de pontos estratégicos e extorquindo dinheiro de proteção a mercadores desarmados do Oceano Índico pelo direito de exercerem os seus negócios sem serem molestados.

A conquista do México e do Peru levou à descoberta de enormes fontes de metais preciosos. Foram exploradas, de forma implacável e

sistemática, ao ponto de exterminar em grande parte as populações nativas.

Nada disto teria tanta motivação se não fosse a procura asiática praticamente ilimitada de metais preciosos. Se a China, em particular, não tivesse uma economia tão dinâmica a ponto de a mudança da sua base metálica pudesse absorver as quantidades surpreendentes de prata extraídas no Novo Mundo, ao longo de três séculos, as minas poderiam ter-se tornado não lucrativas dentro de algumas décadas.

A enorme inflação dos preços denominados em prata na Europa entre 1500 e 1640 indica uma diminuição do valor do metal por sua abundância. Isto apesar a Ásia a drenar grande parte da oferta.

No fim do século XVI, a China importava quase cinquenta toneladas de prata por ano, cerca de 90% da sua prata, e no início do século XVII, 116 toneladas, ou mais de 97%. Enormes quantidades de seda, porcelana e outros produtos chineses tiveram de ser exportados para pagar por isso.

Muitos desses produtos chineses, por sua vez, foram parar nas novas cidades da América Central e do Sul. Este comércio asiático tornou-se o fator mais significativo na economia global emergente. Os controladores, em última análise, das *alavancagens financeiras* – especialmente os banqueiros mercantis italianos, holandeses e alemães – tornaram-se muito ricos.

Graeber conta uma nova história sobre os europeus não colonizadores e “vitimizados”. A nova economia global teria causado o colapso dos padrões de vida na Europa porque não foram disponibilizadas grandes quantidades de metais preciosos para as transações diárias.

Enquanto as Casas da Moeda europeias produziam enormes quantidades de *riais, táleres, ducados e dobrões*, impostos como os novos meios de comércio desde Nicarágua até Bengala, *quase nenhum deles chegava aos bolsos dos europeus comuns*. Em vez disso, havia queixas constantes sobre *a escassez de moeda*.

Apesar do influxo maciço de metal das Américas, a maioria das famílias tinha pouco dinheiro. Eram obrigadas a derreter a prataria da família para pagar os seus impostos.

Os impostos tinham de ser pagos em metal. Em contraste, os negócios cotidianos continuaram a ser em transações tal como acontecia na Idade Média, através de várias formas de *dinheiro de crédito virtual*: contagens do fiado, notas promissórias ou, em comunidades menores, simplesmente monitorizando *quem devia o quê a quem*.

Para Graeber, a real causa da inflação foi os controladores do ouro como reserva de valor – governos, banqueiros, grandes comerciantes – usarem esse poder para mudar os costumes. Primeiro, impuseram *o ouro e a prata atuarem nas funções do dinheiro* e, em seguida, introduziram *novas formas de dinheiro-crédito para uso próprio*, minando e destruindo lentamente os sistemas locais de confiança.

Estes permitiam comunidades de pequena escala em toda a Europa operarem em grande parte sem a utilização de moeda metálica. O novo regime de dinheiro em ouro só poderia ser imposto através de uma violência quase sem paralelo – não apenas no exterior, mas também a nível interno.

Em grande parte da Europa, a primeira reação à “revolução dos preços” e aos consequentes cercamentos de terras comuns não foi muito diferente do acontecido na China: milhares de antigos camponeses fugindo ou sendo forçados a abandonar as suas aldeias para se tornarem *vagabundos* (ou “homens sem senhor”), um processo culminante em insurreições populares.

A reação dos governos europeus foi esmagar as rebeliões sem concessões subsequentes. Os chamados *vagabundos* eram presos, exportados para as colônias como trabalhadores contratados e recrutados para os exércitos e marinhas coloniais. Eventualmente, eram colocados para trabalhar nas fábricas nacionais.

Quase tudo isto foi realizado através da *manipulação da dívida*. Aprópria natureza da dívida tornou-se mais uma vez um dos principais pontos de discórdia.

Infelizmente, os acadêmicos eurocêntricos, ao adotarem uma aparente abordagem macroeconômica “objetiva” das origens da economia mundial, trataram o comportamento dos primeiros exploradores, comerciantes e conquistadores europeus como se

fossem simplesmente *respostas racionais às oportunidades*. Argumentaram isso ser exatamente o feito por qualquer um na mesma situação. Isto acontece com *quem pensa só com o uso de equações...* Não aparece a “violência da moeda (e da dívida)” por trás delas.

Max Weber argumentou *a essência do capitalismo ser o desejo* – pensado por ele ter surgido pela primeira vez no protestantismo – *de nunca se estabelecer*, mas de se envolver em uma *expansão sem fim*. Os conquistadores eram bons católicos medievais, geralmente, oriundos dos elementos mais cruéis e sem princípios da sociedade espanhola. *Por que a busca incessante por mais e mais e mais?*

Os colonizadores estabeleceram *uma política de servidão por dívida*. Esta é o truque habitual de exigir pesadas impostos, emprestando dinheiro a juros àqueles sem poder pagar e depois exigindo os empréstimos serem pagos com trabalho.

Os comerciantes espanhóis logo chegaram cobrando preços extremamente inflacionados pelos bens de primeira necessidade, causando ainda mais indignação. Pretendiam avaliar tudo o comprado a crédito impiedosamente.

O capital financeiro em apoio a estas expedições veio mais ou menos do mesmo lugar (Gênova ou Veneza). Além do mais, aquela relação entre *o aventureiro ousado*, por um lado, um jogador disposto a assumir qualquer tipo de risco, e, por outro, *o financista cuidadoso*, cujas operações inteiras são organizadas em torno da produção de um crescimento de renda constante, permanece até hoje no chamado de “capitalismo”.

Tudo isto ajuda a explicar por qual razão a Igreja tinha sido tão intransigente na sua atitude em relação à *usura*. Não era apenas uma questão filosófica, era uma questão de *rivalidade moral*.

O dinheiro sempre tem o potencial de se tornar *um imperativo moral* em si mesmo. Permita a dívida se expandir e ela poderá rapidamente tornar-se uma moralidade tão imperativa a ponto de todas as outras parecerem frívolas.

A estrutura da corporação age de maneira impessoal, para eliminar todos os imperativos morais, exceto o lucro. Não à toa as

primeiras grandes Sociedades Anônimas por ações do mundo foram as holandesas Companhias das Índias Orientais e Ocidentais. Buscavam a mesma combinação de conquista, exploração e extração, como faziam os demais conquistadores.

Os executivos se apresentam como meros empregados, cuja única responsabilidade é proporcionar o máximo retorno do investimento aos acionistas da empresa. Estes, claro, não têm qualquer palavra a dizer sobre *a exploração de gente* feita por aqueles...

Mesmo os reis não eram agentes totalmente livres. Estavam continuamente endividados enquanto seus exércitos de mercenários lutavam em frentes diferentes ao mesmo tempo.

Tentavam o velho truque medieval de inadimplência diante de todos os seus credores. Mas os bancos italianos cerraram fileiras para usufruir de seu poder de barganha: *não concederiam mais empréstimos até os reis começarem a honrar os seus compromissos.*

Palavra de honra importa até para reis!

Dívida de vida

Os antropólogos reclamam do *mito da troca* há quase um século. Ocasionalmente, os economistas salientam: há uma razão bastante simples para continuarem a contar a mesma história, apesar de todas as provas contra ela. Afinal, *os antropólogos nunca encontraram uma história mais racional...*

David Graeber, autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, alega as razões pelas quais seus colegas antropólogos não terem sido capazes de apresentar uma história simples e convincente sobre as origens do dinheiro ser porque não há razão para acreditar na existência de alguma dessa forma!

O dinheiro não foi mais "inventado" se comparado à Matemática ou à música. O chamado de "dinheiro" não é uma "coisa" (mercadoria), mas é sim uma forma de comparar as coisas, matematicamente, como proporções. Essa racionalidade é tão antiga como o pensamento humano.

Uma série de hábitos e práticas diferentes convergiram naquilo hoje chamado de “dinheiro”. Esta é a razão pela qual economistas, historiadores e antropólogos têm achado tão difícil chegar a uma definição única. Há uma incompreensão dos argumentos teóricos da *moeda como crédito* ou da *moeda como criatura do Estado*.

Histórias sobre governantes utilizarem impostos para criar mercados em territórios conquistados, ou para pagar soldados ou outras funções estatais, não são particularmente inspiradoras aos olhos liberais. As ideias de origem alemã (Escola Histórica) de *o dinheiro ser a personificação da vontade nacional* se espalharam.

Quando houve um grande colapso econômico, em 2008, a economia convencional do *laissez-faire* sofreu outro golpe. Os pedidos de socorros estatais foram as reações de empresários ao pânico.

Na época da Grande Depressão da década de 1930, a própria noção de o mercado autorregular-se, caso o governo garantisse o dinheiro estar atrelado com segurança aos metais preciosos, ficou desacreditada. Entre 1933 e 1979, todos os grandes governos de países capitalistas inverteram o rumo e adotaram alguma versão do keynesianismo. Depois de 1980, veio a Era do Neoliberalismo.

A ortodoxia keynesiana partiu do pressuposto de os mercados capitalistas não funcionarem bem exceto se os governos capitalistas estivessem efetivamente dispostos a desempenhar o papel de cuidadores. Por isso, eles se envolveram em “incentivos” massivos, assumindo déficits fiscais, durante as recessões, para o gasto público substituir o ausente gasto privado, devido à *deflação: expectativa permanente de amanhã estar mais barato...*

Antes do neoliberalismo, um golpe ainda maior na ortodoxia monetária foi a decisão de Richard Nixon, em 1971, de desvincular totalmente o dólar dos metais preciosos, eliminar o padrão-ouro internacional e introduzir o regime de câmbio flutuante. Todas as moedas nacionais passaram a ser “moeda fiduciária”, apoiada apenas pela confiança pública.

Durante os últimos cinco mil anos, segundo Graeber, *o dinheiro tem sido efetivamente uma criatura do Estado supervisor dos direitos*. Os indivíduos fazem contratos uns com os outros. Eles contraem dívidas e prometem pagamentos.

O Estado, *latu sensu*, surge antes de tudo como autoridade do Direito. Impõe o pagamento da coisa correspondente ao nome ou descrição do contrato.

Mas, além disso, reivindica o direito de determinar e declarar qual coisa corresponde ao nome e variar sua declaração de tempos em tempos. Graeber ironiza: "reivindica o direito de reeditar o dicionário".

Este direito é reivindicado por todos os Estados modernos e tem sido reivindicado há cerca de cinco mil anos, pelo menos. Quando este estágio na evolução do dinheiro é alcançado, o *Cartalismo* de Knapp – a doutrina segundo a qual o dinheiro é peculiarmente uma criação do Estado – é plenamente realizado. "Hoje em dia, todo dinheiro civilizado é, sem possibilidade de contestação, *cartalista*".

Isto não significa o Estado necessariamente criar dinheiro. *Dinheiro é crédito*, pode ser criado por meio de acordos contratuais privados como empréstimos multiplicadores de depósitos. O Estado apenas faz cumprir o acordo e dita os termos legais.

O sistema bancário cria dinheiro sem limite intrínseco à sua capacidade de o fazer, exceto por saque de papel-moeda e/ou exigência de recolhimento compulsório pelo Banco Central. Na maioria dos casos, o mutuário não terá outra escolha senão devolver o dinheiro de empréstimo a algum banco, e assim, da perspectiva do sistema bancário como um todo, o número total de débitos e créditos será sempre anulado.

O verdadeiro elo fraco nas Teorias Monetárias do Crédito Estatal (e do Endividamento Público) sempre foi *o caso dos impostos*. Uma coisa é explicar por qual razão os primeiros Estados exigiam impostos: *para criar mercados arrecadatários*. Outra coisa é perguntar: "com qual direito?"

Os impostos não são simplesmente *confisco*. Contribuintes pagam os impostos para o governo fornecer serviços. Isto começa com os serviços de segurança, inclusive a proteção militar, mas inclui, entre outros, educação pública, saúde pública, assistência social e previdência social.

“Tudo isto remonta a uma espécie de *'contrato social'* original com o qual todos de alguma forma concordaram, embora ninguém saiba exatamente quando ou por quem, ou por que deveríamos estar vinculados às decisões de ancestrais distantes sobre este assunto”. Ora, por causa do *pacto constitucional* em um território com Estado nacional!

Existe uma explicação alternativa, criada para estar de acordo com a *abordagem da Teoria do Crédito Estatal*. É referida como *Teoria da Dívida Primordial* e foi desenvolvida em grande parte pela Escola da Regulação francesa, embora recentemente a *Teoria da Moeda Moderna* tenha sido uma contribuição de pós-keynesianos.

O argumento central é qualquer tentativa de separar a política monetária e a política social é, em última análise, errada. Os teóricos da *dívida primordial* insistem em estas sempre terem sido a mesma coisa.

Os governos utilizam os impostos para criar dinheiro, e são capazes de o fazer porque se tornaram *os guardiões da dívida de todos os cidadãos estabelecida entre si*. “Esta dívida é a essência da própria sociedade. Ela existe muito antes do dinheiro e dos mercados, e o próprio dinheiro e os mercados são simplesmente formas de cortar pedaços dela”.

No início, prossegue o argumento de Graeber, *este sentimento de dívida foi expresso não através do Estado, mas através da religião*. Certas obras da literatura religiosa sânscrita primitiva constituem as primeiras reflexões históricas conhecidas sobre a natureza da dívida.

Os primeiros poemas védicos, compostos entre 1.500 e 1.200 a.C., evidenciam *uma preocupação constante com a dívida*, tratada como sinônimo de culpa e pecado. Estar endividado e sob qualquer tipo de obrigação não cumprida, qualquer promessa não cumprida, aos deuses ou aos homens, era viver à sombra da Morte.

A existência humana é em si uma forma de dívida. Viver endividado é ser culpado, incompleto. Mas ao *ampliar a noção de dívida*, todas as responsabilidades sociais se tornam dívidas de um tipo ou de outro.

Qualquer pessoa, nesse caso, ao viver uma vida adequada está constantemente pagando dívidas existenciais de um tipo ou de outro. Se a noção de dívida regressa a um simples sentido de obrigação social, torna-se algo muito menos aterrorizante em lugar da sensação de a própria existência de alguém ser um empréstimo feito contra a Morte...

Através da instituição da moeda nacional, a crença é, por sua vez, transferida para uma moeda com a efígie do soberano – um dinheiro colocado em circulação, mas cujo retorno é organizado por outra instituição (o imposto), permite a liquidação da *dívida de vida*. Assim, o dinheiro também assume a função de *meio de pagamento*.

A *dívida primordial* é “aquela devida pelos vivos à continuidade e durabilidade da sociedade capaz de assegurar a sua existência individual”.

Na Antiguidade, o dinheiro parece ter surgido da coisa mais apropriada para ser dada aos deuses. Se o soberano simplesmente assumiu a tutela daquela *dívida primordial* de todos os cidadãos para com a sociedade, por lhes ter criado, isto fornece uma explicação muito clara da razão pela qual o governo detém o direito de obrigar os contribuintes a pagar impostos.

Os impostos são apenas uma *medida da dívida para com a sociedade* onde fomos criados. Afinal, devemos tudo o que somos aos outros. Isto é simplesmente verdade.

Crédito e Juro: Inseparáveis

Talvez por David Graeber, autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, ser um antropólogo, ele não cita o conceito de *juro* elaborado por David Ricardo (1772-1823). Este economista clássico via os *lucros* como uma recompensa pela atividade empresarial, enquanto os *juros* representavam a compensação pelo uso do capital próprio por terceiros, ou seja, uma *remuneração do custo de oportunidade* por essa cessão de seu dinheiro emprestado.

O capital, sob a ótica financeira, não é simplesmente dinheiro. Também não é apenas a riqueza possível de ser transformada em dinheiro.

Além disso, não é apenas o uso do poder político por ajudar alguém a *usar o seu dinheiro para ganhar mais dinheiro*. Na visão marxista, é uma relação de produção com a contratação da *força de trabalho livre* pelo *capital-dinheiro*, com dadas forças produtivas.

Os conquistadores, na Era das Grandes Navegações, tentavam fazer pilhagens e escravos para trabalhar nas minas, com os quais poderia pagar a seus soldados e fornecedores em dinheiro para embarcar em novas conquistas ainda maiores. Esta foi uma fórmula testada e comprovada para alguns, mas um fracasso para outros, não dispostos a assumir riscos e remunerar soldados/trabalhadores com justiça.

O dinheiro sempre permaneceu como *um instrumento político*. Com a queda dos impérios e a desmobilização dos exércitos, por crise fiscal, todo o aparelho estatal poderia simplesmente derreter.

Sob a ordem capitalista emergente, foi *concedida autonomia à lógica do dinheiro*. Esta *lógica financeira* nunca poderia ter existido sem os Estados e os exércitos por trás dela, mas depois o poder político e militar foi, gradualmente, reorganizado em torno dele, mas em segundo plano.

Sob condições genuínas de *mercado livre* – como no Estado religioso islâmico não envolvido na regulação do mercado, mesmo na execução de contratos comerciais –, paradoxalmente, mercados puramente competitivos não se desenvolvem pela impossibilidade de se cobrar empréstimos a juros. A proibição islâmica contra a usura levou aos muçulmanos criar um sistema de finanças com associações para tomar riscos em empreendimentos sem participação do Estado.

Lutero também começou sua carreira como reformador, em 1520, em campanha contra a usura. Criticava a venda de indulgências da Igreja por esta ser em si uma forma de *usura espiritual*.

Essas posições lhe renderam enorme apoio popular nas cidades e vilas. No entanto, ele logo percebeu: havia “libertado um gênio da garrafa”, capaz de virar o mundo inteiro de cabeça para baixo!

Daí reviu seus conceitos: embora a *usura* fosse um pecado, uma taxa de juros de 4 a 5% até seria legal, em certas

circunstâncias. Nesse caso, os cristãos deveriam não roubar e devolver o pedido emprestado. Cobrar juros acima seria pecaminoso e aí legítimo os mutuários terem o direito de infringir a lei econômica – e *calotear*.

Lutero acabou por pregar: “o mundo capitalista precisa de um governo estrito, rígido e temporal de modo a obrigar *os ímpios* [desapiedados, desumanos, cruéis, bárbaros] a não roubar e a devolver o pedido emprestado, embora um cristão anti-usura não deva exigí-lo ou mesmo esperar recuperá-lo... Isto é necessário para esse mundo funcionar, a paz não perecer e o comércio e a sociedade não serem totalmente destruídos”.

Deus, argumentou um reformador protestante, nos deu a lei divina: “amar o próximo como a si mesmo”. Se realmente guardássemos esta lei, os humanos dariam tudo livremente uns aos outros – e a *propriedade privada não existiria*. No entanto, com exceção de Jesus, nenhum ser humano jamais foi capaz de viver de acordo com esse *padrão puramente comunista*.

Daí deduziu: “o magistrado não pode obrigar ninguém a emprestar o que lhe pertence sem esperança de recompensa ou lucro”.

Em 1650, quase todas as denominações protestantes passaram a concordar com sua posição: uma taxa de juros razoável (geralmente 5% aa) não era pecaminosa. Isto caso os credores agissem de maneira adequada, de acordo com sua consciência cristã, não fizessem dos empréstimos o seu negócio exclusivo – e não explorassem os pobres...

Para tudo isso ser justificado, dois conceitos foram usados.

Primeiro, todos os pensadores protestantes passaram a defender o velho argumento medieval: juros são *uma compensação pelo uso do dinheiro próprio do credor*. Ele poderia aplicar seu dinheiro, em algum investimento mais lucrativo, mas não o fez por o ter emprestado.

Longe de ser antinatural, então, a capitalização do dinheiro com juros compostos em ativos, tal como pagos nos passivos pelos

bancos, passou a ser tratado como o esperado. *Todo o dinheiro passou a ser considerado capital potencialmente rentável.*

Segundo, adotou-se a suposição de a usura ser arma aceita contra os inimigos. Por extensão, todo o comércio passou a praticar um comportamento agressivo como estivesse em guerra...

Isso significava a usura ser aceitável nas negociações com estrangeiros. O resultado dessa abertura externa foi, pelo menos tacitamente, sugerir no capitalismo se poder tratar qualquer um, até mesmo um vizinho, como fosse estrangeiro.

Tudo isso contrastava com as visões dos camponeses sobre a *fraternidade comunista*. Estavam enraizadas na experiência diária real: a manutenção de campos e florestas comuns, a cooperação cotidiana e a solidariedade entre vizinhos. Se eram Comunidades, eram necessariamente fundadas com base em *ajuda mútua*, diferentemente da impessoalidade exigida do Estado e do Mercado.

O mesmo, aliás, pode ser dito dos membros da aristocracia. Podiam ter lutado incessantemente por amor, terra, honra ou religião, mas ainda assim cooperaram notavelmente bem uns com os outros, acima de tudo, quando a sua posição social foi ameaçada.

Da mesma forma, os comerciantes e os banqueiros, embora competissem entre si, conseguiram cerrar fileiras quando realmente importava. Isto é chamado por Graeber de "comunismo dos ricos" – cada casta é uma força poderosa na história humana.

Algo semelhante aplica-se ao *crédito*. Sempre existem padrões diferentes para aqueles considerados amigos ou vizinhos. A natureza implacável da dívida a render juros e o comportamento alternadamente selvagem e calculista dos nela "escravizados" são típicos, sobretudo, nas relações com estranhos e/ou estrangeiros.

Dentro das pequenas cidades e aldeias rurais, onde o Estado ficava quase sempre distante, os padrões medievais sobreviveram intactos e o "crédito" era uma questão de honra e reputação como sempre foi. A grande história não contada da nossa Era Capitalista é a de *como estes antigos sistemas de crédito foram finalmente destruídos*.

Muito pouco do ouro e da prata das Américas, chegados à Europa, acabaram nos bolsos dos agricultores, comerciantes ou armarinhos comuns. A maior parte ficou nos cofres da aristocracia ou dos grandes mercadores de Londres, senão no Tesouro real.

Pequenas mudanças foram quase inexistentes. Nos bairros mais pobres, nas grandes cidades, os lojistas emitiam o seu próprio *dinheiro simbólico* com chumbo.

Quem frequentava o açougue, o padeiro ou o sapateiro local simplesmente colocava as coisas na conta (“fiado”) – e *jurava pagar... com juros*. O mesmo acontecia com aqueles frequentadores de feiras semanais, ou vendedores aos vizinhos leite, queijo ou cera de vela.

Em uma aldeia típica, as únicas pessoas provavelmente a pagarem em dinheiro eram os viajantes de passagem. Eram socialmente excluídos aqueles considerados da *ralé*: indigentes e vagabundos tão notoriamente desprovidos a ponto de ninguém lhes conceder crédito.

Como todos estavam envolvidos na venda de alguma coisa, quase todos eram *credores* e *devedores*. A maior parte da renda familiar assumiu a forma de promessas de outras famílias. De tempos em tempos, as comunidades realizavam um “acerto de contas” público, em espécie de Câmara de Compensação, cancelando as dívidas umas contra as outras, restando apenas poucas diferenças quando tudo estava feito, sendo liquidadas através do uso de moedas ou bens.

Estamos habituados a atribuir a culpa pela ascensão do capitalismo a algo vagamente chamado “O Mercado”, à ruptura dos antigos sistemas de ajuda mútua e solidariedade, e à criação de um mundo de cálculo frio, onde tudo tem seu preço. Na verdade, o povo não viu nenhuma contradição entre os dois.

Os aldeões comunitários acreditavam na *gestão coletiva* dos campos, riachos e florestas, e na necessidade de ajudar os vizinhos em dificuldades. E viam os mercados como uma espécie de versão atenuada do mesmo princípio, porque eram fundados na confiança.

Dinheiro ou Crédito nos Primórdios do Capitalismo

Segundo David Graeber, autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, na ideia de *dívida primordial*, temos o *mito nacionalista* definitivo.

“Antigamente, devíamos nossas vidas aos deuses nossos criadores, pagávamos juros na forma de sacrifício de animais e, por fim, restituíamos o principal com nossas vidas. Agora devemos isso à Nação por nos ter formado. Devemos pagar juros na forma de impostos e, quando chegar a hora de defender a nação contra seus inimigos, oferecer-nos para pagá-los com nossas vidas”.

Esta é uma *grande armadilha*: de um lado, está a *lógica do mercado*, onde se imagina todos terem começado como indivíduos e por serem bem-sucedidos não deverem nada uns aos outros. Por outro lado, está a *lógica do Estado*, onde todos começam já com uma dívida de nascença – e nunca conseguem realmente a pagar até a morte.

Os *reducionistas binários* dizem-nos constantemente: mercado e Estado são opostos e só entre eles existe a única escolha humana. Mas é uma falsa dicotomia.

Os Estados criaram mercados. Os mercados exigem Estados. Nenhum deles poderia sobreviver sem o outro!

Contra o reducionismo binário, sempre há a alternativa do Terceiro Incluído. No caso, entre O Mercado e O Estado, o cidadão deve defender A Comunidade.

Outro reducionismo acontece no debate não resolvido entre *neoliberais* defendendo o dinheiro ser uma mera mercadoria e *desenvolvimentistas* o encarando como uma nota promissória. Qual é a posição de Graeber? A de *tertius*: o dinheiro constitui *as duas coisas*.

O dinheiro não foi inventado para superar as inconveniências da troca entre amigos, pois eles não teriam razão para se envolverem na troca monetária, senão de favores. Mesmo assim, um *sistema de dinheiro como crédito puro* também teria sérios inconvenientes.

O *dinheiro creditício* baseia-se na *confiança*. Em mercados competitivos e impessoais, a própria confiança torna-se um bem escasso, particularmente, nas relações entre estranhos.

Dentro de uma comunidade – uma vila, uma cidade, uma guilda ou sociedade religiosa – praticamente qualquer coisa poderia funcionar como dinheiro. Bastava todos nela ter confiança de haver sempre alguém disposto a aceitá-lo para cancelar uma dívida.

Ao longo da maior parte da história, mesmo onde se encontra mercados elaborados, também se encontra uma mistura complexa de diferentes tipos de moeda. Alguns deles podem ter surgido originalmente da *troca entre estrangeiros*: o dinheiro do *cacau* da Mesoamérica ou o dinheiro do *sal* da Etiópia são exemplos frequentemente citados. Outros surgiram de *sistemas de crédito* ou de discussões sobre qual tipo de bens deveriam ser aceitáveis para pagar impostos ou outras dívidas.

“O dinheiro é quase sempre algo oscilante entre uma *mercadoria* e um *símbolo de dívida*. Por isso, as moedas metálicas – peças de prata ou ouro como mercadorias valiosas em si mesmas, mas, ao serem carimbadas com o emblema de uma autoridade política local, se tornaram ainda mais valiosas – ainda permanecem nas nossas cabeças como a forma quintessencial de dinheiro”.

Ambos, como unidade-de-conta, ultrapassam a definição de *o que é dinheiro*. Essa relação entre a *moeda concreta* e a *moeda virtual* costumava ser motivo de constante contestação política. Agora, indica a idealizada batalha entre o Estado e o mercado (ou entre governos e comerciantes) não ser inerente à condição humana.

Só quando se imagina *a vida humana como uma série de transações comerciais* a relação com todo o universo é extrapolada em termos de *dívida*. Não apenas a troca, mas a própria compra e venda, precederiam qualquer outra forma de relacionamento humano.

O sentimento de *obrigação pessoal* tem a sua origem na relação pessoal mais antiga e primitiva existente: a relação entre vendedor e comprador ou credor e devedor. Assim, uma pessoa se opõe a outra pessoa, um indivíduo mede-se contra outro indivíduo.

Fixar preços, medir valores, inventar equivalências, trocar coisas – isso preocupou o primeiro pensamento humano. Então se desenvolveu a mais antiga forma de *astúcia*, além do *orgulho* do animal humano, seu sentimento de preeminência em relação a outros animais.

Ele se descreve como um ser capaz de avaliar valores, valorizar e medir. Apresenta-se como “o animal inerentemente calculista”.

O desejo de negociar, de comparar valores, é exatamente tornaria os humanos inteligentes e superiores a outros animais. A vida em sociedade viria depois. Isso significa as ideias humanas sobre as responsabilidades para com outras pessoas teriam primeiro tomado forma em termos estritamente comerciais.

Qualquer sistema de contabilidade comercial produziria credores e devedores. Desse fato emergiria *a moralidade humana*.

Não à toa, a palavra alemã “dívida” significa também “culpa”. No início, *estar endividado* era simplesmente *ser culpado*, e os credores deliciavam-se em punir os devedores incapazes de pagar os seus empréstimos. “Infligiam todo o tipo de humilhação e tortura ao corpo do devedor”.

A Teoria da Dívida Primordial sugere, por um lado, por causa do sentimento de dívida para com os antepassados, obedece-se às leis ancestrais. Por isso, sente-se a comunidade ter o direito de reagir “como um credor furioso” e punir por transgressões com quebras de regras.

Desenvolve-se um sentimento arrepiante de nunca se poder realmente retribuir aos antepassados. Nenhum sacrifício redimirá.

A “Era da Exploração” (1450-1971 dC) foi marcado por coisas genuinamente novas – a ascensão da ciência moderna, do capitalismo, do humanismo, do Estado-nação –, mas Graeber a enquadra como apenas *outra virada de um ciclo histórico*.

A Era do Capitalismo começa por volta de 1450 com o abandono das moedas virtuais e das economias de crédito e o regresso ao ouro e à prata. O subsequente fluxo de ouro proveniente das Américas acelerou imensamente o processo, desencadeando uma “revolução de preços” na Europa Ocidental.

Além disso, o regresso ao ouro foi acompanhado pelo regresso de toda uma série de outras condições, antes largamente suprimidas ou mantidas à distância: vastos impérios e exércitos profissionais, guerras predatórias massivas, usura desenfreada e servidão por dívida. Em compensação, surgiram também filosofias materialistas, uma nova explosão de criatividade científica e filosófica e até mesmo a regressão civilizatória com o retorno da escravidão de “homens possuídos por outros homens”.

Não foi de forma alguma uma simples repetição. Todas as peças monetárias reapareceram, mas se juntaram de uma forma diferente.

O auge da prosperidade popular, por volta de 1450, correspondeu a um período no qual o ouro – e, portanto, a moeda – era particularmente escasso, mas *o crédito abundante*. A falta de ouro causou estragos em particular no comércio internacional, pois ninguém tinha *dinheiro metálico* em mãos, somente o aceite por estrangeiros.

O problema só começou a resolver-se pela abertura de novas rotas marítimas para a Costa do Ouro da África Ocidental. Depois vieram as conquistas de Cortés e Pizarro. Entre 1520 e 1640, incontáveis toneladas de ouro e prata do México e do Peru foram transportadas através do Atlântico e do Pacífico em navios de Tesouro espanhóis.

O problema com a história convencional é muito pouco desse ouro e prata permaneceu por muito tempo na Europa. A maior parte do ouro acabou em templos na Índia e a esmagadora maioria das barras de prata foi finalmente enviada para a China.

Graeber afirma: “se quisermos realmente compreender as origens da economia mundial moderna, o lugar para começar não é de todo a Europa. A verdadeira história é como a China abandonou o *uso do papel-moeda*”.

Os mongóis conquistaram a China, em 1271, e mantiveram o sistema de papel-moeda até, em 1368, terem sido derrubados por outra das grandes insurreições populares da China. Os mercadores estrangeiros, aliados dos mongóis, eram odiados lá.

Fechada em si, a dinastia Ming cobrava impostos sobre as colheitas tão elevados a ponto de muitos agricultores endividados fugirem das suas terras ancestrais e se tornarem garimpeiros em uma corrida pela prata em lingotes não cunhados.

Afinal, o governo desistiu de tentar suprimir a economia informal. Em vez disso, parou de emitir papel-moeda, legalizou as minas, permitiu as barras de prata se tornassem a moeda reconhecida para grandes transações e, por fim, substituiu a exploração laboral dos súditos por um sistema fiscal razoável e pagável em prata.

Mutualismo, Dívida e Sistema Financeiro

Contrato de mútuo trata da transferência de bens fungíveis, móveis, possíveis de ser substituídos por outros de mesma espécie ou qualidade, mas em quantidade maior. As partes envolvidas são chamadas *mutuante* e *mutuário*.

O *mutuante* empresta ou transfere a propriedade do bem fungível. Já o *mutuário* recebe o bem ou o dinheiro e tem a obrigação de devolver outro bem de mesma espécie, qualidade e quantidade incorporada com os juros compostos como remuneração do custo de oportunidade do mutuante.

O *mútuo* se dá em recompensa ou em troca de algo similar em atitude recíproca. O contrato se corresponde em compromisso de parte a parte.

O *mutualismo* é uma escola de pensamento na teoria econômica e política. Combina elementos do socialismo libertário e do liberalismo clássico.

Um dos principais teóricos do *mutualismo* foi Pierre-Joseph Proudhon, um filósofo político francês do século XIX, considerado o maior ideólogo anarquista. A Economia Política do Mutualismo se distingue pelas seguintes características.

No *mutualismo*, a ênfase é colocada na *posse* e não na *propriedade privada* dos meios de produção. Proudhon propôs a ideia de "posse individual". Permite regular o direito dos indivíduos de

possuir e usar recursos produtivos, mas sem explorar o trabalho de outras pessoas.

Inspira a organização cooperativa e a autogestão. Em uma *sociedade mutualista*, as instituições econômicas seriam organizadas em cooperações voluntárias e descentralizadas, com as decisões sendo tomadas de forma participativa pelos membros envolvidos.

Proudhon propôs a ideia de um “Banco do Povo”. Concederia crédito aos trabalhadores e empresários *sem juros*, promovendo assim a autossuficiência econômica. O crédito seria baseado no *princípio do mutualismo*, onde os membros se ajudariam mutuamente.

Os mutualistas buscariam garantir contratos de trabalho justos, onde as relações entre trabalhadores e empregados seriam voluntárias e baseadas na equidade. Isso se alinhava à crítica de Proudhon contra exploração no sistema de repartição capitalista.

O *mutualismo* se coloca contra os monopólios. A competição é vista como saudável, mas rejeita a concentração excessiva de poder econômico.

Naturalmente, busca uma distribuição mais equitativa da riqueza e enfatiza a justiça distributiva. Isso está relacionado à ideia de *posse individual* e à exclusão das formas tradicionais de *propriedade capitalista*.

Daí rejeita tanto o capitalismo de mercado livre quanto o socialismo totalitário. Proudhon não aceitava nem a propriedade privada capitalista nem a propriedade estatal, buscando uma alternativa mais descentralizada e cooperativa.

Enfim, as transações econômicas no *mutualismo* deveriam ser baseadas em contratos de livres e voluntários entre as partes envolvidas. A liberdade individual é um princípio fundamental. O *mutualismo* valoriza a igualdade entre os membros da sociedade e promove a solidariedade mútua como meio de superar as desigualdades econômicas e sociais.

Essa tradição de pensamento teve influência em correntes anarquistas e suas ideias continuaram a ser exploradas e reinterpretadas ao longo do tempo. As implementações práticas de

uma *economia mutualista* variariam por sua aplicabilidade depender de condições sociais e econômicas específicas.

A *rebelião moral contra a dívida* se deve à hierarquia ou assimetria de poder entre *credor* (mutuante proprietário do dinheiro) e o *devedor* (mutuário possuidor momentâneo do dinheiro). A força da lei protege aquele com um contrato de empréstimo assinado por este.

Em um reducionismo das três funções – viabilizar o sistema de pagamentos, fazer gestão do dinheiro e conceder empréstimos – apenas à esta última, a *história da dívida* é apresentada de maneira entrelaçada com a *história do sistema financeiro* ao longo do tempo. A relação entre dívida e finanças é mais complexa e multifacetada.

A *dívida*, sem dúvida, desempenha um papel crucial no funcionamento dos sistemas financeiros em diferentes épocas e contextos. Como visto, a prática de emprestar e tomar emprestado tem raízes antigas na história humana. Civilizações antigas, como a Babilônia, a Grécia e Roma, já praticavam transações de crédito.

Mas houve uma defasagem temporal até o surgimento de instituições bancárias, após o fim da Idade Média e com o Renascimento na Europa. Os primeiros bancos, surgidos no início do século XV, conseguiam facilitar transações, fornecer serviços de câmbio e, crucialmente, emitir notas promissórias, formas primitivas de dívida.

Ao longo da história, antes de existir o sistema financeiro propriamente dito, inclusive com redes de agências bancárias, os governos recorreram à emissão de títulos e empréstimos para financiar operações, guerras ou projetos de infraestrutura. Isso deu origem ao *mercado de dívida pública*, onde os investidores compram títulos emitidos pelo governo em troca de juros.

Após a Revolução Industrial, houve um aumento significativo na demanda por maior escopo dos sistemas financeiros. Paulatinamente, a criação de Bancos Centrais, a evolução das bolsas de valores e a expansão dos mercados financeiros, para colocar novos instrumentos de dívida, seja direta das empresas não-financeiras (como debêntures), seja em títulos de dívida pública, expandiram as inovações e práticas financeiras.

Ao longo dos séculos, ocorreram *crises financeiras* por bancarrotas e eventos de calote de dívidas em moedas estrangeiras, alguns dos quais tiveram impacto na percepção de credores externos. Exemplos expressivos incluem a Crise da Dívida Sul-Americana na década de 1980 e a Crise Financeira Global de 2008.

O século XX testemunhou uma série de inovações financeiras, entre as quais, o desenvolvimento de títulos derivativos e a securitização de dívidas. Essas práticas, embora tenham contribuído para a agilidade dos mercados financeiros, também desempenharam um papel na crise de 2008, pois subsiste sempre o conceito básico de *grau de fragilidade financeira*: relação entre serviço da dívida e retorno em lucro operacional.

Interessante notar como também aí está *o segredo do negócio capitalista*. A motivação da *alavancagem financeira* é somar o uso dos recursos de terceiros para elevar o lucro operacional, devido à maior economia de escala, acima das despesas financeiras com o endividamento, e assim aumentar a rentabilidade patrimonial sobre os recursos próprios.

A globalização dos mercados financeiros, nas últimas décadas, trouxe uma interconexão mais estreita entre as *dívidas soberanas* de diferentes países. Crises financeiras em uma parte do mundo podem ter impactos na cadeia global (“efeito dominó”) pelo risco sistêmico ser intimidante.

A gestão da *dívida pública* é uma visão crítica nas políticas econômicas dos governos. Estratégias para lidar com essa dívida, como a austeridade fiscal ou o estímulo econômico, para maior arrecadação fiscal, têm implicações significativas no funcionamento do sistema financeiro.

Além das dívidas citadas (externa e pública), a história do sistema financeiro também está vinculada ao crescimento da *dívida privada*, seja pelo crédito ao consumidor, seja pelo crédito imobiliário, entre outros. Cartões de crédito, empréstimos estudantis e hipotecas são exemplos de formas recentes de dívida privada.

A regulação do sistema financeiro pelo Banco Central evolui em resposta a eventos relacionados à dívida, visando a prevenção de crises bancárias. É comum a promulgação de leis e normas para

obtenção da estabilidade financeira nos *subsistemas de pagamentos, gestão de dinheiro e acesso à concessão do crédito*.

Assim, a *história da dívida* está inextricavelmente ligada à *evolução do sistema financeiro*, refletindo mudanças nas suas práticas ao longo do tempo. Da mesma forma, esta se relaciona à *história da moeda*, desde a metálica até a virtual, passando pelo papel-moeda, e à *história da gestão do dinheiro*, desde os haveres monetários aos financeiros, passando também por aplicações no mercado de capitais.

Considerações Finais

Em síntese, segundo David Graeber, autor do livro *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*, no mundo antigo, a confiança era tudo. A maior parte do dinheiro era literalmente *confiança*, porque a maioria dos acordos de crédito eram acordos fechados com *aperto de mão*.

Quando as pessoas usavam a palavra “crédito”, referiam-se acima de tudo a uma reputação de honestidade e integridade. Respeitavam a honra, a virtude e a respeitabilidade de um homem ou mulher, mas também a reputação de generosidade, decência e sociabilidade bem-humorada.

Essas eram considerações pelo menos tão importantes na decisão de fazer um empréstimo quanto as avaliações do rendimento líquido. Como resultado, os termos financeiros tornaram-se indistinguíveis dos morais.

Afinal, “crédito” vem da mesma raiz etimológica de “credo” ou “credibilidade”. Logo, “dar crédito” às palavras de alguém ocorre quando se acredita no dito, ou de “estender crédito” a eles, quando se acredita na palavra deles pagarem de volta.

Quem perdia a credibilidade aos olhos da comunidade tornava-se, efetivamente, *pária*. Descia para as classes criminosas de trabalhadores sem raízes, mendigos, prostitutas, ladrões, vendedores ambulantes, mascates, adivinhos, menestréis e outros. Tais sujeitos eram “homens sem mestre” ou “mulheres de má reputação”.

O *dinheiro frio* era empregado principalmente entre estranhos ou no pagamento de aluguéis, dízimos e impostos a proprietários, oficiais de justiça, padres e outros superiores. A pequena nobreza fundiária e os comerciantes ricos evitavam acordos de aperto de mão.

Preferiam usar frequentemente dinheiro *uns com os outros*, especialmente para pagar Letras de Câmbio sacadas nos mercados formais. Acima de tudo, o ouro e a prata foram usados pelo governo para comprar armas e pagar soldados, em especial, mercenários.

Com o tempo, isso levou a uma crescente disjunção dos universos morais. Para a maioria, a dívida continuou a ser a própria estrutura da sociabilidade.

Mas quem passava a sua vida profissional nos corredores do governo e nas grandes casas comerciais começou, gradualmente, a desenvolver uma perspectiva muito diferente. A troca direta de dinheiro seria normal e a dívida passou a ser vista como suspeita.

Cada perspectiva girava em torno de uma certa teoria tácita da natureza da sociedade. Para a maioria dos aldeões ingleses, a verdadeira fonte e foco da vida social e moral não era tanto a igreja, mas a sociedade enraizada no "amor e amizade" de amigos e parentes. Encontrou expressão em todas aquelas formas de *comunismo cotidiano* como ajudar os vizinhos nas tarefas domésticas, fornecer leite ou queijo às velhas viúvas etc.

Os mercados, no entanto, não foram vistos como contradizendo este espírito de ajuda mútua. Foram entendidos como uma extensão da ajuda mútua – e pela mesma razão: porque funcionava inteiramente através da *confiança* e do *crédito*.

Como resultado, todas as *relações morais* passaram a ser concebidas como dívidas. "*Perdoa-nos as nossas dívidas, como nós perdoamos nossos devedores*" – essa parte da oração ao Padre Nosso ganhou popularidade universal.

Eu a aprendi com minha mãe. Embora tenha me tornado ateu, quando adotei a Ciência – e não a Bíblia – como guia, tenho uma eterna dívida de gratidão com ela por ter me alfabetizado... Além de tudo mais.

Fontes de Referência

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento - I (de Gutenberg a Diderot)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento - II (Da Enciclopédia à Wikipédia)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

BURKE, Peter. *Ignorance: A Global History*. Yale University Press, 2023.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Cartalismo e Finanças Funcionais*. Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2022. 120p.

GRAEBER, David. *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

KNAPP, Georg Friedrich. *The State Theory of Money*. Alemanha; 1ª edição em 1905; 2ª edição em 1918; 3ª em 1921; 4ª em 1923; tradução em inglês baseada nesta 4ª.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Abril Cultural – Os Economistas; 1983.

Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – *Brasil Urbano: Estratégia de Sobrevivência em Serviços* – nov. 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Economia e Política Argentina* – nov. 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Análise de Complexidade via Consistência entre Fluxos e Estoques* – out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Keynes, Filósofo Social* set 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Financistas Comparados: Hyman Minsky e Ray Dalio*. setembro 2023.

Fernando Nogueira da Costa – *Aprendizagem Humana com Aprendizagem de Máquina para Abordagem Sistêmica Financeira*. julho 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Finanças*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Capitalismo Financeiro Tardio*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Ciclos Históricos Longas Ondas e Tendências Demográficas*. mar 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Livro Negro do Desumano*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tradução de Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tradução de Grande Reversão Demográfica*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira*. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist* – *Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro. 2019

- Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019
- Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019
- Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.
- Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil (FPA-FENAE, 2016)*, *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu 10 milhões visitas.